



O MOC contribuindo para a garantia dos direitos da infância e juventude no semi-árido



Relatório Anual
2 0 0 7



**O MOC contribuindo
para a garantia dos direitos
da infância e juventude
no semi-árido**



Relatório Anual

2 0 0 7



Índice

- 5 APRESENTAÇÃO
- 6 CONSTRUINDO DIREITOS DE CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E JOVENS: A PRÁTICA DO MOC
- 17 RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS
PROGRAMAS EM 2007
- 18 Programa Água e Segurança Alimentar
- 23 Programa de Fortalecimento da Agricultura
Familiar
- 33 Programa de Comunicação
- 40 Programa Criança e Adolescente
- 45 Programa de Educação do Campo
- 54 Programa de Gênero
- 62 Programa de Políticas Públicas
- 68 ANEXOS
- 70 Tabelas de Atividades dos Programas
- 81 O MOC na Mídia
- 89 Pessoal
- 92 Recursos Financeiros
- 92 Glossário



Apresentação

Direitos buscados, conquistados e respeitados. Essa sempre foi e será a tônica de todos os relatórios do MOC, porque é e será o sentido de nossa existência, enquanto organização.

Há quarenta anos nascemos e nos colocamos como objetivo colaborar para que os grupos e pessoas marginalizadas do acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, à moradia, à educação de qualidade, ao direito de organização, enfim, ao direito de ser cidadão e de uma vida digna, pudessem se organizar, dar a volta por cima e conquistar seus direitos.

Celebramos quarenta anos em 2007, comemorando o muito que foi feito, comprometendo-nos, mais ainda, com a continuidade da luta e de conquistas pela melhoria de vida da população mais simples.

Especialmente, neste ano, assumimos como tema de reflexão nossa contribuição, enquanto instituição e enquanto membros e integrantes de uma luta mais ampla na Região Sisaleira, do Vale do Jacuípe e Portal do Sertão, os Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens.

São estas reflexões e desafios que socializamos a seguir, tanto em análise mais institucional quanto na visão e análise de cada programa.

Mais uma vez queremos realçar que o aqui escrito e refletido não expressa pura e simplesmente a história do MOC e de seus técnicos. Efetivamente, sempre nos propusemos não a fazer, mas a instigar, debater, refletir, provocar, servir de apoio, para que os movimentos e organizações façam e mudem a história. Somos um ator, com uma função específica: estar junto, apoiando outros atores (Sindicatos, Pólos, CODES, Associações, Grupos de Mulheres, Movimentos de Mulheres, Coletivos de Jovens, Professores e Educadores, Gestores, etc.).

Neste relatório, por conseguinte, mesmo que nos refram ao MOC, o entendemos como catalisador desta grande luta coletiva e destes resultados. Nada faríamos, no campo dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, sem os movimentos, sujeitos e atores variados que conosco construíram este pedaço da história. Queremos, assim, partilhar com todos, o conquistado e nos dispor a, conjuntamente, continuar a caminhada.

A Equipe do MOC

Construindo direitos de crianças, adolescentes e jovens: a prática do MOC



Crianças, adolescentes e jovens têm direitos que lhes são correspondentes, pelo fato de serem, inalienavelmente, cidadãos. Ou seja: crianças, adolescentes e jovens não são cidadãos de amanhã, não são projetos de futuro. Eles são, hoje, aqui e agora, sujeitos de direitos: direitos a uma vida digna, a uma educação de qualidade, a uma morada decente, a uma família que lhes garanta carinho, afeto e o crescimento; a um país que os acolha como filhos e cidadãos; a dizer e expressar o que querem para si e que projeto de país desejam; o direito a jogar, brincar, distrair-se. Enfim, direito a ser gente e ser feliz.

Esta utopia, como horizonte concreto de trabalho e de ação, nem sempre foi explícita e diretamente uma perspectiva do MOC. Preocupados com o acesso à terra, com o crédito, com a geração de renda, com as mudanças estruturais, tinha-se dificuldade de identificar mais concretamente os sujeitos de direito que construíssem a caminhada que se incentivava. Olhava-se o caminho e o ponto de chegada. Os sujeitos do caminhar eram vistos globalmente e apenas como os mais pobres e os excluídos, tomados em seu conjunto, sem visualizar as especificidades que tornam esta caminhada mais plural e diversificada, mais justa, mais eqüitativa, mais bonita e saudável.

Gradativamente, foram sendo descobertos as mulheres, os negros, as crianças, os adolescentes e jovens como sujeitos específicos de direito, que matizam, de modo diversificado, a conquista da terra, da água, da assistência técnica, da escola, do crédito, das mudanças estruturais.

Marcante neste caminho foi a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, marcos históricos, no Brasil, naquilo que se

refere aos direitos das crianças e adolescentes. Marcante também, de modo forte, inesquecível, rico, foi, e está sendo nosso ingresso na luta contra o trabalho infantil em nossa região. O palmilhar deste caminho nos marcou política e estrategicamente, por contribuir na garantia efetiva dos direitos destas crianças e adolescentes a se tornarem, hoje, jovens com seus sonhos, suas expectativas de vida e de luta mais vibrante. Iniciou-se assim, o esforço para dinamizar as organizações da sociedade civil a fim de que, em suas pautas, constasse o direito das crianças a não trabalhar, a estudar e a brincar; buscou-se debater a construção de alternativas de uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes; voltou-se para a busca do crédito, da assistência técnica e de oportunidades produtivas para as famílias, como instrumento de oferecer a essas famílias condições para elas retirarem seus filhos do trabalho explorador e os manter na escola e que essa escola seja de qualidade. Voltou-se para a construção política dos direitos das crianças e adolescentes e, por isso, maior atuação junto aos conselhos.

Pouco a pouco, numa profunda dimensão de transversalidade, todos os programas do MOC e estratégias, sem negar a dimensão estruturante que sempre foi sua característica e filosofia, têm dentro de si a busca dos direitos da criança, do adolescente e do jovem, pois, políticas para estas pessoas em desenvolvimento, devem também ser políticas estruturantes. Construir uma geração saudável em todos os aspectos da vida humana, cuidando da garantia dos direitos, é parte da construção de um mundo sustentável e de luta por políticas estruturantes. Afinal, as crianças e adolescentes de hoje serão os próximos gestores públicos, gestores

de entidades, militantes de movimentos, educadores/as, agricultores/as familiares, dentre tantas outras alternativas. Portanto, é nossa constante preocupação: que cidadãos estamos construindo para cuidar do mundo?

Também aos poucos nosso mundo foi se impregnando de outras dimensões como aquelas que se referem aos jovens: os jovens comunicadores, jovens da assistência técnica, jovens monitoras que assessoram os empreendimentos econômicos solidários de mulheres e, de modo especial, os coletivos de jovens, na construção da auto-representação, da interferência em política, da construção de uma política que reconheça e valorize o jovem no mundo de hoje e o ajude a caminhar autonomamente e construir sua própria história.

Este é o horizonte que o MOC vem assumindo, pouco à pouco, e que conforma nossa ação. Naturalmente, entre desenhar o horizonte e construí-lo, há os tropeços, os ganhos, as retomadas, os percalços, as vitórias, os risos e as lágrimas. Assim é e será a construção da história, quaisquer que sejam os sujeitos.

A seguir, será socializado um pouco da construção desta história e principalmente a visão de hoje na ação de cada programa.

Nossos programas e sua contribuição aos direitos da criança e adolescente

1. Programa Água e Segurança Alimentar

O Programa Água e Segurança Alimentar tem inserido os jovens nas discussões de políticas públicas hídricas, qualificando-os para o controle social; capacita-os na confecção de bomba gude contribuindo para que adquiram uma profissão; assim, aumenta a sua renda garantindo sua permanência na comunidade e, acima de tudo, os incentiva a participar efetiva e ativamente das Comissões Executivas Municipais. Hoje, o Programa já conta com um número significativo de jovens que integram as Comissões Executivas Municipais e as Comissões Comunitárias, compreendendo o processo de execução do P1MC, desde o planejamento, mobilização, monitoramento até a avaliação, assumindo, com responsabilidade e seriedade, as atividades a serem desenvolvidas.

Além disso, o Programa visa também contribuir para a erradicação do trabalho infantil, diminuir o índice de mortalidade infantil e garantir os direitos das crianças e adolescentes. Por isso, dois critérios prioritários foram estabelecidos para selecionar as famílias a serem beneficiadas com a cisterna no período em que surgiu o P1MC. Um critério é em relação ao número de criança de 0 a 6 anos. A água se faz necessária para o crescimento das crianças e para o melhor funcionamento do corpo humano, mas, se a criança ingere uma água contaminada o organismo ficará susceptível, a desidratação, com vômitos e diarreias constantes, podendo levar a criança à morte. O outro critério é o número de crianças de 7 a 14 anos na escola, isso quer dizer, que há uma preocupação em garantir o direito da criança seguindo o Estatuto da Criança e Adolescente, mais especificamente, no ART 53 que diz: "A criança e o adolescente têm direito à

educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes, igualdade, condições para o acesso e permanência na escola".

A partir dos Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde são abordados temas, como: uso e tratamento da água, doenças de veiculação hídrica, noções de saneamento básico; famílias mudaram seus hábitos, concomitantemente, houve uma diminuição das doenças. Assim, as crianças também passam a beber uma água de qualidade.

Portanto, o Programa Água e Segurança Alimentar tem conseguido, juntamente com os seus parceiros, melhorar a qualidade de vida transformando a paisagem e construindo um sertão justo, respeitando os direitos humanos dos cidadãos à vida, à uma alimentação assegurada, à água de boa qualidade, ao trabalho, à moradia, à liberdade de expressão e participação, enfim, caminha-se rumo à equidade social.

2. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Mais de 40 mil crianças, adolescentes e jovens dos Territórios Rurais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina tiveram algum tipo de relacionamento com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido. Todos – de maneira mais abrangente – foram beneficiários pelas ações do Programa, por comporem as quase 13 mil famílias atendidas com assistência técnica, crédito e apoio ao beneficiamento e a comercialização dos produtos que resultaram e/ou estão resultando no aumento da renda e da segurança alimentar familiar e tendem a dar sustentabilidade produtiva às propriedades, com a adoção das práticas agroecológicas difundidas. Mas, com contorno especial, merece destaque o envolvimento e a participação dos/as jovens rurais na efetivação do próprio programa junto às famílias. Trata-se da atuação direta,

apoiando as ações de assistência técnica como “Multiplicadores” ou “Agentes Jovens de ATER” como gostam de ser chamados.

A atuação dos 322 jovens, nos últimos dois anos, revelou não apenas a possibilidade concreta de desenvolvimento eficiente de um programa de assistência técnica para o meio rural brasileiro, mas, sobretudo, o entusiasmo e compromisso dos/as jovens em querer participar ativamente na solução dos problemas enfrentados pelos seus pais e pelas comunidades rurais em que vivem, desmistificando o conceito de que os atrativos urbanos sempre demovem a perspectiva dos jovens permanecerem nas suas origens.

Eficiente dado que o Programa só conseguiu alcançar 13 mil famílias, porque os jovens executaram muitas tarefas que seriam feitas pelos técnicos, sem prescindir da qualidade do atendimento, na medida em que as ações eram planejadas com antecedência, incluindo a formação necessária dos jovens e a participação eventual dos técnicos, em momentos estratégicos.

Eficaz porque os jovens, via de regra, conquistaram a confiança e o respeito das comunidades – inclusive dos seus próprios pais – ao introduzir, com métodos inovadores de participação social, novas práticas de trabalho e de organização dos sistemas produtivos. Diferente dos técnicos que apenas conseguiam visitar as propriedades, para propor os ajustes produtivos, os jovens vivenciavam o dia-a-dia das famílias, conheciam as nuances em função da proximidade e, exemplarmente, antes de propor uma nova forma de produzir. Esses jovens muitas vezes, faziam as práticas produtivas nas propriedades dos seus pais, que potencializou significativamente a adoção pelos demais. Também, por viverem na zona rural, aproveitaram bem o tempo desenvolvendo práticas com as famílias, tais como a vacinação dos rebanhos, a edificação de instalações, o armazenamento de forragens e a implantação de diferentes tipos de

lavouras, entre muitas outras, onde, pela presença física, acabaram incentivando o uso destas práticas no tempo certo.

Por último, o protagonismo juvenil evidenciou a preocupação e o compromisso, não somente com o Programa em si, mas, com as alternativas que estavam sendo instaladas para viabilizar as condições de se afirmar uma política de valorização dos jovens enquanto agentes do desenvolvimento local. Isto colocou para o Programa um desafio ainda maior: sistematizar esta experiência, para que ela se multiplique no Brasil. Parece óbvio que uma parte da população rural jovem não pretende migrar, como o fizeram as duas últimas gerações e está ávida para suceder seus pais na gestão da propriedade, mas também quer condições mais adequadas de permanência que, de um lado, pode ser viabilizada pela intensificação das políticas públicas universais de saúde, educação, moradia e infra-estrutura (água, esgoto e energia) para as quais, eles se colocam também, como alavancadores, a partir da participação nas organizações sociais; e, de outro lado, pela geração de emprego e renda, representada pelo maior aproveitamento produtivo dos imóveis rurais e pelas novas ocupações que vão surgindo, como a gestão de agroindústrias, cooperativas e empreendimentos (agrícolas e não agrícolas) e a participação em programas especiais de inclusão, como o de assistência técnica rural.

Merece destaque especial, igualmente, a atuação das Jovens Monitoras que acompanham os empreendimentos solidários de mulheres, entre os quais, aqueles vinculados à Rede de Produtoras da Bahia.

Estas jovens acompanham os empreendimentos na perspectiva de sua viabilidade, da identificação, debate e encaminhamento de questões de gênero, de gerenciamento, de troca de experiência, de comercialização e da busca da inserção das mulheres em movimentos que as representam politicamente, naquilo que diz respeito à construção e controle social das políticas públicas.

Também aqui se revela a juventude como esteio de processos sociais interessantes, vivos e políticos e se coloca o desafio ao MOC de como acompanhá-la, sem substituí-la no protagonismo que deve ter, na construção da história e de suas vidas.

Bonito, saudável e emocionante é ver os jovens e as jovens assumindo suas caminhadas, disputando espaços, conquistando políticas, controlando socialmente outras e construindo uma sociedade onde seus espaços e seus direitos sejam respeitados e suas vidas e histórias potencializadas.

3. Programa de Comunicação

No Programa de Comunicação, a garantia dos direitos da infância e da juventude assume várias dimensões, pois atua na assessoria de uma experiência de comunicação autogestionada por jovens, dedica-se à formação de jovens comunicadores que atuam nas rádios comunitárias e movimentos sociais, incentiva crianças e adolescentes a se expressarem através de suas próprias mídias e ajuda a lançar um olhar diferenciado, centrado na justiça, sobre a realidade das crianças, adolescentes e jovens na mídia, especialmente no semi-árido.

A Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura é uma experiência inédita na área de comunicação e protagonismo juvenil, formada e gerida por jovens oriundos dos movimentos sociais, alguns oriundos do PETI, que praticamente já alcançaram a sua auto-sustentabilidade em apenas dois anos de existência. As ações da Agência estão voltadas para o segmento juvenil, ao exemplo de capacitações em informática para jovens participantes do Consórcio Nacional da Juventude Rural, ocorridas em 2007 no espaço do tele-centro mantido pela própria entidade, e da participação em 2007, pela segunda vez, na Jornada Nacional do Jovem Rural, fazendo uma cobertura com o olhar juvenil e apresentando a própria experiência.

De igual maneira, os jovens comunicadores atuantes nas rádios comunitárias filiadas à Abraço-Sisal estão representados e participando nas diretorias das rádios, dando um significado concreto à idéia da gestão participativa e compartilhada das emissoras. Eles participam do processo de capacitações técnicas e de conteúdo realizadas pelo Programa de Comunicação do MOC e voltadas para os direitos das crianças e adolescentes no semi-árido, no âmbito dos temas pautados pelo Selo UNICEF Município Aprovado. No município de Nordestina, por exemplo, a rádio comunitária local desempenhou um papel chave de articulação da sociedade e do poder público local em torno do Selo, contribuindo para a conquista do reconhecimento pelo UNICEF em 2006.

Na linha de assessorar os movimentos sociais não diretamente ligados à área de comunicação, como é o caso da FATRES, o Programa de Comunicação atuou nas capacitações de jovens ligados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e aos Coletivos de Jovens para qualificá-los em comunicação institucional.

A assessoria e qualificação da cobertura jornalística do semi-árido desenvolvidos pelo Programa de Comunicação têm se preocupado em dar visibilidade à situação da infância, adolescência e juventude no semi-árido, com destaque para o PETI, e o Selo UNICEF. Experiências como o Baú de Leitura, as Jornadas Ampliadas, a educação contextualizada, os jovens multiplicadores de ATER, os coletivos de jovens, entre outros, têm sido pautados pelo Programa nos meios institucionais e na assessoria à imprensa, local, regional e nacional.

Através das ações de Educomunicação, o Programa de Comunicação estimula o protagonismo das crianças de escolas do campo na área da produção dos seus próprios meios de comunicação. Promove, com isso, uma melhora na auto-estima e nos processos de aprendizagem, despertando o interesse

por telejornais, radiojornalismo, comunicação comunitária e meios impressos. Outro resultado desta metodologia inovadora é a promoção de maior integração entre escola e comunidade.

Deste modo, nas suas atividades, o Programa de Comunicação consegue mostrar os caminhos e experiências que promovem um desenvolvimento integral de crianças e adolescentes no semi-árido, através de uma educação pública contextualizada e de qualidade, da agricultura familiar, de oportunidades de geração de renda e da participação política em conselhos e organizações sociais. Na sua ação formadora, o Programa de Comunicação aposta na juventude como grupo dinamizador das transformações, utilizando a comunicação não só para a afirmação de uma identidade política da juventude rural do semi-árido, mas como ferramenta de mobilização e controle social das políticas públicas.

4. Programa Criança e Adolescente

Garantir direitos humanos no mundo vem sendo uma temática constante a ser trabalhada em governos e organizações civis desde o ano de 1949, quando foi instituída a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz em seu cerne a garantia dos direitos básicos inerentes ao ser humano.

No Brasil, após a execução de uma das “piores” leis já promulgadas no país, que instituiu o Código de Menores, essa discussão vem se fortalecendo a cada dia, fruto da participação do país em várias Convenções e Seminários, de modo especial sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Esse fortalecimento vem acontecendo desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que traz em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do estado proteger integralmente a criança e garantir os seus direitos básicos de vida, educação, saúde, lazer, convivência familiar e comunitária, dentre outros. Em 1990, foi promulgada a Lei n. 8.069/90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente

- ECA, e, a partir dessa data, a situação da infância e da adolescência brasileira começou a se modificar, pois muitas discussões e ações vêm sendo feitas.

Na região semi-árida baiana, basicamente nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, têm se desenvolvido várias ações que envolvem atores da sociedade civil e do poder público na questão da política pública de criança e adolescente.

No MOC, as ações desenvolvidas pelo Programa de Criança e Adolescente e pelo Programa de Juventude, nos municípios do semi-árido e com pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas a esse público, são executadas com a participação ativa dos atores sociais dos municípios, e dizem respeito a várias temáticas, como por exemplo: erradicação do trabalho infantil, plano municipal de ação, geração de renda para jovens, dentre outras.

O Programa Criança e Adolescente, de modo especial, tem oferecido uma assessoria qualificada para a mobilização social e política das organizações no controle social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Bahia. Nesta linha, tem-se garantido uma melhor participação, melhores ações educativas, um PETI que não se limita à concessão da bolsa auxílio para as famílias.

Ao lado disso, o Programa avalia que uma intervenção de qualidade, na linha da atuação dos Conselhos de Direito das Crianças e Adolescentes, é fundamental. Sabe-se que a maior parte destes Conselhos são cartoriais. Existem mas não funcionam. Por isso, o Programa tem desenvolvido, em alguns municípios, uma experiência de ajudar os Conselhos na elaboração concreta de um Plano Estratégico de Ação, de modo que localizem os problemas e identifiquem suas possíveis soluções, dentro de um plano efetivo de ação.

Outra linha estratégica de ação do Programa tem sido se fazer presente em espaços que

contribuem ou são instrumentos de elaboração e controle de políticas. Nesta linha o Programa representa e leva a voz do MOC e da região ao Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.

Estas e outras experiências fazem com que o Programa venha executando sua missão a partir da inserção em espaços estratégicos de discussão sobre o Sistema de Garantia de Direitos e o fortalecimento de uma política pública, onde a criança, o adolescente e o jovem possam ser protagonistas de sua própria história e possam, assim, contribuir para uma sociedade onde os direitos de todos os seres humanos sejam, enfim, respeitados.

5. Programa de Educação do Campo

No campo da educação, o grande desafio hoje, não é mais e apenas universalizar o acesso das crianças, adolescentes e jovens à escola. O maior desafio é garantir, ao lado do acesso, a qualidade da escola, com políticas públicas de educação definida e assumida. No campo, o acesso ainda não é universal, pois há déficit de escolas, de educação contextualizada (a partir da realidade) de políticas públicas definidas. Muitos jovens do campo são obrigados a migrar para as cidades para ter acesso aos estudos. Mas o mais significativo é a qualidade.

A experiência de educação aqui relatada acontece através das escolas públicas municipais e das ações sócio-educativas do Baú de Leitura e da Jornada Ampliada do PETI, como instrumento de garantia dos direitos das crianças e adolescentes do campo, pois a educação, a arte e a cultura tornam-se meios para conhecer, analisar e transformar a realidade do campo e como instrumento de mudança para um mundo melhor e, conseqüentemente, com a melhoria de vida das pessoas, em especial, das crianças e adolescentes.

Uma constatação interessante é que muitos adolescentes e jovens egressos do trabalho infantil, hoje continuam seus estudos e muitos deles estão cursando universidade. **Cerca de 68 adolescentes e jovens egressos do PETI, estão cursando ensino superior;** outros, com emprego melhor. Ou seja, crianças que tinham seu futuro comprometido, hoje melhoraram suas condições de vida.

Outro dado importante, é que cerca de 49 mil crianças e adolescentes que estavam no trabalho explorador, estão agora fora do trabalho e freqüentando, no turno oposto a escola, as ações sócio-educativas da Jornada Ampliada (ações complementares à escola), bem como, a escola regular, tendo garantido o direito a uma educação de qualidade, em tempo integral, desenvolvendo aí suas habilidades e potencialidades cognitivas, físicas, artísticas e criativas.

Quando se trabalhou na jornada regular, em 19 municípios, a questão da identidade insistindo na importância de todos terem documentos (Certidão de Nascimento e Registro Geral), cerca de 4.000 pessoas, a maioria crianças e adolescentes, adquiriram tais documentos, pois até então não os possuíam. Isto nada mais foi, do que defender o direito delas serem reconhecidas e respeitadas como cidadãs.

Também aprofundando os estudos sobre “desertificação e meio ambiente no semi-árido”, o Programa de Educação do Campo, nas escolas, visou sempre combater a depredação ambiental em favor da vida, tendo em vista principalmente a saúde das crianças e adolescentes e as gerações futuras. É preciso “saber cuidar”, como diz Leonardo Boff, para que outros possam viver bem, hoje e no futuro.

Na experiência educativa de leitura, é comprovada a eficácia do Baú de leitura quando se constata nos alunos a desinibição e desenvoltura oral e social. Pode-se até afirmar, fazendo um trocadilho com alguns títulos dos livros do Baú de Leitura que se utilizam no desenvolvimento das ações

sócio-educativas, que estas ações muito nos inspiram a continuar acreditando e construindo juntos, pois neste **“jardim de cada um”**¹, a criança vai encontrando, descobrindo ou mesmo modificando seu **“jeito de ser”**², sua identidade, a dos outros, a do meio onde vivem, seja **“nas terras dos orixás”**³, na **“casa da floresta”**⁴, nas **“lendas indígenas”**⁵ ou simplesmente **“balançando os sonhos”**⁶ e descobrindo que **“viver é uma grande aventura”**⁷, que há **“o outro lado da história”**⁸ e que as **“imagens do sertão”**⁹ não são somente tristes, que há muito o que descobrir e **“depois da montanha azul”**¹⁰ há um horizonte, e acreditar que é possível construir um mundo melhor. Assim consegui fazer com que as crianças e adolescentes, não só sonhem com isto, mas desfrutem deste mundo, cuidando e preservando-o, e que ajudem a construir o novo. Isto já está sendo feito, **“até mais verde”**¹¹.

Esta tem sido nossa perspectiva, nossa grande esperança: construir políticas públicas de educação integral com qualidade e garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens de acesso ao letramento e a boas leituras, com capacidade crítica e criativa, vivenciando com alegria, um exercício de cidadania.

6. Programa de Gênero

No ano de 2007, o Programa de Gênero identificou e capacitou jovens na média de 18 a 24 anos dos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e pontualmente do Litoral Norte e Chapada Diamantina, num total de 85. Atuando como sujeitos sociais nos projetos desenvolvidos pelo Programa, estas jovens lideranças femininas e monitoras, dinamizaram

um processo de mobilização das mulheres rurais, em seus respectivos municípios, atuando como multiplicadoras locais e agentes de desenvolvimento comunitário.

Tem-se contemplado a garantia dos direitos dessas jovens à medida em que se desenvolveu um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento pessoal e social das mesmas, assegurando-lhes, para tanto, o direito à vida plena enquanto protagonistas de suas histórias; direito a educação, por garantir um processo de formação em períodos que não comprometem as atividades escolares da educação formal das mesmas, inclusive estimulando a continuidade dos estudos.

Ao mesmo tempo, as ações do programa fomentam maior participação social dessas jovens e sua intervenção nos Conselhos Municipais de Gestão e em outros espaços de decisão política; fomentam o fortalecimento da auto-estima e identidade cultural como jovem do campo, dotada de especificidades próprias; fomentam igualmente o respeito à diversidade étnica, religiosa, ideológica e cultural, incentivando a permanência dessas jovens no campo como lideranças locais, estimulando os vínculos solidários, com direito de opinião, expressão e participação na vida política da comunidade.

As adversidades em que a região do Semi-árido está inserida conferem, muitas vezes, aos jovens a falta de perspectiva de uma vida digna e satisfatória. Não raro, os jovens deixam o campo em busca do sonho na cidade grande, distanciando-se de sua comunidade e tendo que amadurecer precocemente, deixando de usufruir os direitos inerentes à juventude. Assim, o fato de muitas dessas jovens terem sido inseridas nos projetos que o Programa de Gênero executa e acompanha, contribuiu, significativamente, para a mudança de um cenário de baixa estima, e falta de perspectiva futura, dando vazão para uma nova configuração de participação social e visão crítica, elevação da auto-estima, oportunidades

¹ RIBEIRO, Nye “O Jardim de Cada Um”, Ed. Papirus-SP, 2002.

² _____ “Jeito de Ser, - Editora Brasil, SP

³ GANYMÉDES, José “Na Terra dos Orixás”, Ed. Brasil, SP

⁴ PENTEADO, Maria Heloisa, “A Casa da Floresta”, Ed. Ática-SP

⁵ TORTOLERO, Antoracy “Lendas Indígenas” Ed. Brasil, SP

⁶ NERY, Barletta, “Balançando os Sonhos” Ed. do Brasil-SP

⁷ NICOLELIS, Giselda L. “Viver é uma grande Aventura” - Ed. Atual.

⁸ BASTOS, Sarney de Oliveira “O outro lado da História” - Ed. Moderna.

⁹ PORTO, Cristina “Imagens do Sertão” Ed. FTD

¹⁰ GRIBEL, Cristine, “Depois da Montanha Azul” - Ed. Salamadra-RJ

¹¹ LADEIRA, Julieta de G. “Até mais Verde” - Ed. Saraiva - SP

de conhecer seus direitos e lutar pelos mesmos. As jovens têm atuado enquanto coordenadoras dos MMTR's locais e regional, Coletivos e Secretarias de Mulheres, em seus respectivos municípios e na REDE de Produtoras da Bahia.

No que se refere às crianças e adolescentes da nossa região, se configuram sujeitos indiretos, porém importantes da ação do Programa de Gênero, tendo em vista a mobilização das organizações de mulheres trabalhadoras rurais e suas intervenções nos Conselhos Municipais, como: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Coletivo Municipal de Educação, enquanto espaços políticos formais e informais de decisões sobre os rumos das políticas municipais e promotoras dos direitos sociais. Assim, nossos jovens vêm assegurando outro olhar sobre essas categorias e, conseqüentemente, lutando pela efetivação dos seus direitos, sobretudo nas comissões municipais do Pacto por um Mundo Melhor para a Criança e o Adolescente do Semi-árido.

7. Programa de Políticas Públicas

A preocupação com os direitos da criança e do adolescente ocupa a centralidade nas políticas de inclusão social do semi-árido baiano, Territórios do Sisal e Jacuípe, decorrente do amplo processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil organizada nestes territórios. Esse cenário foi constituído na implantação do PETI na região, no final dos anos 90, em que o MOC assumiu um papel estratégico junto aos movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos de mulheres para intervenção político-social nessa dimensão, com participação forte do Programa de Políticas Públicas.

Ao tempo em que se mantêm as mobilizações voltadas para o PETI e os direitos das crianças, o cenário social atual coloca em relevo a emergência de um novo sujeito de direitos: os jovens. Saindo da invisibilidade social, o segmento juvenil

se destaca no tocante às pesquisas acadêmicas e às políticas públicas setoriais, antes configurado como "objeto passivo" da intervenção institucional de sindicatos, associações e outras entidades da região semi-árida. Com isso, outro desafio se apresentava: constituir iniciativas de auto-organização da juventude para a interferência nas políticas públicas setoriais e, em especial, para a população jovem. Inovando na concepção metodológica de trabalho com jovens, a equipe de Políticas Públicas contribuiu para a formação de experiências permanentes de identidade política juvenil, contando com o apoio dos movimentos sociais da região para operar essa transição.

Essa intervenção institucional se direciona para a assessoria e acompanhamento técnico-político e pedagógico aos Coletivos de Jovens em 23 municípios e ao espaço de articulação regional da juventude (Coletivo Regional Juventude e Participação Social).

De forma paralela e complementar a essa dimensão, a luta pela efetivação dos direitos infante-juvenis se constitui no campo de fortalecimento do papel dos Conselhos Municipais de Assistência Social, capacitando os conselheiros para operacionalização e efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com as novas exigências da NOB (Norma Operacional Básica), e também na capacitação dos Conselheiros e implantação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, nos municípios onde esses espaços de controle social inexistem ou estão em processo inicial.

Essas duas dimensões de ação institucional procuram romper com o ciclo perverso de descaso e pobreza que afetam principalmente as crianças, adolescentes e jovens que se encontram em famílias de baixa renda e inseridas na agricultura familiar da região semi-árida baiana. De um lado, a juventude rural tem assumido um papel-chave na construção de projetos e políticas referenciais de geração de trabalho e renda, qualificação técnica e protagonismo social

na formulação e controle das políticas públicas, aliado aos movimentos sociais e sindicais da região. De outro, a atuação dos Conselhos municipais apontam para a efetivação do controle social das políticas públicas na tentativa de construir espaços de direito e de justiça social que priorizem a criança e o adolescente como sujeitos da sua própria história, valorizando sempre os saberes da cultura local/regional.

REFLETINDO A CAMINHADA

Direitos das crianças, adolescentes e jovens, a construção destes direitos, foi a reflexão que o MOC se propôs a fazer, a partir da prática dos seus programas e da instituição enquanto tal.

No mar de injustiças, de não reconhecimento de direitos e de não identificação das individualidades dos vários sujeitos, na construção do desenvolvimento, assim como do reconhecimento de direitos que historicamente têm sido negados às pessoas e populações, a nossa prática institucional aponta ganhos e questões interessantes.

De um lado, são evidentes os sinais concretos da luta e dos resultados, em relação aos direitos das crianças, adolescentes e jovens. São crianças, antes fora da escola que hoje a freqüentam, tendo acesso a processos educacionais de qualidade; são famílias que, inseridas em processos de geração de renda, podem garantir melhores condições de vida para seus filhos e mantê-los na escola, ao invés de conduzi-los ao trabalho infantil explorador; são crianças que, antes tímidas, sem capacidade de comunicação, hoje enfrentam grandes públicos, se expressam, se comunicam; são jovens que criam suas próprias representações, se auto-organizam e, deste modo, ocupam espaços públicos de articulação, elaboração e monitoramento de políticas públicas para a juventude; são Conselhos da Criança e Adolescente, que planejam suas ações, de modo a se tornarem efetivos e por sua atuação, construírem as políticas de criança e adolescente. São associações, sindicatos,

pólos sindicais, movimentos de mulheres que colocam em suas pautas os direitos das crianças e adolescentes e a luta por sua efetivação. Mais do que tudo, é uma cultura que cresce a cada dia de que crianças não são cidadãos de amanhã e sim, de hoje, de que seus direitos são para hoje e não para o futuro; de que temos obrigação cidadã de fazer valer os direitos das crianças e adolescentes e somente assim pode-se construir uma sociedade justa e igualitária; que crianças no trabalho é violência inominável. Aparecem, assim, sinais evidentes de que as crianças, adolescentes e jovens são sujeitos de direito e de que seus direitos começam a ser respeitados.

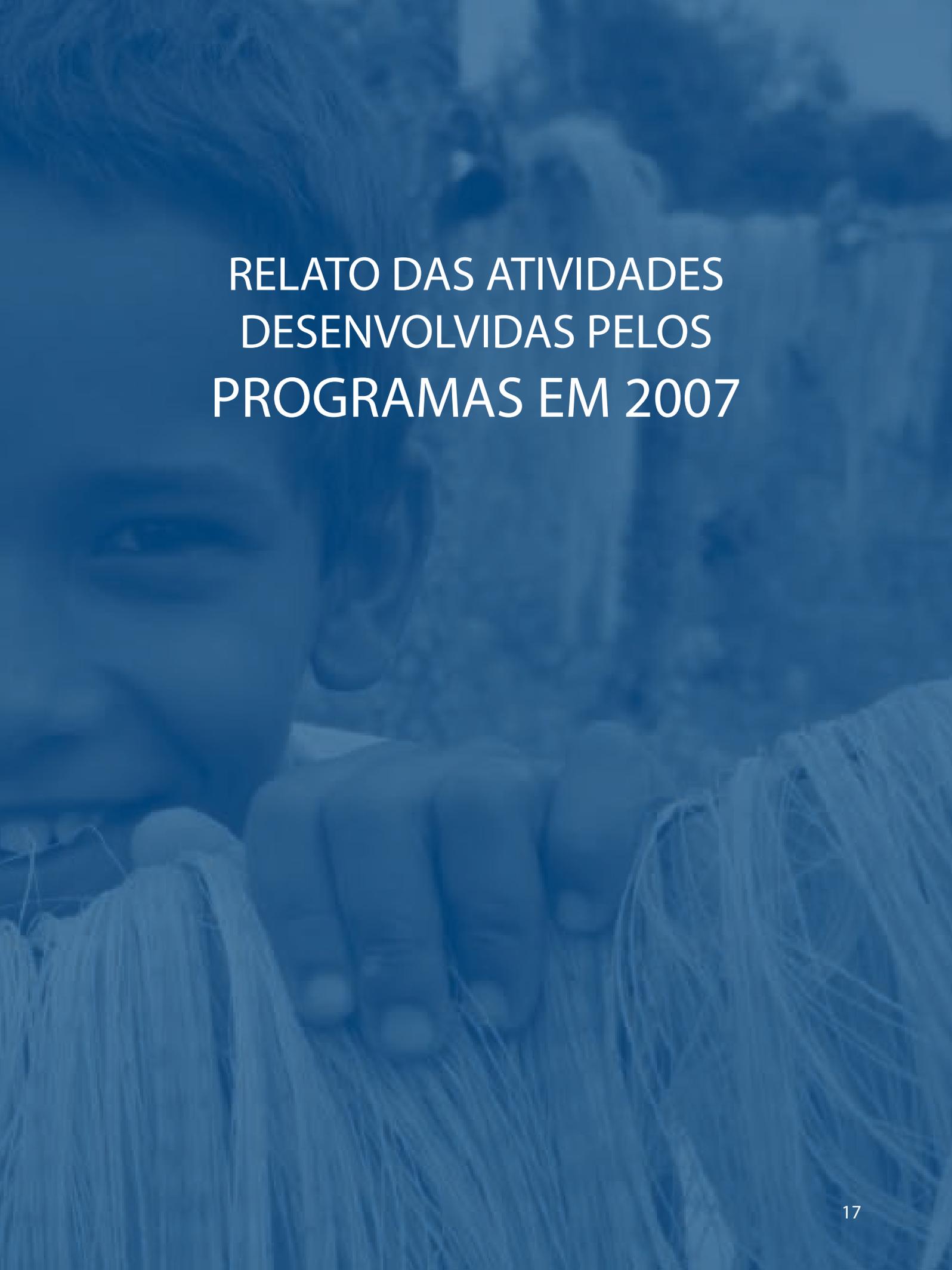
Por outro lado, se torna evidente que o conseguido até agora, se é motivo de alegria quando se olha a caminhada feita e seu ponto de saída – quando direito de criança adolescente e jovem era algo absolutamente inexistente – se vê também a necessidade de maior articulação entre as ações dos programas do MOC e um maior enraizamento do processo de trabalho.

Ao lado disso, visualiza-se, com clareza, a necessidade de que as experiências realizadas, sistematizadas, sejam instrumentos de políticas públicas nas varias áreas de nossa atuação.

O desafio continua, nossas crianças e jovens ainda não têm garantidas políticas que lhes assegurem seus direitos. A qualidade da escola ainda as ameaça, a falta de oportunidade de geração de renda ainda as impulsiona alguns jovens para a ilusão das grandes cidades, o acesso à terra é problemático; Sindicatos e organizações outras ainda não absorveram suficientemente a idéia e prática de que jovens devem compor seus quadros e suas diretorias, assim como se auto-organizarem na busca dos seus direitos e de políticas.

O caminho a trilhar ainda é longo para construir e conquistar tudo isto. Continuaremos na luta!





RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS EM 2007

Programa Água e Segurança Alimentar



O Programa Água e Segurança Alimentar tem como objetivo colaborar para transformar a realidade social dos agricultores e agricultoras familiares, perpassando por um processo educativo de sensibilização quanto ao acesso à água de boa qualidade para beber, cozinhar e para a produção. Neste processo educativo, centra-se na organização dos sujeitos para que eles possam construir novas perspectivas de vida no que se refere à água em suas vidas. Nessas caminhadas, cada sujeito reconhece o seu papel e a importância de lutar, pois, percebe que a água é vida, um direito humano e político. Em 2007, o Programa Água e Segurança Alimentar continuou assessorando e capacitando as Comissões Executivas Municipais sobre duas temáticas cruciais que fortalecem a Convivência com o Semi-Árido brasileiro: Políticas Públicas Hídricas e Relações Sociais de Gênero.

O Programa Água e Segurança Alimentar centra sua atuação em 30 municípios que se inserem nos Territórios da Região: Território Portal do Sertão, Território Bacia do Jacuípe e Território do Sisal. Uma das grandes carências da população pobre que reside na zona rural, sem dúvida, é a insuficiência de água de qualidade para beber, cozinhar e produzir. Isso porque o clima da região é caracterizado por um baixo índice de pluviosidade, ficando entre 400 e 750 mm ao ano, precipitada de modo concentrado no tempo e mal distribuída no espaço.

Via de regra, a água das chuvas vai direto para os açudes e barreiros onde ligeiramente é evaporada. Na maioria das vezes, estas barragens localizam-se em propriedades particulares, de grandes fazendeiros, gerando-se assim, um desgaste físico e emocional porque as famílias mendigam baldes de água (às vezes negados) e caminham quilômetros em busca de uma água contaminada.

Diante deste cenário, a imagem difundida pelos meios de comunicação social é que o semi-árido é uma região seca, cinza, sem perspectiva de permanência, de sobrevivência. As imagens retratadas são de calamidades, nunca de possibilidades. O discurso defendido pelos políticos é o de exterminar a seca, entretanto, como acabar com o clima, elemento essencial da natureza? Este questionamento nos leva a refletir sobre uma nova visão: aquela de convivência com o semi-árido, ou seja, compreender como o clima funciona e adequar-se à ele.

Essa é a proposta pedagógica do Programa. Utilizar as alternativas de convivência com o semi-árido para melhorar a qualidade de vida dos povos do campo. Uma das experiências testadas e aprovadas é a água de chuva captada e armazenada nas cisternas de placas com capacidade de 16.000 litros de água potável para o consumo humano. Nesse ano de 2007, através da mobilização e articulação das



O significado e impacto das cisternas na vida das mulheres ficou evidenciado em oficinas de sistematização.

Comissões Executivas Municipais, compostas por representantes de entidades da sociedade civil organizada nos municípios, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Paróquias, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, associações comunitárias e municipais, cooperativas, CEAIC, APAEB's, entre outros; **foram construídas 1.171 cisternas**, o que significa dizer que **mais de 7.000 pessoas** tiveram acesso à água potável para beber e cozinhar nas portas de suas casas e, além disso, **1.056 famílias foram capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos**.



5 mil agricultores de todo semi-árido brasileiro celebraram um milhão de pessoas beneficiadas por cisternas do P1MC.

Perfazendo o total de **7.494 cisternas construídas nos últimos anos**, mais de **44.964 pessoas foram contempladas e 7.426 famílias estão tratando e usando corretamente a água da chuva captada**. O enfoque dado nos cursos de formação está ligado diretamente ao manuseio e cuidado da cisterna bem como ao tratamento da água e as possíveis doenças que poderão ser prevenidas.

Partindo das análises da água da cisterna houve uma reformulação dos conteúdos dos Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos possibilitando uma reflexão das ações práticas exercidas pelas famílias e que interferem na qualidade da água. Integraram-se nesse processo educacional outros atores sociais, dentre eles: agentes de saúde local, professores que lecionam nas próprias comunidades, líderes comunitários, Comissão Comunitária e, ainda, aumentou-se a participação dos membros das CEM's, pois, estes perceberam a importância da capacitação das famílias independente da ação do projeto.

Ressalta-se, também, a continuidade das capacitações onde **234 famílias foram recapitadas** em manejo, cuidado e tratamento da água da cisterna ocorrendo uma redefinição de alguns hábitos culturais existentes.

Uma outra estratégia do Programa Água e Segurança Alimentar em relação a alternativas de Convivência com o Semi-Árido é a implantação e implementação de tecnologias sociais e sustentáveis que garantam recursos hídricos para produção e para a dessedentação animal.

Houve uma ampliação de conhecimento acerca da cisterna calçadão e da barragem subterrânea, a partir das visitas de intercâmbios e da própria construção dos sítios demonstrativos. Esta linha de ação permitiu o acréscimo na renda da comunidade porque a produção é destinada

para a feira local e consumo alimentar reforçando os preceitos de segurança alimentar e nutricional, fortalecendo a agricultura familiar e ecológica.

Nesta linha de atuação, há grande inter-relação com um dos programas do MOC, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, proporcionando assistência técnica aos agricultores e agricultoras auxiliando no processo de escoamento dos produtos. Destaca-se também o aumento de renda para os pedreiros que constroem os sítios demonstrativos, conhecendo e implantando

esta tecnologia social em outras áreas.

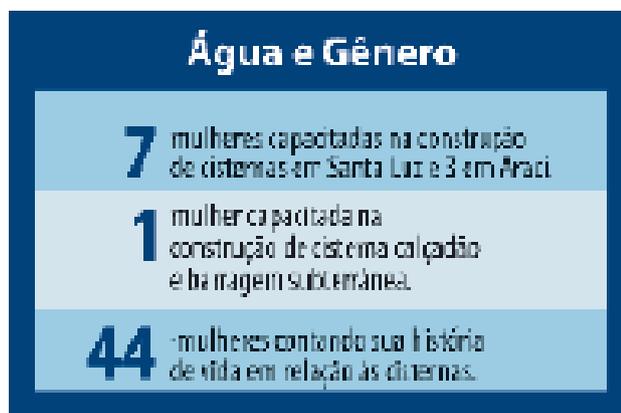
Cerca de **460 agricultores, dirigentes e lideranças** participaram das ações de mobilização, discussão e construção das estratégias de construção de sítios demonstrativos, ampliando as reflexões de captação e utilização da água da chuva para a produção.

Um outro viés relacionado ao Programa Água e Segurança Alimentar refere-se à continuidade das capacitações das CEM's em políticas públicas hídricas locais e estaduais,



Cisterna Calçadão de captação de água da chuva para produção no sítio demonstrativo de Araci.

com destaque na inserção de emendas em orçamentos públicos municipais. Estas capacitações, inclusive, motivaram os líderes e dirigentes da sociedade civil organizada a ampliarem suas discussões a nível estadual, como por exemplo, na atuação efetiva no Plano Plurianual Participativo que, posteriormente, surtiu efeito no destaque das ações voltadas para água de produção contribuindo para a implementação do Projeto Água para Todos por parte do Governo do Estado da Bahia. Neste sentido, as CEM's, estavam



sensibilizadas para negociar com o poder público local, a partir daí, expandindo as discussões com representantes do poder público e diminuindo a resistência de negociação de estratégias de elaboração de emendas voltadas para as questões hídricas.

Intensificou-se também a discussão do trabalho das mulheres na construção das cisternas que, aos poucos, começam a ser reconhecidas como disseminadoras da cidadania na construção de tecnologias apropriadas para Convivência com o Semi-Árido. Apesar de **10 mulheres terem sido capacitadas quanto à construção de cisterna e 1 mulher capacitada para construir cisterna calçadão e barragem subterrânea**, mesmo assim, há uma resistência por parte de alguns representantes das CEM's, das Comissões Comunitárias e das famílias que serão beneficiadas em aceitá-las como

construtoras. Enfim, o embate cultural em relação a ocupação das mulheres nos espaços considerados masculinos tem sido quebrados, entretanto, ainda é visto com preconceito.

Considerações Finais

Pode-se dizer que 2007 foi um ano de conquistas, tensões e desafios. Avançamos nas discussões do acesso à água para produção bem como as implantações dos sítios demonstrativos comprovando que ousar é preciso para transformar a realidade social dos agricultores e agricultoras familiares que fixam moradia na zona rural. Através dos parceiros envolvidos, como, a CRS (Catholic Relief Service), a PPM (Pão Para o Mundo) e, mormente, os sujeitos que igualmente são parceiros na mobilização, articulação, planejamento, monitoramento e na avaliação das atividades em prol da desconstrução das políticas assistencialistas, do rompimento das inviabilidades, da quebra do monopólio clientelista e, conseqüentemente, se constrói um semi-árido onde o homem, a mulher, os jovens e crianças aprendem a se relacionar com a natureza, tecendo assim, laços de sustentabilidade.

Para defender estas conquistas, o povo do semi-árido mostrou a sua capacidade de mobilização. Diante da possibilidade de uma descontinuidade do P1MC, cerca de 3 mil pessoas da região de atuação do Programa Água e Segurança Alimentar reuniram-se em Feira de Santana para comemorar o acesso de mais de 1 milhão de pessoas à água de boa qualidade e pressionar o governo federal para a renovação do termo de parceria com a ASA. Ao todo, foram mobilizadas 5 mil pessoas de 10 estados do Semi-Árido.

Confira a tabela completa de atividades na página 70.

Programa de **Fortalecimento da Agricultura Familiar**

O ano de 2007 consolidou algumas estratégias políticas e operacionais importantes para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e começou a abrir novas perspectivas de atuação, orientando o conjunto das ações para a inserção cada vez mais efetiva da agricultura familiar no cenário produtivo e social e de desenvolvimento sustentável no meio rural do semi-árido brasileiro.



De um lado, o protagonismo dos jovens rurais enquanto agentes de ATER, a ampliação do número de famílias em transição para a agroecologia, as experiências dos agricultores e agricultoras sendo sistematizadas e difundidas, o Plano Safra das cooperativas organizando a demanda local por crédito, a transformação da ASCOOB (Associação das Cooperativas de Crédito Rural) em Cooperativa Central, as novas linhas de financiamento do COGEFUR e a chegada crescente dos produtos da agricultura familiar com valor agregado no mercado, somam-se para confirmar que as ações propostas e desenvolvidas pelo MOC estão na direção correta; de outro lado, as feiras agroecológicas, os grupos produtivos de mulheres, o acesso dos produtos no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a integração das políticas públicas nos territórios demonstram a constante e necessária evolução dos serviços prestados à população rural, guardando sintonia com as variações conjunturais e senso de oportunidade para o cumprimento da missão da instituição.

É com esta conformação de consolidação de práticas e inovações que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar apresenta, por Sub-Programa, as conquistas de 2007 e as reflexões com os desafios para os próximos anos.

Sub-Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Em 2007, as ações de assistência técnica deram partida a uma nova forma de atendimento do MOC às famílias rurais – que ganha força a cada ano – onde a qualificação da ação e as sistematizações para difusão das tecnologias de produção vão ocupando o lugar do atendimento em escala. A concepção recorrente é que o MOC não pode e nem deve assumir a atribuição do Estado na efetivação de uma assistência técnica abrangente para a



agricultura familiar, mas de ter um programa bem estruturado e definido, com resultados de impacto que sejam passíveis de registros e propagação nas políticas públicas. Esta opção permitirá a acumulação e resguardará a atribuição institucional de fazer sem substituir.

A primeira linha de atuação procurou fortalecer as entidades locais para a criação de uma Rede Regional de ATER, composta por organizações parceiras que já estavam envolvidas no Programa fazendo o seu controle social na medida em que participaram das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e atividades e, de modo especial, abrigaram os/as técnicos/as em suas sedes e definiram com eles/as uma agenda de trabalho a cada mês. Nesta intenção, três encontros específicos e uma viagem de intercâmbio aos Estados da Paraíba e Pernambuco foram promovidos, e pôde-se contabilizar



Venda animada durante a Feira Agroecológica em Valente.

como resultado já obtido, um processo de afinamento onde se foi separando aquelas organizações que de fato querem e reúnem as condições para atuar como prestadoras de serviços de ATER, daquelas que preferem – e tem maior aptidão – para exercer um papel mais propositivo e de monitoramento. Como o MOC vinha animando uma Rede composta basicamente das Organizações do Projeto Prosperar – com recursos de origem governamental – e integrando outra Rede Regional denominada de REPARTE (Rede de Assistência Técnica Parceiros da Terra) que também passa por um processo de qualificação, sinaliza-se a perspectiva de junção das duas redes a partir de 2008.

Na mesma direção caminha a ação com os jovens multiplicadores. Se num momento inicial foi importante ter uma abrangência maior para demonstrar que é possível executar um programa público de ATER para quase 13 mil famílias, espalhadas em 45 municípios, quando o MOC manteve 322 jovens em atividades de campo a partir da coordenação de uma equipe de 14 técnicos, as dificuldades de garantir a continuidade de um programa deste porte com as intempéries comuns no seqüenciamento dos convênios governamentais, revelaram a necessidade de recuar para qualificar, sob pena dos abismos criados nas renovações – por apresentarem tempos variados - trazerem seqüelas que contaminam a metodologia de atuação. Foi o que ocorreu em 2007: até junho foi possível manter toda a equipe e os jovens, mas somente em dezembro se re-estabeleceram as perspectivas de renovação e continuidade para materialização no primeiro trimestre de 2008. Por efeito, o MOC teve que diminuir a equipe para sete técnicos e manter apenas parcialmente o trabalho com os jovens.

Subtraindo esta dificuldade operacional que o Programa viveu em 2007, vale registrar os

avanços obtidos no processo de assistência técnica às famílias rurais:

- 43 jovens e 68 mulheres tiveram acesso ao crédito rural do PRONAF nos bancos e cooperativas de crédito. Foi um número pequeno, mas abriu o caminho para ganhar escala, já que os entraves operacionais foram superados;
- 18 experiências agroecológicas foram sistematizadas e destas, 05 foram apresentadas no Encontro Estadual de Agroecologia e 02 no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em Recife;
- 11 propriedades rurais passaram a ser centros de difusão de tecnologias de convivência com o semi-árido e abrigaram eventos de socialização de práticas agroecológicas entre os agricultores. Mais de 400 agricultores fizeram visitação a estas propriedades em 2007;
- 04 novas feiras agroecológicas foram implantadas e uma foi fortalecida, constituindo-se como espaços locais diferenciados de comercialização dos produtos dos agricultores familiares organizados em grupos produtivos solidários. Trata-se também de dar visibilidade à produção sustentável unindo quem produz e quem consome;
- Cresce a olhos vistos o envolvimento de pessoas e grupos na descoberta e aplicação de novas tecnologias de convivência com o semi-árido como as barragens subterrâneas, as cisternas calçadão, as hortas verão e os pomares com água no ponto certo, elevando o grau de segurança alimentar e nutricional de mais de 600 famílias participantes do programa, e;
- Os atributos de produtividade, autonomia, resistência, resiliência (capacidade dos sistemas produtivos se recomporem para voltar a funcionar bem) e flexibilidade foram melhor difundidos e aplicados pelos agricultores e agricultoras tidos/as como em transição para a agroecologia, dando indicativos mais claros de sustentabilidade das propriedades rurais.



Agricultor familiar da comunidade Açude de Aroeira em Conceição do Coité.

Por último, cabe salientar a presença e a participação dos Agentes Jovens de ATER no Programa, sem os quais não seria possível alcançar um público tão grande e diversificado. Não obstante o ocorrido no segundo semestre do ano, quando faltaram recursos para a manutenção das atividades, os procedimentos metodológicos com a inserção dos jovens foram mantidos e reafirmados, onde os jovens, pela relação de proximidade e credibilidade conquistada, exerceram a importante função de difusor das práticas produtivas que levaram centenas de agricultores e agricultoras a re-organizar os seus sistemas produtivos. De um lado, isto foi possível porque eles, via de regra, antes de difundir, fizeram as práticas nas propriedades dos seus familiares e usaram estes locais como pontos de demonstração e, de outro lado, porque o MOC intensificou a formação e manteve os encontros de monitoramento ao nível municipal, fatos que deram mais segurança e qualificação aos jovens para cumprirem o seu papel.

Sub-Programa de Agroindústria e Comercialização

O Sub-Programa de Agroindústria e Comercialização do MOC, durante todo o ano de 2007, apoiou e articulou ações que

contribuíram para o acesso dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária nos mercados institucional, solidário e convencional, promovendo, também, ações que qualificaram a atuação dos produtores/as no beneficiamento dos produtos e na gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e dos Grupos de Mulheres Produtoras (GMP).

Levando-se em conta as práticas de autogestão, trabalho coletivo e relações eqüitativas de gênero, a atuação do MOC procurou contribuir para reforçar e potencializar os princípios da economia solidária e da agroecologia na perspectiva de promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores (as) familiares.

Neste sentido, foram realizadas atividades de formação continuada e acompanhamento técnico sistemático aos EES e a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão) no processo de gestão e organização da produção, incentivando a troca de saberes entre os empreendimentos, vislumbrando o acesso aos mercados (locais, territorial e institucional) e na participação em feiras/eventos de economia solidária e agricultura familiar.



Para dinamizar processos de autonomia e troca de experiências em rede entre os 18 EES e dos 35 grupos de mulheres, nas

suas estratégias de comercialização e na gestão político-institucional, foram levadas a efeito durante o acompanhamento sistemático, um conjunto de reflexões que resultaram na criação da Cooperativa Central de Comercialização da ARCO Sertão e na fundação da Cooperativas da Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE).

Entre as estratégias operacionais, em todo o ano de 2007 os grupos assistidos foram estimulados a participarem em feiras e eventos da agricultura familiar e economia solidária, contribuindo para o fortalecimento da comercialização e da troca de experiências. Com destaque, o MOC apoiou a participação de representantes dos empreendimentos em feiras internacionais, cinco estaduais e sete territoriais, onde a divulgação dos produtos permitiram a realização de negócios com empresários dos ramos de supermercados e centros de artesanatos.

Dos resultados gerados a partir dessa ação, podemos exemplificar:

- A atuação articulada da ARCO Sertão e da Rede de Produtoras da Bahia no Fórum Estadual de Economia Solidária, o que vem garantindo o acesso dessas organizações a participação em espaços como as Plenárias Territoriais, Estadual e Nacional de Economia Solidária, além das Feiras Estadual e Nacional de Economia Solidária;
- Sistematização de propostas dos grupos filiados às organizações e apresentação e negociação destas junto a órgãos públicos. Fruto disso foi o Projeto de Realização da II Feira das Mulheres Produtoras, realizada pela Rede de Produtoras da Bahia em parceria com a Superintendência Estadual de Agricultura Familiar e o Projeto de Formação da Base de Serviços dos Territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, cuja entidade responsável ficou sendo a ARCO Sertão, tendo a Secretária de Desenvolvimento



Produção de sequilhos para o PAA no Centro Comunitário São João de Deus em Ichu.

Territorial do Governo Federal como financiadora;

- Participação da Rede de Produtoras da Bahia como delegada nas Conferências Territorial, Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres, nas quais foram apresentadas as demandas das mulheres produtoras no que tange as políticas públicas;
- Participação da Rede de Produtoras da Bahia no Comitê Nacional do Programa de Promoção a Igualdade de Gênero Raça e Etnia, o qual tem a função de construir e definir as estratégias de implementação do programa, que é constituído com recursos de diversos ministérios do Governo Federal;
- Participação da ARCO Sertão no Comitê Estadual de Comercialização, órgão ligado a Superintendência de Agricultura Familiar da Secretária Estadual de Agricultura.

Nas ações desenvolvidas nos grupos de Mulheres e nos EES cabe destacar o trabalho das 20 Jovens Monitoras e dos 07 Agentes de Desenvolvimento Solidário que contribuíram para o desenvolvimento das ações do Sub-Programa através do acompanhamento e da orientação cotidiana aos grupos e aos empreendimentos.

A opção estratégica de desenvolver a assessoria e acompanhamento aos GMP's e EES, através da formação e acompanhamento das jovens monitoras e dos agentes de desenvolvimento solidário tem sido vista como uma alternativa para a sustentabilidade destas organizações, uma vez que as/os jovens são filhas e filhos de agricultores e agricultoras familiares e aos poucos passam a integrar os GMP's e EES, fazendo com que o conhecimento seja construído na própria comunidade, o que se projeta para no futuro essas organizações não necessitem mais da assessoria do MOC para este enfoque.

Outra ação desenvolvida para acesso dos grupos ao mercado institucional foi o apoio dado à elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Governo Federal. Por este intermédio, foram beneficiados 900 agricultores/fornecedores e 15.000 beneficiários/consumidores, com contratos de compra com entrega simultânea no valor aproximado de R\$ 980.000 (novecentos e oitenta mil reais). Entre os produtos comercializados estão a farinha de mandioca, o beiju, a polpa de frutas, hortaliças, bolos, carnes de frango e caprinos. O impacto do programa nos grupos possibilitou a reestruturação produtiva de



Mulheres da Rede de Produtoras no desfile "Trançado de Idéias" durante a 2ª Feira das Mulheres Produtoras em Feira de Santana.

03 empreendimentos com regularidade de produção decorrente das entregas e, em alguns casos, a formação de novos empreendimentos como a cooperativa de produção de beiju do município de Conceição do Coité. A execução do PAA na região ainda permitiu a promoção da segurança alimentar dos beneficiados consumidores em creches, associações comunitárias, escolas e pastorais que receberam a doação do alimento. E ainda, também, articulou diversas entidades de representação de agricultores familiares, como: APAEB Serrinha, Associações Comunitárias e cooperativas de agricultores.

Baseados nos princípios da participação e construção coletiva do conhecimento, foram realizados encontros para troca de saberes e experiências entre empreendimentos e grupos de mulheres, promovendo, também, a aproximação destes às práticas agroecológicas e da Economia Solidária, o que contribuiu para a superação de obstáculos na organização da produção e o suprimento das pequenas agroindústrias.

Dentre as cadeias apoiadas e potencializadas no Território do Sisal, merece destaque a cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura. Com 10 associações representativas de apicultores e 265 agricultores familiares, o MOC desenvolveu atividades na área de melhoria da qualidade na produção de mel, formação da rede de meliponicultores, gestão cooperativa, organização produtiva dos produtos da colméia, intercâmbios entre apicultores e viabilizou a participação deles em congressos e seminários estaduais e nacionais, culminando com os seguintes resultados imediatos: a) sensibilização referente a higiene e qualidade dos produtos das abelhas; b) manejo adequado dos apiários; c) práticas sustentáveis de conservação e preservação do meio ambiente; d) práticas coletivas de produção e comercialização e; e) articulação para formação do Comitê Territorial de Apicultura e Meliponicultura que provocou a constituição

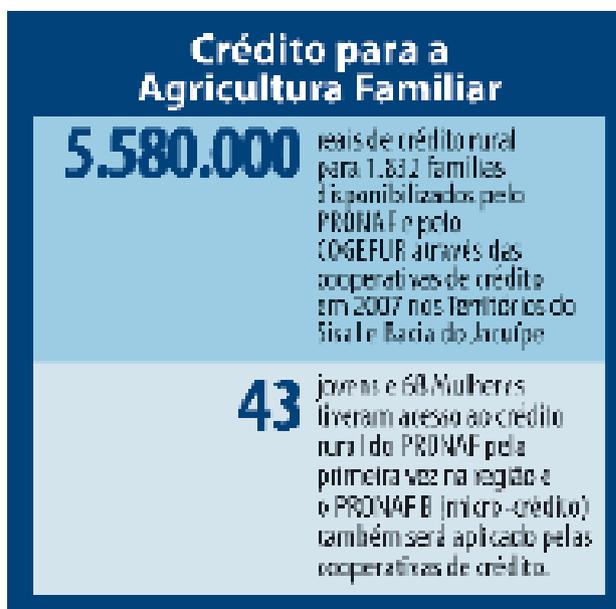
de um empreendimento que representasse verdadeiramente os interesses da categoria: a Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-árido do Estado da Bahia (COOAMEL).

O beneficiamento e a comercialização da carne de caprinos e ovinos começa, por seu turno, a se tornar outro foco do trabalho do MOC, com o apoio dado à Unidade de Beneficiamento da Carne de Caprino do Município de Pintadas, envolvendo os Territórios da Bacia do Jacuípe, onde está instalado o empreendimento frigorífico que deve começar a funcionar em meados de 2008 e o Território do Sisal que não fará o beneficiamento localmente, mas será fornecedor integrado.

Sub-Programa de Crédito

Muda para melhor, a cada ano, a independência que as ações voltadas para a disponibilização do crédito rural na região vão adquirindo em relação ao MOC que, sintonizado com esta dinâmica, vem progressivamente aperfeiçoando a sua forma de dar apoio às organizações locais. Se, fazendo uma retrospectiva de 10 anos, lembramos que os Fundos Rotativos tinham gestão centralizada no MOC, eram a única opção de crédito para os agricultores familiares e alcançaram menos de 2.000 famílias, e hoje, as cooperativas de crédito sendo uma realidade que operacionalizam os Fundos Rotativos unificados com carteira superior a R\$ 5 milhões, trazem financiamentos dos programas oficiais de crédito, usam o dinheiro captado na poupança local para realizar empréstimos e atendem por ano a mais de 20 mil famílias, pode-se confirmar a grandeza desta evolução, onde praticamente tudo funciona sem a participação do MOC.

A partir de 2007, a assessoria do MOC se restringiu aos dirigentes e assessores das cooperativas de crédito, da ASCOOB e do



COGEFUR em apenas alguns momentos estratégicos. Todas estas organizações atualmente são autogestionárias. No caso das Cooperativas de Crédito e da ASCOOB, a assessoria se deu no planejamento e negociação com o Banco do Brasil dos recursos anuais do PRONAF C para a safra 2007/2008, na elaboração do Projeto e negociação com o Banco do Nordeste para que duas Cooperativas aplicassem os recursos do PRONAF B e na elaboração e apresentação da proposta de criação da Central de Cooperativas (ASCOOB Central) junto ao Banco Central. De forma também pontual, o MOC apoiou o processo de renovação de projetos da ASCOOB junto às agências de cooperação internacional e auxiliou a elaboração de um projeto de micro-crédito cooperativo para captação de recursos no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Pelo segundo ano consecutivo, em 2007, O Banco do Brasil atendeu a demanda de crédito para a agricultura familiar da região apresentada pela ASCOOB e suas cooperativas compondo um valor global de R\$ 10,9 milhões, o que daria para atender a aproximadamente 5 mil famílias. Contudo, os vários mecanismos operacionais do fluxo financeiro do banco para as cooperativas

e destas para os agricultores ainda não funcionaram a contento, levando a efetividade da ação a menos de 50% do planejado, tanto em volume de recursos quanto em número de famílias beneficiadas. O principal entrave esteve nas agências bancárias de relacionamento, onde os funcionários locais não se dispuseram, na medida necessária, ao relacionamento profícuo com as cooperativas.

O projeto piloto de aplicação de recursos do PRONAF B foi algo também de importante que ocorreu em 2007 para a agricultura familiar da região. Por ele, as duas cooperativas selecionadas pelo Banco do Nordeste (Santa Luz e Pintadas) iniciaram o cadastramento para atender aproximadamente 3 mil famílias com financiamentos para atividades rurais que podem variar de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00, com juros de apenas 0,5% ao ano. Para aplicar os recursos, as cooperativas farão jus a uma taxa de administração de 2,0% do valor emprestado.

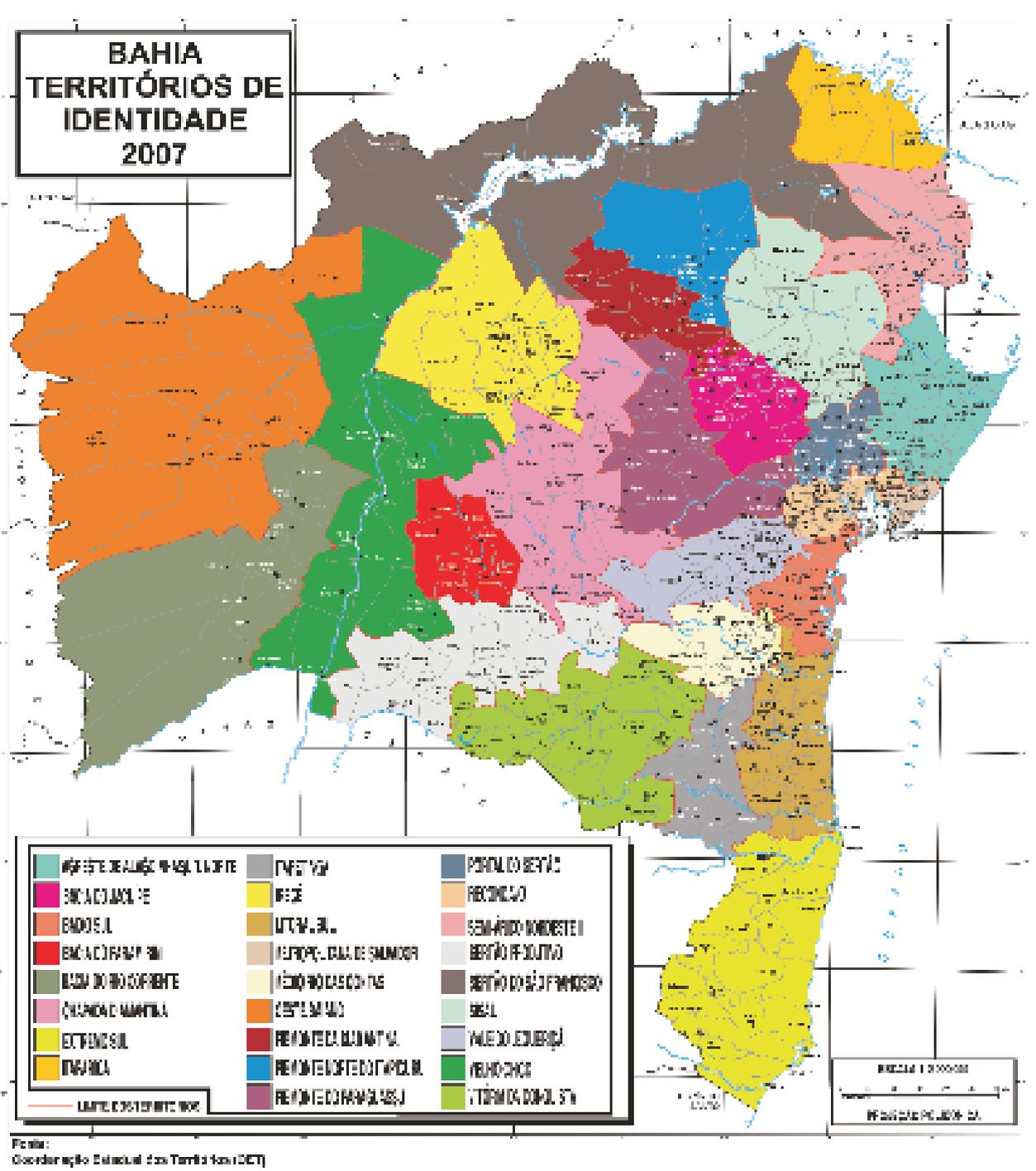
Outra vertente da assessoria do MOC às cooperativas de crédito, tende a lograr resultado logo no início de 2008: a criação da ASCOOB Central. Trata-se de uma aspiração das cooperativas filiadas a ASCOOB que vem ganhando expressão na medida inversa em que vão se somando os descontentamentos com a única central existente na Bahia que, ao agregar diferentes categorias, não tem dado a atenção necessária às que têm base na agricultura familiar e economia solidária. O caminho está sendo longo, mas há sinais do Banco Central de que nos próximos meses sairá a autorização para o funcionamento da nova central. Com isto, estima-se a ampliação ainda maior do crédito para a região. No caso do COGEFUR, a assessoria do MOC deu-se basicamente na revisão e montagem das novas linhas de crédito. Agora são 11 linhas de financiamento e há linhas específicas

para os jovens e para as mulheres. Em 2007, o COGEFUR repassou R\$ 690.000,00 para as 10 Cooperativas de Crédito, por onde foi possível atender a 532 novas famílias. Esta forma de gerir a carteira a crédito dos antigos Fundos Rotativos num ciclo de gestão que envolve as entidades parceiras locais (sindicatos, associações e cooperativas) na proposição, análise e deferimento dos financiamentos, tem ajudado na auto-sustentação financeira do COGEFUR, já que a inadimplência caiu de mais de 40% para menos de 2%. Neste ano de 2007, por exemplo, o COGEFUR tinha previsão de receber R\$ 926.282,95 e recebeu em dias R\$ 771.710,47 e mais R\$ 81.234,15 em até 60 dias de atraso.

Sub-Programa Desenvolvimento Territorial

Até o ano passado, as ações de desenvolvimento territorial eram colocadas como Projeto Especial, mas a partir deste ano, estas ações foram incorporadas dentro de um sub-programa próprio, já que a articulação e a integração das ações desenvolvidas para fortalecer a capacidade produtiva e de bem-estar das famílias rurais – propósito das ações intrínsecas à abordagem territorial tem um rebatimento direto na agricultura familiar. Coube ao Sub-Programa a incumbência de buscar a reflexão, o planejamento e a gestão participativa do desenvolvimento territorial.

As ações de apoio ao desenvolvimento territorial, especialmente nos Territórios Rurais do Sisal e Bacia do Jacuípe, se deram através dos Colegiados Territoriais (Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe e Sisal), envolvendo 33 municípios, sendo 20 do Território do Sisal e 13 do Território da Bacia do Jacuípe. Os dois Conselhos procuraram executar processos de planejamento ascendente com a proposição de ações prioritárias para a promoção do desenvolvimento, com sustentabilidade ambiental, social e econômica, tendo por base



a agricultura familiar.

Tem-se em curso, então, ações inovadoras no processo de planejamento e gestão de políticas públicas, que vem, aos poucos, fazendo surgir oportunidades referenciais de desenvolvimento autógeno de parte da população desses Territórios. Desta forma, os elementos de coesão social e territorial pré-

existentes foram fortalecidos pelo incentivo à superação de problemas e com a qualificação das demandas, convocando o poder local e a sociedade civil organizada para assumirem papéis de protagonistas das ações. Como nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, os Colegiados Territoriais apresentam-se enquanto espaços heterogêneos, com perceptível disputa

política e de visão de mundo, coube ao MOC fortalecer a capacidade de negociação, gestão e implementação das políticas nas institucionalidades dos dois Territórios. Numa esfera mais ampliada, os 26 Territórios de Identidade da Bahia vêm sendo considerados como espaços privilegiados de gestão social e planejamento do desenvolvimento. Prova disso, foi o amplo processo de elaboração, no ano de 2007, do PPA 2008-2011, que ocorreu através de plenárias realizadas nos territórios e a criação do Fórum Estadual de Acompanhamento e Monitoramento do PPA, integrado por representantes dos Territórios.

As ações de caráter mais geral, cuja dinâmica, necessariamente, vem tendo a participação e representação dos Territórios de Identidade, buscaram a ampliação do diálogo com inúmeras instituições públicas, entre elas Ministérios, Secretárias de Estado, empresas públicas, etc., objetivando ampliar e qualificar a articulação de políticas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em consonância com as demandas contidas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborados ou em construção.

Como destaque dessas ações estimuladas pelo MOC, através do Sub-Programa de Desenvolvimento Territorial, elencam-se:

- Negociação e apoio à captação e aplicação de recursos financeiros



Apicultores na I Feira da Economia Solidária de Cansanção.

- de apoio a infra-estrutura e serviços nos Territórios Rurais, especialmente pequenas agroindústrias comunitárias, buscando-se o fortalecimento das economias territoriais;
- Negociação e captação de recursos técnicos e financeiros para atividades de planejamento, gestão e monitoramento de ações promotoras do desenvolvimento sustentável, através dos Colegiados Territoriais;
- Apoio às negociações com instituições governamentais para ampliação do reconhecimento dos Territórios de Identidade e dos Colegiados Territoriais, enquanto unidades de planejamento e gestão de políticas públicas;
- Apoio ao funcionamento e estruturação da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET);
- Apoio à reflexão e reestruturação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e implantação da Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial.

Fruto destas ações, apresentam-se como desafios para 2008, a ampliação da articulação das políticas públicas e o fortalecimento dos Territórios de Identidade e seus Colegiados, entendido aqui como um processo necessariamente dinâmico e multidimensional, e, portanto, articulador e conciliador de setores econômicos, atores sociais, práticas culturais e realidades ambientais e geográficas diversas, requerendo maior persistência no caminho trilhado, exigindo do MOC, na missão que lhe cabe, e das organizações, tanto da sociedade civil, quanto do poder público, uma ampliação das capacidades de organização e de gestão.

Confira a tabela completa de atividades na página 71.

Programa de Comunicação

O fortalecimento da organização territorial e política das rádios comunitárias da Região Sisaleira e a articulação dos movimentos sociais da região para o debate em torno de uma política de democratização da comunicação foram os destaques da atuação do Programa de Comunicação em 2007. Persistem os desafios de intervir de forma mais contundente na abordagem que a mídia comercial faz das questões do semi-árido e na consolidação da educomunicação do campo como parte da luta por um sistema de comunicação menos excludente e concentrador, e mais público e participativo. Esta é a linha do presente relato.



Qualificação da Cobertura Jornalística e Comunicação Institucional

O Programa de Comunicação através do núcleo de assessoria de imprensa tem, constantemente o desafio de pautar a imprensa regional, estadual e nacional sobre os temas relacionados com o desenvolvimento do semi-árido, que continuam pouco presentes na pauta da grande mídia. A metodologia de assessoria de imprensa não se resume à promoção da imagem e das ações institucionais, mas, foca nas causas e nos protagonistas das transformações sociais em curso no semi-árido. Isto foi mostrado durante a campanha 40 Anos Por um Sertão Justo, que marcou quatro décadas de vida do MOC, trabalhando com uma imagem coletiva dos resultados alcançados pela entidade, e destacou a contribuição de cada um nesta história. A campanha repercutiu de forma intensa, ocupando 36 vezes espaços na mídia, sobretudo na imprensa local, tornando o MOC mais conhecido no seu município-sede. A iniciativa contou com outdoors, peças radiofônicas veiculadas nos principais programas de rádio da cidade e da região, um ciclo de exibições do documentário Por Um Sertão Justo em faculdades e escolas das redes pública e privada, além da publicação O MOC na Linha do Tempo que resgata a trajetória da entidade. O ponto alto da campanha foi o evento de comemoração onde o público prioritário do MOC teve a oportunidade de expor as suas experiências de vida, e que contou com a participação do renomado teólogo da libertação, Leonardo Boff.

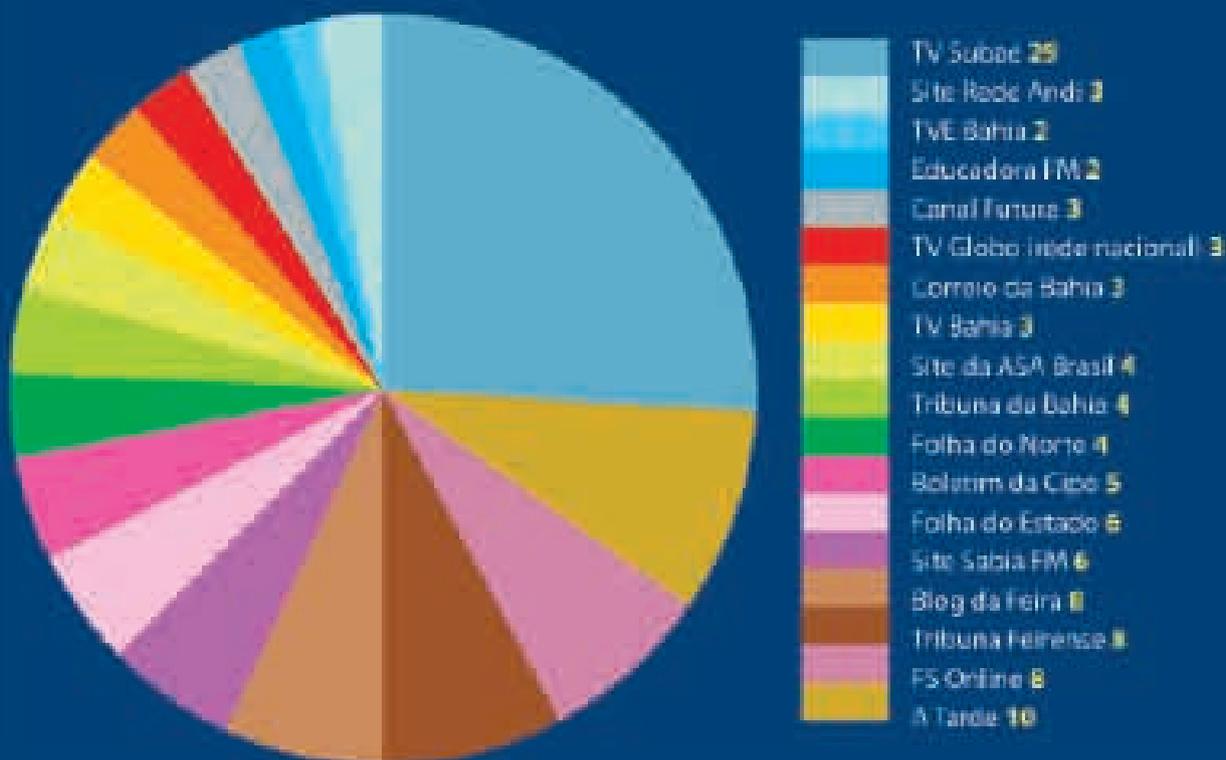
Na área específica da assessoria à imprensa, houve uma diminuição da quantidade de registros na mídia impressa e televisiva com referências diretas ao MOC, recuando 14% em comparação ao ano de 2006, quando a clippagem atingiu a marca recorde de 201 inserções. Este fato demonstra a necessidade de intensificar a qualificação da cobertura da grande mídia, destacando de forma



mais contundente iniciativas, experiências e políticas públicas bem-sucedidas que estão transformando o semi-árido numa região sustentável e boa para se viver. Apesar da queda quantitativa melhorou a cobertura em termos qualitativos, com uma frequência menor de meras reproduções de releases e sugestões de pauta, e um aumento na cobertura e abordagem pró-ativa de alguns veículos. A análise dos registros colhidos sistematicamente junto aos principais veículos impressos da Bahia permite afirmar que o MOC hoje se constitui como referência em uma série de campos temáticos como: Juventude, Educação do Campo, Agricultura Familiar, Gênero e Água no Semi-árido, conseguindo pautar mais da metade do total das matérias que abordaram esses temas em 2007.

No âmbito da comunicação institucional, foram produzidos uma série de produtos de comunicação: o Boletim Informativo

Ranking dos veículos com registros do MOC



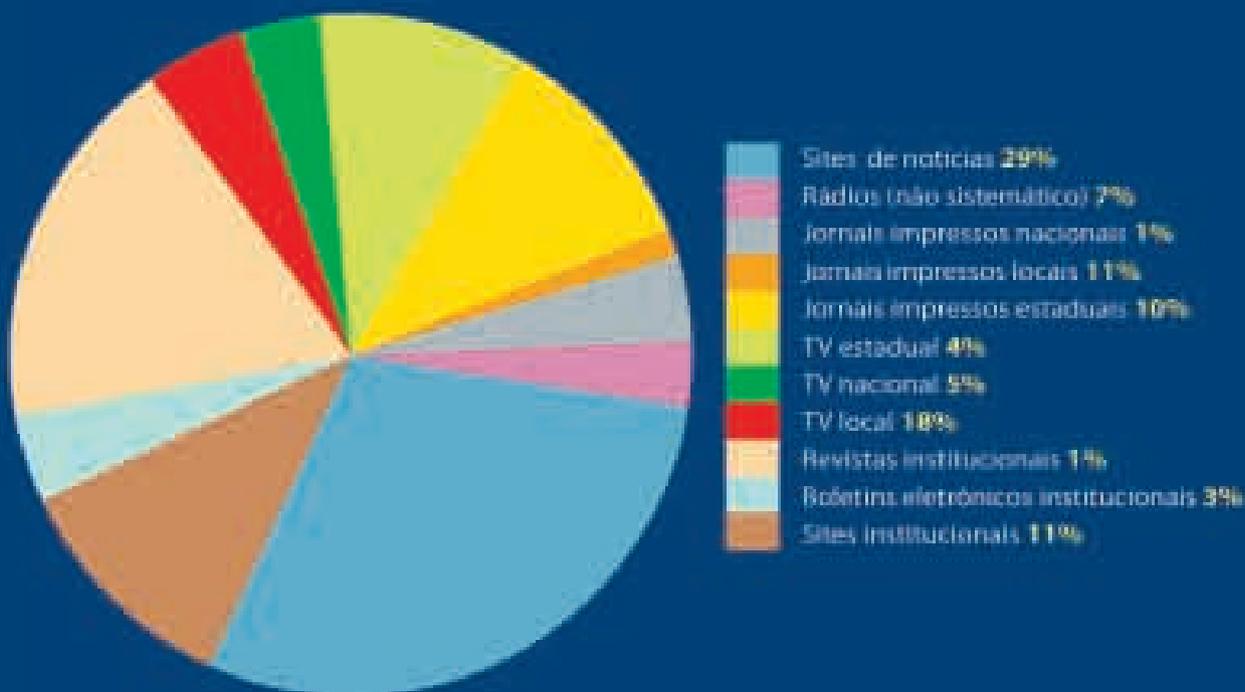
MOC, um newsletter eletrônico que chega semanalmente a quase mil destinatários, principalmente jornalistas e outros formadores de opinião; o site institucional que já conta com mais de 120 mil acessos por ano, um crescimento de 50% em comparação com 2006; e programas e reportagens radiofônicas que são enviadas para um mailing de rádios comunitárias e comerciais. A produção de rádio e do boletim eletrônico contou com a parceria da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e a veiculação do programa de rádio institucional se dá através das rádios comunitárias filiadas à Abraço-Sisal.

O Programa de Comunicação realiza a clippagem sistemática e diária da produção jornalística sobre os temas abordados pelo MOC nos meios de comunicação de maior circulação e impacto na Bahia. A partir desta análise escolhe e premia os jornalistas e meios

de comunicação que mais se destacaram na cobertura do desenvolvimento sustentável do semi-árido. O Prêmio outorgado chama-se Mídia Sertão Justo e, na sua última edição, premiou uma matéria de jornal impresso sobre a mobilização política da juventude no sertão, uma reportagem da TV Subaé sobre educação do campo realizada em Nova Fátima, uma matéria de webjornalismo sobre o combate ao trabalho infantil e, na categoria rádio, sobre um projeto de geração de renda para mulheres do semi-árido.

Iniciado em 2006, o “Bocapiu”, boletim impresso de experiências bem sucedidas de um sertão que dá certo, teve mais três edições publicadas, com ampla distribuição e aceitação entre o público prioritário e os parceiros do MOC. Outro veículo impresso de que o MOC dispõe é o Giramundo, uma publicação em papel jornal e formato tablóide com tiragem de 10 mil exemplares

Clippagem institucional - Distribuição por tipos de mídia



distribuídos nas escolas do campo e entre os movimentos sociais da Região Sisaleira, que tematiza, além da questão dos direitos das crianças e adolescentes, a riqueza cultural da região e o Selo Unicef Município Aprovado.

Democratização da Comunicação

Com o objetivo de democratizar as estruturas e práticas de comunicação na Região Sisaleira, o Programa de Comunicação investe na assessoria e capacitação de entidades do movimento social, ligadas ou não diretamente à área de comunicação. A grande inovação deste ano foi a criação do Comitê Regional pela Democratização da Comunicação na Região Sisaleira, uma proposta bem aceita pelos movimentos da região, possibilitando a aproximação de atores que até então não tinham participado dos espaços políticos na área de comunicação,

como é o caso do MMTR, FATRES e da TV Valente. A criação do Comitê é um passo importante para a inserção desta região nos debates sobre a democratização da comunicação a nível nacional, que ainda não contemplam de maneira específica a dimensão da realidade da comunicação social fora dos grandes centros urbanos.

A Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro – Abraço Sisal, entidade filiada ao Comitê, já referendou para 2008 ações que serão desenvolvidas junto às rádios comunitárias, focando um plano de advocacy em três emissoras com o objetivo de obter até 2009 as outorgas definitivas de funcionamento. A presença da Abraço Sisal no espaço do Comitê, indica um avanço da entidade na reafirmação do seu caráter político e da sua identidade enquanto articulação e

representação regional do movimento de radiodifusão comunitária, que constitui a principal força na luta pela democratização da comunicação.

Em 2007, a Abraço Sisal renovou sua diretoria, ampliando o número de rádios que fazem parte de sua gestão, investiu em um modelo diferenciado de capacitações, valorizando o intercâmbio entre as próprias emissoras, realizou um ciclo de visitas para diagnosticar os problemas existentes nas rádios e um processo de monitoramento constante dessas ações. Os resultados desse revigoramento não tardaram a aparecer: representantes das rádios comunitárias conseguiram ocupar a maioria dos cargos da diretoria da Abraço Bahia, entidade criada para representar este segmento no Estado. No entanto, encontrava-se estagnada, sem representatividade, prejudicando a causa de radiodifusão comunitária.

Outra conquista, fruto da mobilização e capacidade de articulação das emissoras comunitárias do Sisal, foi a eleição de um representante desta região para ocupar a Coordenação da Abraço Nacional. Com isto, a região consegue participar de forma direta na formulação e proposição de políticas públicas de comunicação a nível nacional.

No decorrer do ano e após muito esforço, a rádio Independente FM, no município de Ichu, recebeu sua outorga de funcionamento, totalizando agora sete emissoras comunitárias legalizadas no âmbito da Abraço Sisal, que conta com um total de 15 rádios filiadas. Mais duas emissoras estão com o processo de outorga adiantado apontando para boas perspectivas em 2008.

Outra entidade que contribui com a democratização da comunicação nesta região, é a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, com um trabalho dedicado à produção de notícias para

Os Vencedores do Prêmio Mídia Sertão Justo 2006

Categoria Jornal Impresso:

Reportagem de Danilo Fraga, "A cartilha política no bô-ô-bô do sertão", Jornal A Tarde, 28 de outubro de 2006.

Categoria TV:

Materia realizada pela equipe da TV Subaé, em feira de Santana, sobre as ações de educação do campo em Mora Edilina, veiculada em 08 de outubro no programa Rede Bahia Revista.

Categoria Internet:

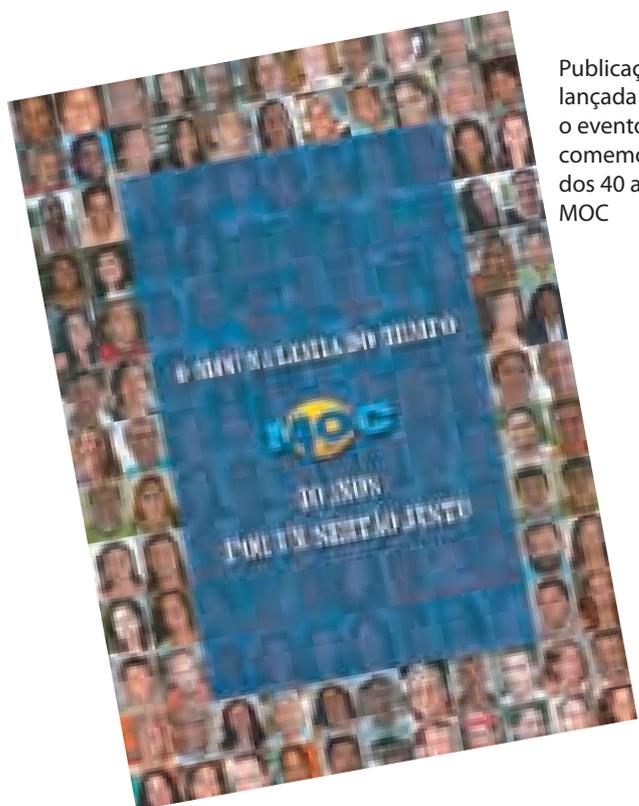
Materia de Maria Luiza Cavalcante, "OIT e UNICEF: Brasil descobre fórmula contra o trabalho infantil", BBC Brasil, 04 de dezembro de 2006.

Categoria Rádios:

Reportagem sobre o Projeto Mãos que Trabalham na Região Sisaleira, de Genivaldo Silva, veiculada em 22 de dezembro pela Rádio Sisal AM, de Conceição do Coite.

veículos de comunicação e de organizações sociais da região e fora dela, a exemplo do MOC, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité e Retirolândia, da FATRES e da Agência Pulsar do Rio de Janeiro. Com dois anos de existência, a entidade vem conquistando sua autonomia, estabelecendo-se como grande parceira no fortalecimento da comunicação nesta parte do semi-árido.

Na área da assessoria às entidades que não estão ligadas diretamente a comunicação, o Programa de Comunicação está se projetando para processos mais consistentes de acompanhamento. No ano de 2007, o trabalho foi desenvolvido através da assessoria e capacitação para integrantes de entidades regionais que estão no dia-a-dia das comunidades, atuando nas áreas do sindicalismo rural, das cooperativas da agricultura familiar e dos grupos organizados de trabalhadoras rurais. Para garantir a sustentabilidade desse processo, estimula-



Publicação lançada durante o evento de comemoração dos 40 anos do MOC

escolas do campo, onde já há uma atuação do Programa de Educação do Campo do MOC.

Nesse contexto, além de trabalhar a capacitação dos educadores do campo e a produção de mídia em sala de aula, as crianças e adolescentes do Semi-árido, utilizam os conteúdos produzidos de acordo com a realidade local para montarem suas peças e buscarem estratégias concretas de intervenção nas políticas públicas locais. Um exemplo concreto é a participação efetiva de educadores do campo nas rádios comunitárias, através dos Conselhos Comunitários. O projeto é desenvolvido nos municípios que atuam diretamente com a metodologia Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo (CAT), em três municípios da Região Sisaleira (Conceição do Coité, Retirolândia e Valente).

se a aproximação destas entidades à Agência Mandacaru e Abraço Sisal à fim de garantir acesso à produção e distribuição de conteúdos relacionados com suas atividades.

Educomunicação como caminho para o exercício da cidadania

Em 2007, o MOC estimulou a participação de crianças e adolescentes em espaços de produção da informação e do conhecimento como forma de apoiar o seu protagonismo. O trabalho de Educomunicação começou a ser desenvolvido de forma sistemática em 2006, com a formação de educadores-leitores e o trabalho desenvolvido pelos alunos na produção de peças de comunicação em sala de aula.

Entendendo que a Educomunicação é um dos caminhos que possibilitam o debate sobre a democratização da comunicação e o acesso aos meios, no ano de 2007 a proposta foi desenvolvida com o objetivo de introduzir a educação pela e para a comunicação (educomunicação) no ensino público das

Buscando estimular os educadores de outros municípios a trabalharem com a metodologia de educomunicação, o Programa de Comunicação optou por sensibilizar os coordenadores de educação do campo de 15 municípios. Nestas visitas também estavam representantes dos municípios onde o programa atua de forma direta, facilitando o diálogo e permitindo a troca de experiências.

Na avaliação dos próprios educadores, destacaram-se alguns avanços relacionados



Gravações da TV Cultura de São Paulo na Região Sisaleira.

com a metodologia da educomunicação: o fortalecimento da auto-estima e do senso crítico dos alunos, o estímulo à leitura e escrita, o desenvolvimento da criatividade e capacidade de interpretação, o interesse pelo noticiário e por meios de comunicação impressos. Os assuntos pautados pela mídia foram inseridos pelos próprios alunos nos debates em sala de aula, promovendo uma leitura contextualizada dos meios de comunicação.

Vislumbrando perspectivas para 2008

Entre os desafios que se apresentam para a continuidade dos trabalhos, está a necessidade de estender por um período maior a assessoria às entidades regionais do movimento social, dando consistência aos processos de formação e estruturação iniciadas em 2007. Além das quatro organizações já assessoradas e com foco no Território do Sisal, vislumbra-se a demanda ainda não suficientemente atendida de um processo de formação no Território Bacia do Jacuípe, onde o Pólo Sindical será a organização chave a ser fortalecida na área de comunicação.

Entre as entidades de comunicação constata-se na Agência Mandacaru a necessidade de formar e integrar novos componentes oriundos do movimento social, das rádios comunitárias e de municípios não suficientemente cobertos pelas atividades da entidade. Terá continuidade um processo de formação em captação de recursos para fortalecer a sustentabilidade institucional, aproveitando melhor as potencialidades da Agência.

Um grande desafio será dinamizar e qualificar o processo de articulação da região em torno do Comitê pela Democratização da Comunicação, que precisa ser animado e subsidiado com debates mais diversos, desde a digitalização das comunicações até à elaboração de propostas específicas da

Confira a tabela completa de atividades na página 74.



Atividade durante o Seminário de Educomunicação em Conceição do Coité.

região para o debate de políticas públicas de comunicação.

A proposta que vem para dar mais consistência e impacto às ações de qualificação da cobertura jornalística será o Observatório do Semi-árido que já começou a ser estruturado e que em 2008 pretende mobilizar um conjunto de atores no semi-árido e oferecer uma ferramenta específica de monitoramento da imprensa com o objetivo de mudar de forma consistente o paradigma da cobertura do semi-árido na grande mídia.

Também na linha da educomunicação aparece o desafio das políticas públicas – nesse caso com foco no nível municipal, mas, através da articulação na Rede CEP, uma rede nacional de entidades nesse campo, também sintonizado com as políticas públicas do âmbito federal, que apontam para um fortalecimento da proposta. Os municípios inseridos nas atividades de educomunicação do Programa de Comunicação já estão debatendo a possibilidade de inserir a educomunicação como uma disciplina em sala de aula, embora as dificuldades ainda persistam na falta de equipamentos e numa concepção demasiadamente funcionalista da comunicação na escola. Outro ponto que precisa ser reforçado é a promoção de uma maior interação entre as rádios comunitárias e as escolas inseridas no projeto de educomunicação.

Programa **Criança e Adolescente**

Contribuir na promoção dos direitos da criança e do adolescente com vistas à criação e a manutenção de um ambiente de desenvolvimento e segurança, através de projetos, ações e políticas de fortalecimento dos poderes locais, em especial, organizações da sociedade civil, lideranças, famílias, crianças e adolescentes nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, no semi-árido baiano. Essa foi e continua sendo a pretensão do MOC através das ações do Programa Criança e Adolescente.



No ano de 2007, as ações desenvolvidas pela instituição no âmbito da criança e do adolescente demonstraram que mesmo tímida, a mobilização nos Territórios do Sisal e do Jacuípe em prol desse segmento começou a demarcar seu espaço e a cada dia as ações tornam-se mais concretas no que diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, visto que, há na Região Sisaleira um desejo de transformação social que garanta às crianças e aos adolescentes uma sociedade onde as mesmas possam protagonizar a sua história de forma participativa e cidadã.

Foram seis municípios experimentando uma estratégia de elaboração de Planos de Ação para a Criança e o Adolescente, Organizações Regionais da sociedade civil aprofundando seu conhecimento sobre os direitos da criança e do adolescente e as ações da segunda etapa do Programa Selo UNICEF – Município Aprovado contribuindo para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A partir daí tem-se avanços e desafios, assim como perspectivas para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes do semi-árido.

O Programa Criança e Adolescente teve as seguintes diretrizes gerais para o ano 2007:

- a)** rede regional de monitoramento de políticas pelos direitos da criança e do adolescente (DCA) criada;
- b)** 06 municípios sensibilizados e mobilizados para a elaboração de políticas de DCA e/ou com Planos de Ação Municipal (PAM) elaborados;
- c)** assessoria aos municípios inscritos no Selo UNICEF – Município Aprovado e
- d)** apoio à criação e qualificação de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselhos Tutelares/CT.

Todas essas ações, na verdade, perseguem um único e grande objetivo geral: desenvolver e



monitorar as políticas públicas para crianças e adolescentes e fortalecer o sistema de garantia de direitos nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Sensibilização de entidades e Territórios

No Território da Bacia do Jacuípe, os municípios de Riachão do Jacuípe, Nova Fátima e Pintadas, e no Território do Sisal, os municípios de Retiroândia, Conceição do Coité e Santa Luz foram identificados como experiência-piloto para os Planos de Ação Municipal - PAM para fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, para tanto, o entendimento inicial é de que não adianta simplesmente falar ou discursar sobre direitos da criança e do adolescente - DCA, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, etc., é necessário estimular concretamente a intervenção dos atores sociais, criando um instrumento técnico, político e pedagógico igualmente pragmático que sirva para reunir os diferentes atores e para mantê-los dialogando em torno de uma causa comum.

Os Planos de Ação Municipal são esse instrumento e tratam de reunir representantes



Articuladores municipais durante oficina do Selo UNICEF em Feira de Santana.

da sociedade civil e do poder público local e, com os mesmos, discutir e elaborar ações que fortaleçam o Sistema de Garantia de Direitos – SGD. A partir de um diagnóstico, estes atores (chamados de Rede Local, Fórum ou Comissão) elencam prioridades, metas, objetivos e ações. Uma vez “pronto”, o PAM é submetido à sociedade, através de um Seminário de Devolução, e apresentado para aprovação do CMDCA. Essa é a tese.

Mas assim como as realidades são distintas, os ritmos e os desafios também são. De modo geral, podemos afirmar que sem dúvida alguma, essa estratégia tem sido exemplo de mobilização e que, hoje, esses municípios estão em direção a uma capacidade instalada que deve fortalecê-los em rede local e regional, assim como suas intervenções pelas políticas públicas que priorizam o atendimento à criança e ao adolescente.

Mas entendemos que esse processo de mobilização e de fortalecimento se dá, também, ao nível da região. Para isso tivemos a oportunidade de discutir e sensibilizar o MMTR, os Pólos Sindicais, a Agência Mandacaru, a ABRAÇO, a Sabiá FM, os CODES, bem como municípios e atores dos territórios. E o instrumento maior de provocação e mote foram as Conferências Municipais, Regionais e Estadual pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.

O processo das Conferências

Ao lado disso, as Conferências nos permitiram reunir 14 municípios do Território do Sisal (Itiúba, Cansanção, Queimadas, Nordestina, Santa Luz, Coité, Valente, Santa Luz, Serrinha, Lamarão, Candeal, Tucano, Retirolândia e São Domingos) e 08 municípios do Território Bacia do Jacuípe (Pintadas, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Gavião, Baixa Grande, Ipirá e Mairí), além de mais 02 municípios do Território Portal do Sertão (Feira de Santana e Antônio Cardoso).

Participaram primordialmente Assistentes Sociais, Psicólogos, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros Tutelares, representantes de entidades da sociedade civil e do poder público. A partir do momento em que discutimos a própria Conferência – seus instrumentos, temas, regimentos, programação, etc – íamos estimulando espaços de troca e intercâmbio e também o sentimento de rede, de Território e de uma necessidade de articulação para além do local e do microrregional. Resultado é que podemos intervir, acompanhar e/ou participar destas Conferências envolvendo mais de 24 municípios. Um dos resultados foi a escolha de 7 delegados/as das regiões do Sisal e Jacuípe para a Conferência Nacional – um número recorde.

Trabalhando com as temáticas¹² das Conferências, um outro resultado da sensibilização sobre o SGD foi a mobilização em si mesma e o indicativo de criação de um Grupo de Trabalho sobre Criança e Adolescente nos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável – CODES do Sisal e da Bacia do Jacuípe, o que vem possibilitando aos municípios uma melhor discussão e maior envolvimento sobre o trabalho e as ações relacionadas à criança e ao adolescente.

¹² Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e Orçamento Criança e Adolescente – OCA.

Selo Unicef Município Aprovado

Ainda na linha de fortalecimento do SGD e pelo controle de políticas de criança e adolescente, o Programa Criança e Adolescente deu apoio às ações do Selo UNICEF Município Aprovado. Entendemos que o Selo é uma metodologia que fortalece o processo de intervenção pela qualidade de vida desse segmento e que é uma excelente oportunidade de criar, estimular ou consolidar uma cultura de participação política por metas e resultados.

O Selo parte de indicadores oficiais concretos e de objetivos claros. E busca estimular o município para a melhoria desses índices. Entramos nessa seara justamente nessa linha da participação. E também aqui utilizamos duas estratégias distintas e complementares. De um lado, a sensibilização dos atores regionais e locais para que também identifiquem pessoas para acompanhar o Selo. E de outro, entendemos que os municípios devem se reunir para uma formação que trate de conteúdos e também de estratégias de mobilização.

Daí que, com os 22 municípios com os quais estamos trabalhando a metodologia do Selo, tratamos de trabalhar questões de Cultura, Educação do Campo, Educomunicação e Comunicação Comunitária, Funcionamento do CMDCA e Conselho Tutelar, sobre o Fundo da Infância e da Adolescência e, especialmente, da elaboração de Planos de Ação Municipal (PAM's). E aqui reside o maior resultado e também o grande desafio. A partir da experiência com os 6 municípios citados, desenvolvemos atividades que culminaram ou deveriam culminar com a elaboração desses PAM. E buscando estimular a presença territorial, a formação e o fortalecimento de uma rede regional, e a troca de conhecimentos envolvendo sociedade civil e poder público. Mas ao contrário dos seis municípios anteriores, com esses "do Selo" não



Os Planos Municipais fortalecem o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

podemos ir às localidades, e avaliamos que isso teria estimulado ainda mais determinados municípios. De todo modo, o desafio maior é fazer com que os PAM's se encontrem e não tenhamos Planos do Selo e Planos outros e que sobretudo os atores criem e/ou fortaleçam a cultura de participação local e regional pelos direitos de e pelas políticas para crianças e adolescentes. E não poderíamos deixar de agir mais diretamente junto aos CMDCA e CT. É ainda uma ação que só em fins de outubro começou a se desenvolver, daí que os resultados são muito iniciais.

Diagnóstico da situação da infância em 229 municípios

Na linha ainda de capacitação das pessoas e do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, temos uma ação conjunta com o Programa de Políticas Públicas, através da execução do Projeto de formação para criação e gestão qualificada de conselhos municipais de direitos e tutelares no Estado da Bahia, atendendo à 229 municípios, nos 26 Territórios do Estado. Tal projeto foi conveniado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH e pretendemos que, após visitarmos os 229 municípios previstos, termos um rico diagnóstico sobre a situação da infância e dos CMDCA e CT na Bahia. Assim como teremos o ano de 2008 para voltar em todos esses para desenvolver um processo de capacitação microrregional.

O desafio do PETI

Uma outra conquista que o MOC conseguiu foi a sua re-eleição no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CECA, espaço onde se delibera sobre a Política da Criança e do Adolescente. Outra ação que o Programa desenvolveu foi com relação à Política de Erradicação do Trabalho Infantil, principalmente através das atividades promovidas pelo PETI, que no Estado teve um declínio, principalmente no que diz respeito à participação social e gestão do mesmo. Observou-se neste ano de 2007, que mesmo com a insistente mobilização dos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe pôde-se trabalhar questões relacionadas ao funcionamento das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, que tiveram suas competências alteradas devido à nova Política Nacional de Assistência Social e da promulgação da Portaria n. 666, de 28 de Dezembro de 2005. O desafio ainda é fortalecer a mobilização dos atores sociais do PETI nos dois Territórios de atuação do MOC, para que os mesmos possam continuar exercendo o seu papel de construtor de políticas que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes.

Considerações finais

No Planejamento Estratégico do Programa Criança e Adolescente está indicado para 2007 e 2008 a mobilização, a criação de uma Rede Regional e a assessoria e o monitoramento dos PAM nos Territórios do Sisal e Jacuípe. Daí que, o ano de 2007 foi a primeira etapa nessa direção. E por isso a avaliação geral que se tem é com base nesse pano de fundo, e consideramos positiva, porém os desafios que seguem estão em nossa pauta, para que possamos superá-los da melhor forma possível:

- Estimular organizações regionais a inserirem ações concretas pelos DCA em seus planejamentos e atividades;



Assegurar o direito à educação é uma das prioridades.

- Estimular especialmente a imprensa regional para uma pauta permanente e a um olhar crítico e qualificado pelos direitos da criança e do adolescente;
- Estimular uma melhor integração entre sociedade civil e poder público no controle de políticas públicas;
- Fortalecer os CMDCA e Conselhos Tutelares, especialmente quanto à gestão do FIA e à autonomia face ao poder público;
- Consolidar os PAM como instrumentos de mobilização e de políticas públicas e de fortalecimento de redes locais e regionais.

Confira a tabela completa de atividades na página 76.

Programa de Educação do Campo

O Programa de Educação do Campo do MOC tem como principal objetivo contribuir no processo de construção de políticas públicas de educação do campo integral, contextualizada com o semi-árido. Nesta perspectiva, em 2007, continuamos e buscamos fortalecer mais as ações com os diversos sujeitos sociais (professores/as e educadores/as do campo, coordenadores/as municipais, gestores públicos e representantes da sociedade civil), através de processos sistemáticos de formação com seminários, oficinas, cursos, encontros, intercâmbios e visitas.



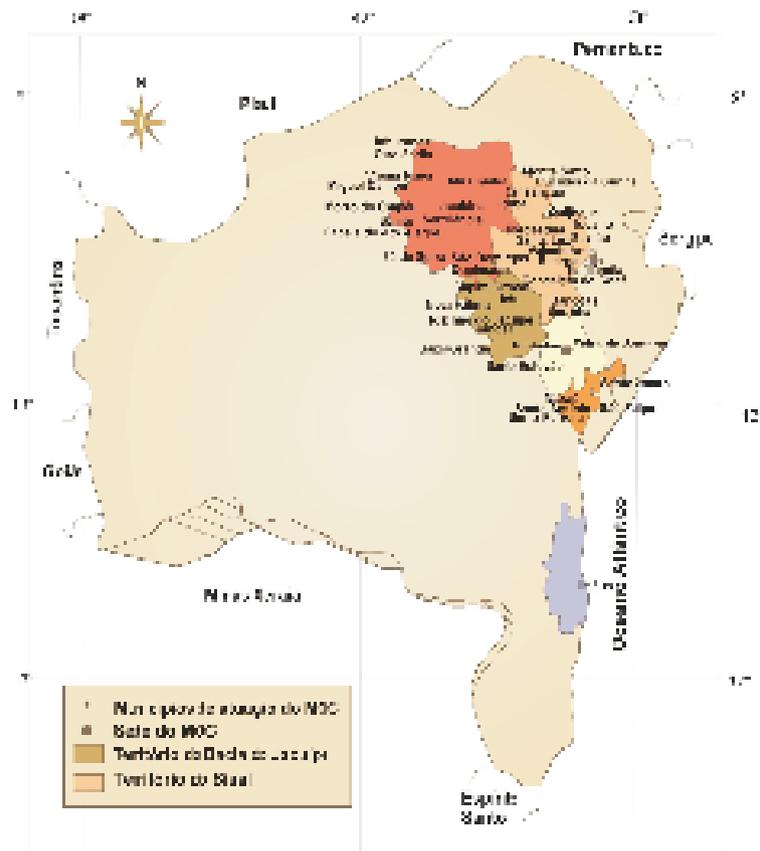
O processo de capacitação prosseguiu com atividades voltadas para coordenadores e educadores, em uma dimensão de educação agroecológica para que desenvolvessem com as crianças e adolescentes novas práticas de relacionamento sustentáveis com o meio ambiente, aprofundando os conhecimentos sobre os elementos naturais, culturais e sociais do semi-árido, os impactos ambientais causados pela ação do homem no espaço em que vive e estimulando a recomposição ambiental, encontrando formas de participação e intervenção. É essa nossa reflexão a seguir.

Estratégias e atividades

Em 2007, as ações se iniciaram em 53 municípios, sendo reduzido para 32 municípios do semi-árido baiano (Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Portal do Sertão), por conta da dificuldade em captação de recursos para este tipo de ação e dos poucos recursos financeiros e humanos do MOC. Por outro lado, esse redimensionamento da área de atuação possibilitou uma intervenção mais qualificada junto às ações integradas de educação do campo e uma ampliação da inserção de novos atores educacionais nos processos de formação, como diretores escolares e conselheiros da educação.

Para atingir os objetivos propostos este ano, as ações continuaram sendo desenvolvidas nos três sub-programas: Projeto CAT (voltado para as escolas do campo do ensino fundamental da rede municipal de educação); Ações Sócio-educativas da Jornada Ampliada do PETI (ações complementares à escola) e Projeto Baú de Leitura (proposta de incentivo a leitura que atua tanto no CAT quanto nas ações sócio-educativas do PETI), todas estas ações buscando garantir o direito das crianças e adolescentes do semi-árido a terem uma educação de qualidade. Além destes, também se construiu Ações Integradas,

Área de atuação inicial de 2007



reunindo públicos dos três sub-programas, gestores públicos e representantes de entidade da sociedade civil, contribuindo para a construção de propostas de educação integral.

Para desenvolver este trabalho, um dos nossos pressupostos é de que crianças e adolescentes do semi-árido têm direito a serem educadas integralmente, a partir do local onde vivem, mesmo que seja nas comunidades rurais mais distantes, valorizando-se as suas culturas, como direito humano universal e social. Uma educação do campo integral, aqui entendida não apenas em tempo, mas em conteúdos, pensada nas dimensões humanas, na participação, para a convivência com o semi-árido, que só é possível construir a partir de parcerias e de construção de redes com todos estes sujeitos sociais, como poderemos ver a seguir nas principais atividades desenvolvida neste ano.

A produção do conhecimento para melhor convivência com o semi-árido

O Programa de Educação do Campo atua com a metodologia CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo – através do estudo e aprofundamento da temática convivência com o semi-árido, buscando criar condições de melhor conhecê-lo e fazer a escola/educação descobrir melhores alternativas para conviver com ele. Foram realizados estudos com coordenadores pedagógicos do campo e representantes da sociedade civil sobre agroecologia, combate à desertificação, utilização, destino e armazenamento dos produtos colhidos, exercício da cidadania e políticas públicas de educação para o semi-árido. Todos estes estudos realizados pelo MOC foram multiplicados pelos educadores e representantes da sociedade civil em seus municípios e comunidades com reflexões e encaminhamentos construídos junto às famílias.

A base da metodologia deste processo é a **pesquisa da realidade** e para seu desenvolvimento realizou-se oficinas temáticas das áreas do conhecimento e interdisciplinares com os coordenadores para elaboração e planejamento dos passos metodológicos. Além dos processos formativos com coordenadores municipais e educadores, pretendeu-se



Exposição apresenta os resultados da ação do CAT nos municípios.

Educação Agroecológica

138 hortas verão e 34 pomares desenvolvidos nas escolas e Jornadas Ampliadas com a participação das famílias

560 famílias armazenando adequadamente os produtos da agricultura familiar e utilizando conservantes naturais

346 escolas com cisternas captando água da chuva e possibilitando o acesso a água de qualidade no ambiente escolar

transformar a prática em processos educativos. Essas pesquisas se transformaram em um rico instrumento de análise da realidade do campo e de significação e vivência dos conhecimentos disciplinares. Para tanto, desenvolveu-se em escolas e jornadas ampliadas **hortas comunitárias e hortas verão, pomares** e, de 2003 até o atual momento, com o trabalho da **Jornada Ampliada**, em alguns municípios integrado com a escola, foram plantadas mais de **56.080 árvores frutíferas** apropriadas à região, buscando incentivar a replicabilidade de práticas agroecológicas junto às famílias, para que estas tenham, em breve, acesso à uma alimentação mais saudável e nutritiva e uma melhor qualidade de vida.

As pesquisas iniciadas em 2006 na Jornada Ampliada (ações sócio-educativas) e nas escolas que desenvolvem a Proposta do CAT sobre a produção familiar, teve continuidade este ano incentivando as famílias à produzirem. Foram cerca de **12.088 famílias** entrevistadas em 30 municípios. Destas, cerca de 2.482 famílias não produzem, por falta de terra ou por sua condição sócio-econômicas. Dos 30 municípios que participaram da pesquisa, **14 municípios inseriram os produtos das famílias na alimentação escolar e da Jornada Ampliada.**

Mudando a realidade das comunidades

15.708 participantes nos 956 seminários de devolução dos resultados das pesquisas envolvendo escola e famílias buscando alternativas para melhorar a vida em comunidade

784 famílias plantando mandioca, milho, feijão, verduras e hortaliças.

68 adolescentes egressos do PETI cursando Universidades Públicas.

O foco principal este ano foi estimular as organizações destas famílias para que elas pudessem comercializar melhor seus produtos e aquelas que não produziam comecem a produzir. Os dados coletados da pesquisa se transformavam em conteúdos pedagógicos das diversas disciplinas – interdisciplinar e transdisciplinar – com debates sobre cooperativismo, associativismo e com elementos de artes como teatro, músicas, paródias, pinturas, textos, dentre outros elementos.

A partir dos conteúdos trabalhados com as crianças e adolescentes, houve o envolvimento das famílias e da comunidade, com a **devolução dos conhecimentos** produzidos em sala de aula. Este é um importante momento, realizado em seminários comunitários onde a comunidade busca alternativas para melhorar a realidade a partir das informações e conhecimentos construídos pelas crianças e adolescente. Este trabalho, em alguns municípios (Valente, Nova Fátima, Nordestina, Conceição do Coité, Riachão do Jacuipe, etc.), foi realizado de forma integrada entre o Projeto CAT e as ações complementares à escola da Jornada Ampliada do **PETI**. Estes espaços de encontro entre escola e comunidade possibilitaram a organização de Feiras da Agricultura

Familiar do **PETI**, seminários e palestras sobre agroecologia com famílias do campo, oficinas temáticas de artesanato e construção de hortas comunitárias e uma campanha de documentação das crianças do campo.

Além disto, destaca-se o fato de que uma educação de qualidade, tanto nas escolas, quanto nas ações complementares da Jornada Ampliada, vem garantindo o direito das crianças a ficar fora do trabalho precoce e garantir um presente e futuro para elas. Em alguns municípios onde o **PETI** teve início, foi realizado um breve diagnóstico sobre as crianças e adolescentes que passaram pelo Programa e constatou-se que houve cerca de 68 desses egressos do PETI já cursando universidade. Ou seja, crianças que estavam condenadas a permanecer fora da escola e no trabalho infantil, hoje já são jovens universitários devido a esta educação de qualidade.



Ações sócio-educativas do projeto Baú de Leituras ajudam a melhorar os índices da educação na região.

A proposta de educação contextualizada busca desenvolver também atividades pedagógicas, lúdicas, recreativas, esportivas, artísticas, de incentivo à leitura, buscando desenvolver os potenciais criativos das crianças e adolescentes do campo como instrumento de garantia dos direitos e construção da cidadania.

Em um trabalho participativo, com atividades coletivas, os educadores do CAT e das Jornadas Ampliadas vivenciaram com as crianças e adolescentes as dinâmicas e metodologias do **Projeto Baú de Leitura**, pesquisam sobre a cultura local dos diferentes municípios, seu resgate histórico, construindo memoriais através da oralidade e das cantigas de roda, desenvolvendo atividades folclóricas, refletindo sobre crenças e credences, ampliando acervos lingüísticos e literários, assim como uma resignificação das identidades pessoais, dos valores humanos e morais dos sujeitos envolvidos.

A partir das ações do Projeto Baú de Leitura buscou-se desenvolver uma avaliação com o objetivo de quantificar e qualificar o **nível do desenvolvimento leitor** das crianças e adolescentes que estão inseridos no processo de trabalho com a metodologia de leitura prazerosa e contextualizada. O processo de aprendizagem desencadeado pelo trabalho com literatura é amplo e está no âmbito da criação ou recriação do conhecimento, das habilidades e dos valores, da investigação e da busca de soluções para os questionamentos e indagações que o diálogo com o livro nos provoca. Esta avaliação não contempla todos os conteúdos e habilidades desenvolvidas com o projeto, limitando-se à detecção do nível de leitura dos alunos, construído com a assessoria do MOC e dos coordenadores do projeto, tendo com referência a metodologia do Baú de Leitura.

O resultado deste processo foi interessante quando comparado à realidade educacional da



região, pois das **926 crianças e adolescentes** pesquisadas que freqüentam as 35 turmas das escola e as Jornadas Ampliadas do campo, **564 realizam a leitura**, desenvolvendo habilidades leitoras adequadas e 194 realizam leitura e desenvolvem uma compreensão simples dos elementos presentes no texto. Segundo os dados do MEC, a região vem de um histórico desde 2003, em que 45,4% dos alunos do ensino fundamental estavam em níveis de leitura muito ruins, ou seja, não desenvolveram habilidades de leitura mínimas, não foram alfabetizados adequadamente e apenas 4,8% dos alunos apresentavam um nível adequado, são leitores com habilidades consolidadas. **A taxa de analfabetismo na região** chega a 30,7% dos alunos de 10 a 15 anos em idade escolar e a **reprovação escolar** varia de 20% a 60% dos alunos.

O número de produções nos indica uma outra dimensão do projeto: a escrita que ora é desenvolvida individualmente, ora

Incentivo à Leitura

27.570 crianças e adolescentes inseridos a uma prática prazerosa de leitura como instrumento de desenvolver a imaginação, a criatividade, a linguagem e construir conhecimentos de forma participativa e crítica

51% das crianças e adolescentes lendo mais de seis títulos por ano da literatura em outros espaços como bibliotecas, casa de leitura e nas escolas

coletivamente. Dentre estas produções textuais temos contos, poesia, histórias, paródias, músicas, cartas, quadrinhos, desenhos, provocados a partir das leituras feitas, se desdobrando em outras atividades artísticas. Foram produzidos **17.583 textos pelas crianças**, destes 29% são contos, 18% são poesias e 16% são jornais murais.

Nesta perspectiva, educadores e crianças descobrem o valor do que se lê e dá-se novo sentido ao que se escreve, pois, vai-se aprendendo a estabelecer relações entre a leitura e a literatura, entre a cultura e a história de um povo, e nos encontramos como pessoas, membros de uma comunidade, aprendendo a valorizar os livros, preservar os acervos existentes na escola e no município, reconhecendo seu papel e utilidade no desenvolvimento da sensibilidade, criatividade e cidadania. Busca-se, através dos três eixos temáticos (Identidade, Meio Ambiente e Cidadania), proporcionar condições para que as crianças e seus pais adquiram mais conhecimentos e vivência social, ampliando-se, para isso, o horizonte cultural e humano dos envolvidos no projeto.

As crianças e adolescentes participam de espaços públicos como assembléias, seminários, conferências, falam ao microfone para centenas de pessoas, fazem apresentações artísticas, montam bandas de músicas, grupos de teatros, gravam CD's, apresentam-se em eventos estaduais e nacional etc. É visível o desenvolvimento da auto-estima e identidades fortalecidas.

Dimensão de Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo Integral

A proposta de Educação desenvolvida nas escolas tem como estratégia principal consolidar-se enquanto política pública. A sua inserção e ampliação na escola formal e a sua seguridade enquanto política pública possibilitará a **universalização da educação do campo** de qualidade para um maior número de crianças e adolescentes no semi-árido.

A **integração da escola com a comunidade** é um dos pressupostos básicos para melhoria da escola do campo, pois estes devem participar não apenas do cotidiano escolar, mas dos espaços de discussões e decisões sobre o projeto político pedagógico que as escolas de suas comunidades desenvolverão. Estes projetos definem politicamente os rumos da escola e contribuem para a formação dos sujeitos



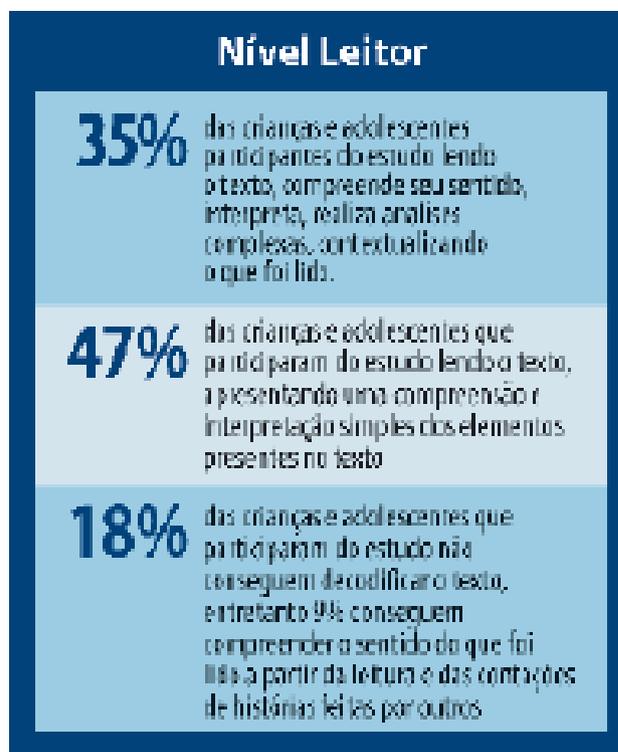
“Todos na luta pela educação do campo integral”.

do campo em uma dimensão participativa, crítica e transformadora.

Por isso, a necessidade de um constante diálogo para sensibilizar e capacitar sujeitos sociais – Educadores, Coordenadores Pedagógicos, Diretores Escolares, Gestores Públicos, Conselheiros de Educação e Organizações da Sociedade Civil – envolvidos com o projeto para que sustentem a proposta de educação contextualizada dentro do sistema municipal de ensino. A participação deste é importante desde a definição das políticas educacionais até a sua execução, sendo necessário **instrumentalizar as organizações da sociedade civil e comunidade**, para que estas contribuam no processo de controle social das políticas públicas de educação.

Em 2007, foram realizados Seminários, Encontros e Reuniões envolvendo os atores educacionais, visando contribuir com a discussão, definição e implementação de políticas públicas de educação do campo integral a fim de conhecer e analisar o que já existe sobre educação do campo, incentivo à leitura e educação integral nos Planos Municipais de Educação, refletir sobre as etapas de elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico, numa perspectiva de gestão democrática das escolas do campo e planejar ações que possam ser desenvolvidas nos municípios que venham contribuir na construção e implementação de educação do campo integral e fortalecer as ações já existentes. Estes espaços foram fundamentais para a construção da proposta de educação contextualizada numa dimensão integral e possibilitar troca e articulação dos sujeitos da educação no âmbito dos territórios.

Em alguns seminários e encontros foram estudados os Planos Municipais de Educação, e se constatou que na maioria deles (dos 32 municípios) não estavam incluídas a educação do campo nem educação integral. E nos



quatro municípios onde estava incluída, ainda não havia orçamento específico para educação do campo. Ou seja, ainda não era, de fato, uma política pública de educação do campo e integral.

Neste debate, destaca-se a participação do Pólo Sindical do Sisal construindo espaços e pautas de discussão sobre educação do campo, não apenas com seus associados, mas ampliando suas ações com a inserção da temática educação do campo e do diálogo com a Universidade do Estado da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, educadores e coordenadores. Este envolvimento possibilitou a constituição de **Coletivos Municipais de Educação** onde organizações da sociedade civil buscam se articular para intervir nas políticas educacionais. Em quatro municípios já foram criados Coletivos de Educação para estudar, debater e construir propostas da sociedade civil para política municipal de educação.

Um destaque especial, em 2007, foram os coordenadores e educadores da Jornada



Educadores sociais na luta contra o trabalho infantil.

Ampliada do PETI que formaram uma associação de educadores que busca empreender a luta pela educação integral como instrumento de garantia de direitos elementares das crianças e adolescentes, se contrapondo a realidade de exploração do trabalho infantil e pobreza. Funda-se então a **AMOPETI** – Associação Estadual dos Educadores Sociais para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – entidade composta no momento por mais de 500 educadores/as associados/as. Os educadores agora têm possibilidade de participar de espaços de gestão das políticas destinadas a crianças e adolescentes como Conselhos de Direito das Crianças e Adolescentes, Conselhos de Educação e Comissões.

Tem existido também a participação de educadores nos espaços de discussão do **CODES**, uma instância de governança que reúne 20 municípios. Através das discussões do CODES-Sisal, foi possível construir propostas de educação do campo contextualizada, de ações sócio educativas e de incentivo à leitura para inserir no Plano Plurianual (PPA participativo 2008-2011). Além disso, há educadores e coordenadores de educação participando do Grupo de Trabalho de Educação do CODES,

bem como o Programa de Educação do MOC que contribui na construção de um Plano Territorial onde a educação do campo contextualizada está contemplada. De forma institucional o MOC também participa do CODES como entidade parceira e membro da Diretoria.

Os resultados entre educadores e comunidades

Por outro lado, o projeto visa consolidar uma **tecnologia educacional** nos municípios ao passo que coordenadores e professores se apropriam da proposta de educação do campo contextualizada e tornam-se capazes de desenvolvê-la com autonomia, sustentando o processo de formação e inserindo novos elementos identitários de cada município. Sendo assim, o município dispõe de uma capacidade interna de **replicabilidade e ampliação** destas propostas a outras escolas e comunidades. Nota-se nos educadores maior conhecimento e valorização da vida no campo, além de uma participação qualificada nos Conselhos Municipais de Educação e associações locais, dinamizando os espaços de formação nos municípios com Dias de Estudos, Oficinas Temáticas, Núcleo de Leitura, Dia de



Leitura prazerosa e contextualizada contribuindo com o aprendizado de crianças e adolescentes.

Encontro com as Famílias, Mostras de Arte e Cultura, Intercâmbios entre Municípios e Seminários Temáticos.

Nas comunidades nota-se uma revalorização da cultura local, maior participação das famílias na escola, mobilização para aquisição de carteira de identidade, maior cuidado com o ambiente, inserção de novas práticas relacionadas ao trabalho com a terra, uso racional da água, reaproveitamento do lixo e dos resíduos remanescentes da plantação, melhores e adequadas formas de armazenamento, construção de hortas nas propriedades e nas escolas, redução das queimadas, plantio de árvores frutíferas e de vegetação nativa da caatinga.

Espera-se que as crianças e suas famílias aprendam a conviver com as diferenças, a cuidar, usar e preservar o meio ambiente de forma sustentável, com processos agroecológicos, a construir conhecimentos para mudar sua realidade, aprendam os valores de solidariedade, compreensão, colaboração, ética e de participação social, valores essenciais para a construção de um mundo sustentável.

Novos desafios da Educação Contextualizada

Enquanto uma proposta pedagógica de educação, vai se conseguindo avançar, principalmente a partir dos encontros, cursos, trocas de saberes entre os educadores e coordenadores. O processo de formação continuada está inserido no cotidiano da educação e se revela em momentos criativos e interessantes de troca de conhecimentos, estímulo à coesão e integração comunitária e de autonomia dos municípios.

Porém, continua o grande desafio, enquanto construção de proposta de uma **política municipal de educação do campo**. Ou seja, o desafio dos municípios assumirem a proposta, incluindo educação do campo nas suas políticas municipais de educação, construindo planos municipais com a inserção de educação do campo contextualizada, garantida nos orçamentos municipais.

Em outra dimensão, o estímulo à efetivação da educação integral como um direito inalienável das crianças e adolescentes, instituído desde 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ainda se limita a algumas poucas experiências como a Jornada Ampliada do PETI. Para efetivarmos a educação pública de qualidade é realmente necessária uma ampla mobilização dos sujeitos sociais: educadores, organizações da sociedade civil, gestores, organizações governamentais e não governamentais.

Hoje o grande desafio é universalizar o acesso das crianças a esta experiência através das escolas públicas, como um instrumento de garantia dos direitos das crianças e adolescentes do campo, pois a educação, a arte e a cultura tornam-se meios para conhecer, analisar e transformar a realidade do campo e como instrumento de mudança para um mundo melhor.

Confira a tabela completa de atividades na página 77.

Programa de Gênero

Desde o início da sua história, o Programa de Gênero vem trabalhando com o objetivo de incentivar e promover a construção de melhores relações entre mulheres e homens, e ao mesmo tempo, estimular a participação ativa das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços de elaboração e definição de políticas públicas, bem como o seu empoderamento sócio-político, econômico e cultural.



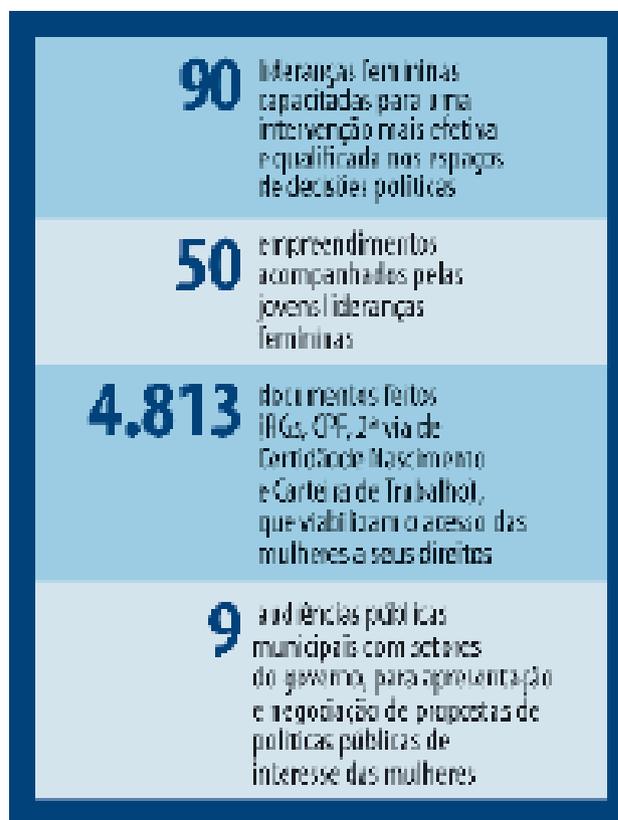
Na implementação das suas linhas de ação, o programa tem buscado contribuir com conteúdos e metodologias participativas que favoreçam o fomento das habilidades e competências das lideranças femininas, que vem assumindo cada vez mais a multiplicação dos processos de formação continuada entre as mulheres trabalhadoras rurais, para que ocupem os mais diversos espaços de representatividade micro e macro no contexto das políticas de desenvolvimento territorial.

A busca do empoderamento das mulheres foi o foco do Programa de Gênero no ano de 2007. Tal empoderamento se deu através da ação coletiva desenvolvida junto aos grupos de mulheres rurais do Sisal, Jacuípe e Portal do Sertão e pontualmente a algumas organizações de mulheres do Litoral Norte, através das capacitações temáticas e incentivo à participação e atuação destas em espaços importantes de tomada de decisão. Este é o foco deste relatório.

Estratégias, atividades e resultados

Neste contexto, em 2007, o Programa desenvolveu linhas de ações voltadas para o fortalecimento político gerencial das Organizações de Mulheres Rurais no plano da representação política; revitalizou o processo de formação permanente das jovens lideranças femininas, que de forma mais empoderada se inseriram nos espaços de organização das mulheres e contribuíram com a construção de novas relações de reciprocidade entre os gêneros.

A Formação de Jovens Multiplicadoras configurou-se como um elemento importante no trabalho desenvolvido com os grupos de mulheres nas comunidades. Ações estratégicas mais incisivas foram planejadas junto com as jovens, especialmente em relação aos processos de produção e oficinas formativas para as mulheres, ênfase no incentivo à sua organização e participação



em atividades ocorridas dentro e fora dos municípios.

As jovens lideranças e jovens monitoras passaram por um processo de formação e monitoramento constante e sistemático nas temáticas de Gênero, auto-estima, economia solidária, políticas públicas, participação social, gestão de cooperativas de crédito entre outras. Integraram os movimentos de mulheres nos municípios, contribuindo de forma eficiente para o fortalecimento e renovação dos mesmos, dinamizando a sua participação, integrando a coordenação do Movimento Regional, e representando-o até fora do estado e assumindo responsabilidades outras à medida que participaram efetivamente do levantamento de demandas relacionadas aos interesses da mulher rural, bem como no encaminhamento destas nos espaços significativos de decisão.

Essas jovens participaram, igualmente, de um processo de sistematização de experiência,



Jovens lideranças relatam suas experiências com o projeto.

avaliando os resultados do impacto da sua participação nos projetos, e trouxeram como elementos significativos, **o engajamento nas comunidades, a participação social** ou o aumento destas, **elevação da auto-estima, capacidade de organização e interação coletiva, superação de desafios, a luta pela ocupação de espaços, habilidades de uma liderança e participação política.**

Em muitos casos, a participação das jovens nos Projetos evitou o êxodo rural, contribuindo para o fortalecimento da identidade das mesmas enquanto mulher do campo, a valorização do meio e a uma melhor convivência com o semi-árido, culminando na garantia dos seus direitos. Por certo, essas jovens se tornaram fundamentais no processo de identificação, integração e fortalecimento das experiências de gestão dos empreendimentos e geração de trabalho e renda dos grupos de mulheres produtoras,

demonstrando compromisso social, exercício da cidadania e espírito solidário.

Já o fortalecimento político-gerencial das organizações de mulheres do campo se deu a partir do processo de assessoria, monitoramento e avaliação das ações planejadas, além da formação continuada das lideranças femininas das organizações de mulheres rurais, dinamizando a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços institucionais e não institucionais de tomada de decisão, fomentando o seu empoderamento social, político, econômico e social.

Considerando a oficialização institucional do MMTR Regional ocorrido em outubro de 2006, e o seu cunho de representatividade legal, percebeu-se uma intervenção e participação das mulheres de forma mais direta e incisiva nos espaços políticos de elaboração, proposição e definição de



Trabalhadoras rurais saem às ruas e reivindicam melhores condições de vida.

políticas públicas que garantem a efetivação de suas principais demandas no que concerne os direitos à saúde, educação, crédito, geração de renda, documentação, entre outros.

Uma outra ação estratégica do Programa de Gênero configurou-se no processo contínuo de formação das Lideranças Femininas, capacitando-as em várias temáticas, a saber: Educação do Campo, Saberes da Terra, PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, Desenvolvimento Territorial Sustentável e as Políticas de Interesse das Mulheres, Geração de Renda, Políticas Específicas de Crédito para Mulheres e Gestão de Cooperativa de Crédito, buscando com elas definir e estabelecer mecanismos eficientes de intervenção e controle social, para que elas tenham acesso a essas políticas e melhorem a qualidade de suas vidas e de toda a família.

A partir de então, as mulheres estabeleceram diálogo com os Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Educação e Cooperativas de Crédito, e realizaram vários encontros municipais onde puderam apresentar as suas demandas, conhecerem melhor os projetos e estabelecer parcerias. Tais intervenções também encontraram terreno propício nas várias Conferências ocorridas em caráter regional, estadual e nacional, durante o ano corrente, assim como nas plenárias do PPA nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

Lideranças do MMTR regional garantiram também representação na diretoria do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, participação no Fórum Nordestino, Marcha das Margaridas em Brasília, representação na Comissão Estadual de Documentação, Conferências Municipais



Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Rede de Produtoras da Bahia inauguram sede em Feira de Santana.

e Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, audiências públicas para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher, entre outros espaços onde elas possam contribuir na proposição de ações que promovam o desenvolvimento da região a partir da garantia dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

A assessoria do Programa de Gênero ao MMTR Regional se deu também através do apoio à re-construção do planejamento estratégico do movimento, monitoramento e avaliação das ações planejadas, na promoção da formação política permanente da coordenação do MMTR Regional e para realização da gestão institucional, referente à documentação oficial e plano de comunicação do movimento, dando-lhe maior visibilidade. Ocorreram também reuniões bimensais com a coordenação regional executiva, participação com elas em espaços importantes de tomada de decisão,

bem como na busca do fortalecimento e sustentabilidade da instituição.

Uma das grandes conquistas do MMTR Regional no ano de 2007 foi a inauguração da sede própria, embora provisória, em conjunto com a Rede de Produtoras da Bahia, localizada estrategicamente no Município de Feira de Santana. A Casa das Mulheres do MMTR Regional em parceria com a Rede de Produtoras tem servido de abrigo para as mulheres de cerca de 15 municípios da região nos encontros que participam em Feira de Santana e em paradas para viagem, sendo também onde se realizam muitos encontros. Em resultado disso, tem-se otimizado recursos, reforçado os laços de solidariedade e permitido a troca de experiência entre elas.

Um outro avanço de extrema significância foi o aumento das atividades desenvolvidas pelo MMTR Regional, tendo em vista a ampliação das visitas de assessoria a outros municípios da

região interessados em formarem grupos de organização das mulheres, a saber, Pé de Serra, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima e Barrocas.

Vale a pena ressaltar a abertura e a consolidação de diálogos entre o movimento de mulheres e as Cooperativas de Crédito Rural, mediados pelas jovens lideranças e os educadores do Departamento de Educação Cooperativistas, o que resultou na elaboração de Planos de Viabilidade Econômica com os empreendimentos. Houve também um maior número de grupos de produção inseridos na Rede de Produtoras da Bahia, o que revela um aumento do número de mulheres economicamente empoderadas, buscando alternativas de geração de trabalho e renda e melhoria na qualidade de vida da família

Tecendo Interfaces

A transversalidade de Gênero junto aos outros programas e sub-programas do MOC se deu através de várias ações articuladas:

Com **Educação do Campo** por meio de debates e oficinas com lideranças das organizações de mulheres e jovens monitoras sobre os processos educativos voltados para a Educação do Campo, Saberes da Terra e Metodologia de Leitura enquanto instrumento de cidadania. Foram construídas propostas de ação das organizações de mulheres a partir das discussões e co-relação com suas realidades, conhecendo os projetos educacionais implantados no município a fim de interferirem nos Conselhos e Planos Municipais de Educação, contribuindo assim, na garantia dos direitos das crianças, dos/as adolescentes e jovens. Houve também oficina sobre formação metodológica de leitura prazerosa, crítica e cidadã, a partir do Projeto Baú de Leitura, com as jovens monitoras, que por sua vez estarão exercitando a metodologia no desempenho do papel de multiplicadoras, nas atividades com as

mulheres nas comunidades.

Em relação ao **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, mais especificamente com o seu **Sub-Programa Agroindústria e Comercialização**, desenvolveu-se atividade voltada para o fomento da participação das mulheres rurais no planejamento e gestão de empreendimento, através das várias capacitações onde se estimulou a auto-estima, gestão de cooperativa e outros como políticas afirmativas de crédito para mulheres, geração de renda, mobilização para participação em diversas feiras a nível municipal, regional, estadual e internacional (Chile). A atuação conjunta dos programas garantiu o processo de formação das jovens monitoras, assessorando-as quanto aos trabalhos realizados nas comunidades.

Ainda no que tange as interfaces com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar em parceria com o **Sub-Programa de Desenvolvimento Territorial**, foi estabelecida uma discussão sobre a integração e a articulação das políticas públicas promotoras do desenvolvimento sustentável da região, ampliando a compreensão das lideranças femininas do MMTR regional e também dos municípios acerca das suas intervenções nestas políticas. Foi destacada a importância do território enquanto unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, suas demandas, culturas e grupos institucionais. A partir da discussão, cada município realizou uma oficina para identificar as demandas das mulheres, das quais a sistematização estará subsidiando o MMTR na construção de uma proposta mais incisiva na política de desenvolvimento territorial que contemple suas demandas e interesses. Atualmente, lideranças do Movimento de Mulheres integram o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia.

Atividades interessantes também puderam ser realizadas a partir da relação com o **Programa**



O Movimento de Mulheres é um espaço de crescimento para as jovens.

de Comunicação. Parte disso se deve as capacitações através do GT de Comunicação, referentes à fotografia, arquivamento e identificação destas, manuseio correto de gravador, fichas de informação e boletins atualizados, que contribuiram para a qualificação dos resultados apresentados em relatórios. O diálogo entre os dois programas permitiu que coordenadoras do MMTR Regional fossem inseridas num processo de capacitação quanto à comunicação interna e institucional da entidade.

Ações conjuntas foram também planejadas, monitoradas e executadas em parceria com o **Programa Água e Segurança Alimentar**, dando seqüência à pesquisa iniciada em 2006 com as mulheres, sobre o impacto causado pelas cisternas na vida delas. Oficinas realizadas com essas mulheres além de trazer à tona o que já é evidente, a exemplo da histórica responsabilidade recaída sobre a mulher como abastecedora de água na casa, revelou as mudanças significativas que vieram junto com

as cisternas, como o trato da água, noções de gerenciamento da mesma, a melhor qualidade de vida, o tempo de sobra aplicado em atividades que aumentam o sustento da família, a freqüência ativa das crianças, adolescentes e jovens na escola, que antes faltavam para ajudar no abastecimento de água da casa. Ainda na interface com os dois programas, foram realizadas oficinas sobre relações sociais de gênero com mulheres e homens construtoras/es de cisterna, contribuindo para a redefinição de consensos políticos e novas relações de reciprocidade entre os gêneros.

DESAFIOS e PERSPECTIVAS

Não obstante o esforço da equipe do programa juntamente com a coordenação regional do MMTR e demais organizações, as articuladoras municipais e as jovens lideranças, ainda pairam alguns desafios a serem enfrentados:

- O processo de acompanhamento dos grupos de produção por algumas

jovens que estão aos poucos assumindo responsabilidades com família e/ou seu próprio sustento e, que encontrando trabalho de jornada integral não dispõem de tempo suficiente para acompanhamento dos grupos nas comunidades.

- Necessidade de expansão dos mecanismos formais de organização das mulheres em outros municípios dos Territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, bem como a emergente legitimação do movimento de mulheres em alguns municípios.
- No que se refere às ações desenvolvidas pelo MMTR Regional, Coletivos / Secretarias de Mulheres um dos grandes obstáculos, centrou-se no acúmulo e concentração de tarefas sobre as lideranças da coordenação e as articuladoras, sendo também perceptível o fato de que a decisão e representação concentra-se na maioria das vezes sobre poucas pessoas. Todavia, a partir dessa análise, o segundo semestre apresentou algumas mudanças significativas, e acredita-se que daqui por diante, irá gerar uma maior rotatividade e dinamização de representações, o que fortalece ainda mais o sentido da liderança.
- Estabelecer estratégias de intervenção mais incisiva das organizações de mulheres na Política Territorial de Desenvolvimento Sustentável a partir da sistematização, apresentação e negociação das suas demandas com setores do governo.
- Construção de estratégias de acompanhamento aos grupos de produção, apesar do fim do projeto com o Disop, bem como a filiação de grupos recentemente formados e que ainda não estão inseridos na Rede de Produtoras da Bahia.
- O estreitamento das relações entre o Programa de Gênero e outros órgãos, redes, fóruns que discutem e disseminam

a questão da equidade de gênero e lutam por melhores relações sociais.

- Fomentar a discussão junto aos Conselhos e Coletivos Municipais de Educação acerca da elaboração e implantação de currículos contextualizados nas escolas da região, contemplando a dimensão de gênero e suas temáticas.

Os resultados aqui apresentados se mostram significativos, e trazem ânimo para a continuidade da luta, onde mulheres e homens unem esforços para construir um mundo melhor, fazendo valer os direitos humanos, sobretudo daqueles/as que estão em situação de vulnerabilidade social: nossas crianças, adolescentes e jovens. Ressaltamos que estes resultados não são apenas méritos do Programa de Gênero, eles são frutos do trabalho zeloso das lideranças do MMTR, Coletivos e Secretarias de Mulheres, articuladoras, jovens lideranças e organizações parceiras em cada município onde as ações foram executadas; bem como de outras/os técnicas/os do MOC e da equipe administrativa que anonimamente trabalha para que os processos aconteçam, e de tantas outras pessoas invisíveis aos nossos olhos no cotidiano do trabalho, mas que através das instituições cooperantes se juntam a nós na luta Por um Sertão Justo. Os desafios e perspectivas presentes no caminho conclamam a todos/as para seu enfrentamento, na certeza de que esses vínculos solidários se fazem necessários para a construção de uma sociedade não sexista, mais justa e equitativa, onde todos/as tenham seus direitos assegurados.

*Talvez não tenhamos
conseguido fazer o melhor,
Mas lutamos para que o melhor fosse feito.
Não somos o que deveríamos ser,
Não somos o que iremos ser.
Mas, graças a Deus,
Não somos o que éramos.*

(Martin Luther King)

Confira a tabela completa de atividades na página 78.

Programa de Políticas Públicas

A trajetória do Programa Políticas Públicas se caracteriza essencialmente pela atuação junto aos movimentos sociais na efetivação da cidadania. No cenário de 2007, o trabalho da equipe se direcionou para o reconhecimento social da criança, adolescente e jovem como *sujeitos de direitos*



A população infanto-juvenil do semi-árido baiano não possui acesso aos direitos e oportunidades concretas que estruturam a sua cidadania. Tal situação faz com que essa população se encontre mais vulnerável às desigualdades sociais presentes em nossa realidade social. Isso talvez explique o surgimento de diversos programas governamentais voltados para infância e juventude nos últimos anos.

Nessa direção, há atualmente um forte processo de mobilização social em torno das Políticas Públicas de Juventude (PPJ's), contando com a participação de grupos e organizações juvenis, movimento sindical, entre outras entidades. O biênio 2007-2008 marca a realização das Conferências de Políticas Públicas de Juventude e dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos níveis municipal, estadual e nacional. É nesse contexto que se situa esse relatório.

Estratégias, atividades e resultados

Mantendo sua essência político-pedagógica, a equipe de Políticas Públicas concentrou seus trabalhos na participação da sociedade civil organizada nos processos de *intervenção social nas políticas públicas setoriais*, em especial, destinadas à infância e à juventude. Mais recentemente, o MOC tem assumido uma posição de destaque no cenário estadual e nacional de entidades que desenvolvem ações de apoio às políticas públicas de Juventude. Isso se deve especialmente às experiências referenciais dos Coletivos de Jovens dos Territórios Rurais do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Portal do Sertão da Bahia.

Outro nível de ação programática se voltou para a mobilização e capacitação de conselheiros da assistência social de entidades da sociedade civil e do poder público para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios dos Territórios Sisal e Bacia do

Os resultados do Programa de Políticas Públicas

09 Jovens rurais com acesso à linha de crédito do Pronaf Jovem;

Conselho Municipal de Juventude de Retiroândia constituído e com conselheiros jovens empossados;

Projeto de lei de criação do Conselho Municipal de Juventude de Malhada aprovado e sancionado pela Câmara de Vereadores;

Realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude de Retiroândia, com caráter eletivo para 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (Brasília-DF);

09 Coletivos de Jovens captando e gerenciando autonomamente recursos financeiros para implementação de trabalhos locais;

250 conselheiros municipais de assistência social capacitados para implementar a gestão municipal do SUAS;

Jacuípe. Há em curso um trabalho focado na criação e capacitação de Conselhos Tutelares (CT) e de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que se estende em 229 municípios do Estado da Bahia, através do convênio celebrado entre o MOC e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

Por outro lado, os limites de investimento de entidades apoiadoras dificultaram a ação exclusivamente direcionada ao fortalecimento institucional da sociedade civil organizada no ano de 2007. Com isso, não foi possível realizar atividades de suporte técnico-político às diretorias de organizações locais e regionais, como sindicatos, pólos sindicais, associações entre outras. A relação de trabalho com essas organizações sociais e sindicais se apresentou



Abertura da 1ª Conferência Municipal de Juventude de Retirolândia.

de maneira diluída nos diversos conteúdos programáticos do MOC.

O trabalho de fortalecimento institucional se concentrou nas entidades juvenis dos municípios de Antônio Cardoso e Tucano. Com o apoio da Comissão Ecumênica de Serviço (CESE), a diretoria do Movimento de Jovens de Antônio Cardoso (MOJAC) foi capacitada para o exercício do seu papel e em áreas temáticas de interesse institucional. Também se prestou assessoria técnico-pedagógica às diretorias do MOJAC e Coletivo Ação Juvenil (COAJ) de Tucano para elaboração do planejamento estratégico, contribuindo na qualidade da gestão social das entidades frente aos desafios e possibilidades no cenário atual das políticas públicas setoriais e de juventude.

O COAJ apresentou e negociou com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) apoio para a qualificação técnico-profissional de jovens rurais de Tucano para acesso ao PRONAF Jovem, linha de crédito rural. Os jovens estão sendo qualificados para implementarem criatórios de ovinos, caprinos e aves caipiras nas unidades produtivas familiares, baseados nos princípios da convivência com o semi-árido. Enquanto o MOJAC formou novas turmas de jovens negros e rurais para a continuidade do curso

pré-vestibular *Educar para Mudar*, em parceria com a prefeitura municipal. A iniciativa visa contribuir para o ingresso de jovens afro-brasileiros na universidade pública, *numa perspectiva de afirmação étnico-racial*. Há ações de preparação de jovens para o vestibular em Araci, através do Coletivo de Jovens, em parceria com a UNEB.

A falta de oportunidades geradoras de emprego, trabalho e renda ainda motiva o êxodo rural de jovens para os centros urbanos e outras regiões do país. Em contraponto a essa realidade, surgem diversas iniciativas juvenis voltadas para a inserção produtiva no mundo do trabalho. O Coletivo de Jovens de Pé de Serra iniciou a experiência da Lanchonete Point Juvenil para comercialização de produtos baseados na agricultura familiar, com o apoio da CESE. A experiência da Lanchonete participou da EXPO Brasil DLIS de 2007, realizada em Natal, como uma das experiências de destaque da *Rede de Fortalecimento Institucional da Juventude Rural*, na qual o MOC é entidade integrante.

Já em Cansanção, os jovens negociaram um projeto de estruturação de um mini abatedouro de frangos caipiras para inserção no mercado local e institucional do município, através da captação de recursos junto à CESE. Aliado a esse processo inicial, *08 jovens acessaram o PRONAF Jovem* (via Banco do Brasil - BB) para instalação de pequenos aviários de galinha caipira de corte e postura nas propriedades familiares. O Coletivo de Jovens de Quixabeira também *conquistou o primeiro PRONAF Jovem* voltado para a criação de ovinos, através da parceira do STR e BB. E, em Irará, *três jovens acessaram o PRONAF B* para investimento na produção agrícola nas propriedades familiares. Os jovens de Cansanção, Quixabeira e Irará participaram das ações de qualificação do *Consórcio Social da Juventude Rural - Aliança com Jovens*.

Visando *ampliar o acesso de jovens aos recursos*

destinados à agricultura familiar na região, o Coletivo de Jovens de Serrinha, juntamente com a Secretaria de Jovens do STR, propôs ao COGEFUR a criação de uma linha de financiamento para juventude. Além da linha de crédito exclusiva para jovens no valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), numa ação de articulação regional, o COAJ pleiteou a filiação ao COGEFUR para representação institucional da juventude rural dos Territórios Sisal e Bacia do Jacuípe nesse espaço. Esse resultado se materializou através da interface entre os Programas de Políticas Públicas e Fortalecimento da Agricultura Familiar do MOC.

No campo da formação social, os Coletivos de Jovens de Serrinha, Araci, Candeal, Santa Luz e Retirolândia conseguiram apoio da CESE para implementarem processos de mobilização e capacitação de lideranças juvenis nas comunidades rurais e zona urbana dos municípios. A equipe de Políticas Públicas tem destinado suporte técnico para o planejamento pedagógico e gestão dos projetos às coordenações juvenis dos Coletivos, contribuindo para maior *empoderamento dos jovens na captação e gestão própria de recursos financeiros.*

No âmbito da intervenção na esfera pública, o resultado concreto está na *experiência pioneira de Conselho Municipal de Juventude de Retirolândia.* Ao contrário de grande parte de iniciativas anteriores, onde o poder público capitaliza todo o processo de institucionalização, a construção desse espaço político-institucional teve a incansável mobilização e pressão social do Coletivo de Jovens de Retirolândia (CMJ). O Conselho é constituído por nove entidades, sendo três do poder público local e seis organizações sociais e juvenis, entre elas o MMTR, STR, Associações Comunitárias, CMJ Retirolândia e o Coletivo Regional Juventude e Participação Social. Nessa mesma direção, o CMJ de Valente também conseguiu a aprovação na Câmara de Vereadores (com

maioria absoluta) da lei que cria o Conselho de Juventude, embora contra a vontade institucional da prefeitura municipal.

O papel estratégico dos jovens no desenvolvimento dos territórios rurais e espaços agrários ganha visibilidade no cenário nacional. A partir da Rede de Fortalecimento Institucional da Juventude Rural, formada pelas entidades Arcafar-Sul (PR, SC e RS), Cedejor (PR, SC e RS), Instituto Souza Cruz (RJ), Mepes (ES), MOC (BA) e Serta (PE), promoveu-se a II Jornada Nacional do Jovem Rural (II JNJR), em Brasília (DF) e Luziania (DF), entre os dias 17 e 20 de setembro de 2007. O evento, cujo tema central foi Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, contou com a participação de 46 lideranças juvenis dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. O Coletivo de Jovens foi experiência referencial em um dos painéis temáticos da II Jornada, além da participação artístico-cultural dos Grupos Teatrais: *Metamorfose* (Conceição do Coité) e *Apocalipse* (Pé de Serra e Nova Fátima) e a Oficina sobre Mobilização Social coordenada pelo MOJAC e COAJ. Desse grande encontro resultou a *Carta de Intenções da Juventude Rural* da II JNJR, que foi apresentada na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília.

Outros resultados concretos animam e fortalecem a mobilização e auto-organização dos jovens rurais no semi-árido baiano, a saber:

- Renovação do quadro das diretorias das entidades sindicais e associações comunitárias da região, ampliando o número efetivo de jovens dirigentes;
- Realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude, em Retirolândia, com definição de propostas e dois delegados juvenis para a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude;
- Participação de jovens nas Conferências de Assistência Social, Educação e Saúde;
- Visitas técnicas de intercâmbio para relato da experiência dos Coletivos de Jovens nos municípios de Santo Antônio



Membros do Coletivo Municipal de Jovens de Santa Luz.

de Jesus (BA), Salvador (BA), Guamiranga (PR), Grã-Pará (SC) e Vera Cruz (RS), focando o temário de mobilização social, políticas públicas e desenvolvimento territorial;

- Eleição de seis jovens para os Conselhos Tutelares (CT) de Capim Grosso, Serrinha e Antônio Cardoso, sendo que nos dois primeiros municípios eles estão assumindo a presidência dos CT's;
- Inserção de quatro jovens nas Cooperativas de Crédito Rural da região, sendo que no Sicoob Itapicuru os jovens receberam bolsa de estudo para ingresso no ensino superior na rede privada;
- Criação de Coletivos de Jovens – com o apoio institucional dos STR's – nos municípios de Capela do Alto Alegre e Barrocas, ampliando para 23 o número de cidades na base do Coletivo Regional Juventude e Participação Social;- Eleição do MOC para o assento de titular no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), no biênio 2007-2008;
- A experiência de trabalho com juventude do MOC faz parte do livro *Juventudes Rurais: Cultura e Desenvolvimento* (Instituto Souza Cruz), lançado na II Jornada Nacional do Jovem Rural, além dos Coletivos de Jovens serem retratados no artigo *Juventudes rurais e a questão da invisibilidade social*,

no livro *Juventudes em debate: mercado de trabalho e sindicalismo* (Central Única dos Trabalhadores - CUT).

Há também um processo inicial de execução do *Projeto Diagnóstico da Alimentação Escolar*, com o objetivo principal de conhecer e analisar o cardápio da alimentação oferecida nas escolas da rede pública municipal de 22 municípios dos territórios rurais Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. Para tanto, serão qualificados 110 agentes locais dos Coletivos de Jovens para pesquisar 330 escolas, cujos resultados obtidos subsidiarão as entidades da sociedade civil organizada na formulação e negociação de propostas voltadas para inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar dos municípios.

O Sub-Programa de Conselhos teve sua atuação, no primeiro semestre de 2007, com os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) de 22 municípios do Estado da Bahia. O desenvolvimento do trabalho se deu a partir de Encontros de Capacitação e Visitas de Monitoramento voltadas ao processo de efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito do SUAS, contribuindo para a realização do Controle Social da Política de Assistência Social Municipal. As atividades aconteceram regionalmente proporcionando aos Conselheiros um intercâmbio com outras experiências municipais e, ao mesmo tempo, em que construíram conjuntamente o plano de ação dos CMAS's. No entanto, não houve tempo suficiente para o acompanhamento técnico ao desenvolvimento deste plano junto aos referidos Conselhos uma vez que o projeto findou-se em junho de 2007.

Nessa dimensão, os resultados obtidos se direcionam para a realização efetiva do controle social e um maior envolvimento dos representantes da sociedade civil e do poder público no que diz respeito à interferência e contribuição para uma política municipal de assistência social descentralizada e participativa.

O segundo semestre foi marcado pela interface entre os Programas de Políticas Públicas e Criança e Adolescente, através da execução do Projeto de Formação de Conselheiros de Direitos e Tutelares, conveniado com a SEDH. As atividades foram realizadas através de visitas de sensibilização e mobilização aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares dos 26 territórios de identidade do Estado da Bahia. Trata-se do momento inicial de um processo que vai desencadear na capacitação desses conselheiros para a efetivação da Política da Criança e do Adolescente no Estado. Os resultados já apontam para uma Política Pública que efetive o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, sendo priorizada no âmbito municipal e territorial, buscando instrumentos que contribuam para o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Desafios e Perspectivas para 2008

A ausência de um trabalho sistemático de fortalecimento institucional das entidades locais e regionais da sociedade civil organizada pode ser considerada o principal desafio enfrentado pelo Programa de Políticas Públicas em 2007. Essa debilidade se fez sentir nas demandas institucionais (planejamento estratégico, capacitação de dirigentes, elaboração de projetos, entre outras) apresentadas pelas entidades parceiras da região historicamente assessoradas pelo MOC.

Embora existam iniciativas relevantes de captação e gestão autônoma de projetos pelos Coletivos de Jovens, em alguns municípios a falta de recursos financeiros para apoio às atividades locais dos jovens tem enfraquecido a atuação dos Coletivos. Nesses casos, há falta de clareza e compreensão institucional, principalmente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sobre o papel estratégico das organizações juvenis no fortalecimento da agricultura familiar e qualidade de participação no cenário das políticas públicas.



Posse dos membros do Conselho Municipal de Juventude de Retirolândia.

Enquanto perspectivas para 2008, há o processo de fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares em 229 municípios da Bahia que buscam a efetivação da Política Pública da Criança e do Adolescente no âmbito municipal e territorial, além de promover aos conselheiros destes respectivos conselhos, um maior aprofundamento das questões relacionadas à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes baianos.

Noutra dimensão, o Coletivo Regional Juventude e Participação Social caminha para a institucionalização, apontando a perspectiva de maior autonomia da juventude na articulação e coordenação regional de suas ações e projetos.

A perspectiva do Projeto Diagnóstico da Alimentação Escolar, em 2008, visa obter resultados interessantes para instrumentalizar as entidades da sociedade civil organizada na formulação e negociação de propostas voltadas para inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar dos municípios.

Com a ocupação estratégica do MOC na titularidade do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, aumenta-se a possibilidade de controle social e promoção de políticas públicas destinadas à população infanto-juvenil baiana.

Confira a tabela completa de atividades na página 79.





Anexos

Tabelas de Atividades

Programa Água e Segurança Alimentar

Linhas de ação / Sub-Programas	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes		
Capacitação das Comissões Executivas Municipais (CEM's) na elaboração de propostas e negociação com o poder público		Encontros Municipais de Planejamento	4	24	88		
		Encontro Municipal de Avaliação	1	20	20		
		Encontro Municipal de Monitoramento e Avaliação	1	15	15		
		Encontros de Monitoramento com a CGMR	12	12	12		
		Encontro de Monitoramento com a equipe da PASA	12	10	16		
		Encontros Municipais de Políticas Públicas	3	25	97		
Dirigentes, técnicos, lideranças e agricultores comeciantes e sendo capacitados a implantação de técnicas de captação de água para produção no semi-árido		Encontro Municipal de Alternativas de Convivência com o Semi-árido	2	28	56		
		Workshop de Intercâmbio sobre Alternativas de Convivência com o Semi-árido	3	27	79		
		Capacitação de Pedreiros/as em Construção de Cisternas Calçadas	1	15	40		
		Capacitação de Pedreiros/as e Agricultores/as na Construção de Banheiros Subterrâneos	1	20	45		
		Construção de Sítios Demonstrativos	2	20	45		
		Construção de Cisternas Calçadas	1	22	22		
		Encontro Microregional de Planejamento	2	29	58		
		Encontro Microregional de Capacitação das CEM's e CGMR's	1	40	40		
		Elaboração de outros projetos destinados à captação de água para beber e cozinhar e para produção		Reuniões de Planejamento, Monitoramento e Avaliação com as CEM's	120	4	180
				Recapitação de Pedreiros	1	20	20
Capacitação de Pedreiros/as	2			70	70		
Capacitação em construção de banheiro gade	1			20	20		
Reuniões de capacitação no processo de construção das cisternas com CEM's, famílias e pedreiros	39			30	1.170		
Cursos de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos	35			39	1.058		
Cursos de Recapitação em SRH	6			26	234		
Capacitação em construção de cisternas de placas	2			20	30		
Oleiros: Pesquisa Qualitativa sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres	3			12	36		
Reuniões de planejamento com a equipe de gênero	6			3	10		
Reuniões de monitoramento em relação à pesquisa qualitativa sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres	3			3	10		

Linhas de ação / Sub-Programas	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
	Ministração de Oficinas e Ações que desenvolvam ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios para discutir e parâmetros das Conferências Regionais, Estaduais e Nacional	Reunões de sensibilização para a Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	30	44	130
		Oficina Preparatória para a Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	1	40	40
		Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	1	22	22
	Celebração realizada através de uma ato público comemorando aniversário de pessoas (com acesso à água de semi-árido)	Reunões de sensibilização nos municípios de abrangência RPSA para a realização de ato público	30	1000	1000

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sub-Programas	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes	
Assistência Técnica e Crédito Rural	Fortalecimento das Organizações locais para que elas possam apoiar a ATER	Encontro de investimento com entidades locais	06	27	27	
		Reunião municipal com dirigentes do Projeto Caba Escola	01	20	20	
		Seminário de avaliação de projetos com beneficiários	01	100	100	
	Sistemáticas implementações de ATER e assessoria a rede para a multiplicação da agroecologia para a família rural	Encontro de trabalho comunitário e espaço local	3	11	11	
		Encontro de trabalho comunitário multiplicadores	20	21	301	
		Encontro de trabalho comunitário jovens de ATER	6	25	90	
		Workshop de experiências em agroecologia	19	28	380	
		Curso de formação de multiplicadores de ATER e Oficinas de organização de ATER	01	40	40	
		Encontro de sistematização de metodologia de ATER	09	11	111	
		Curso de Capacitação - manejo de resíduos	11	30	300	
	Prestar assistência técnica para as famílias rurais com os princípios da agroecologia com métodos inovadores	Curso de Segurança Alimentar e Nutricional	04	20	80	
		Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos	06	20	120	
		Fórum de pesquisas atuais para agricultores do Projeto Caba Escola	01	84	84	
		Curso de técnicas para agricultores e jovens	05	20	100	
		Reunião de estudo e planejamento da produção	27	20	400	
		Cursos de agroecologia e inserção em mercados locais	26	20	520	
		Curso de práticas agroecológicas no Semi-árido	36	20	700	
		Encontro de trabalho comunitário jovens do município	01	10	10	

Sub-Programas	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Agricultura e Comercialização	Acompanhamento técnico sistemático voltado para os processos de formação, gestão democrática/participativa, fortalecimento o processo produtivo para o acesso dos grupos de mulheres nos mercados sólídarios e em movimentos de Economia Solidária	Oficina de Gestão Estratégica para Empreendimentos Econômicos Solidários	04	30	60
		Seminário Regional sobre Legislação de Agricultura	01	40	40
		Oficina sobre Qualidade na Produção de Agricultura	01	35	35
		Visita de Intercâmbio e Experiências Exitosas de Agricultura	01	10	10
		Curso sobre Registro Contábil para Dirigentes de EES	01	25	25
		Oficina de Planejamento com Dirigentes da AMCO São Paulo	01	25	25
		Dia de Estado de Cadeia Produtiva no Território do SCSL	01	-	-
		Elaboração e Confecção de Catálogo de Produtos	01	-	-
		Jornada de Estudo e Projeto de Viabilidade de Empreendimentos Agrícolas	03	35	105
		Curso de Formação de Gestores de EES	02	25	75
		Encontros Inter-regionais da UNICAMP Bahia	02	30	30
		Apoio a participação de Representantes de EES nas Assembleias do CODES São Paulo e CODES Bahia de Laje	03	00	-
		Apoio a participação de Representantes de EES no Fórum Baiano de Economia Solidária	01	04	-
		Seminário Territorial sobre Acesso a Mercado Institucional	01	35	35
		Feira de Produtos da Agricultura Familiar dos Territórios Ilustres na Bahia	01	30	30
		Encontros Regionais de Planejamento para Comercialização	03	35	105
		Jornada de Estudo de Acesso a Mercados dos Produtos de Agricultores Familiares em Territórios Rurais	07	00	00
		Campanha de Valorização dos Produtos da Agricultura Familiar	01	-	-
		Apoio a mobilizações dos GMP para participar de Feiras	03	00	-
		Feira e exposição dos produtos feitos pelos GMP	01	01	100
		Feira solidária de comercialização dos produtos	01	01	100
		Realização de Campanha de Fortalecimento dos GMP	07	01	-
		Reuniões regionais para apresentação de projetos	01	01	50
		Curso sobre Economia Solidária e Planejamento de Empreendimentos; Crédito para Mulheres	02	32	35
		Dia de Estado Comunitário sobre Economia Solidária e Planejamento de Empreendimentos	04	39	15
		Curso de formação para os Jovens Monitoras	03	06	25
		Reunião Regional para articulação e monitoramento de trabalho das jovens monitoras	06	06	30

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº. de atividades	Media de participantes	Total de participantes
Agricultura e Comercialização	Acompanhamento técnico presencial voltado para os processos de formação, gestão democrática participativa, fortalecendo o processo produtivo para o acesso dos grupos de mulheres aos mercados sólidos e em movimento de Economia Solidária	Curso regional de informática para as jovens monitoras (bolsas)	20	20	-
		Encontro de aprofundamento e planejamento de ações dos grupos organizados por mulheres	01	01	40
		Reunões de monitoramento do plano de ações da Rede de Produtoras	03	94	40
		Workshop sobre integração do empreendimento e acesso ao crédito	03	258	10
		Workshop técnico aos municípios para monitoramento do projeto	30	30	-
		Dias de Estado municipais com grupos de mulheres integrantes da Rede de Produtoras	08	84	10
		Oficinas locais sobre: Habilitação Econômica: Plano de Ações Negativas e Administração	75	75	10
		Reuniões comunitárias de monitoramento do plano de ações	75	75	10
		Aquisição de Materiais para construção de Cisternas	01		
		Aquisição de Kit Equipamentos	25	25	-
		Oficinas regionais de aperfeiçoamento de processos produtivos	03	03	10
		Visita a experiências bem sucedidas na gestão e gestão de rede	01	01	45
		Visita de intercâmbio para conhecer as experiências produtivas	01	01	45
		Curso regional sobre Agroecologia	01	01	10
		Curso regional sobre Design	02	02	10
		Curso regional sobre legislação sanitária e manuseio de alimentos	02	02	10
		Oficinas regionais com GMP sobre elaboração de projetos de crédito	01	01	10
		Estado de marca da Rede de Produtoras	01	01	-
		Construção de catálogo da Rede de Produtoras	01	01	-
		Elaboração de Insumos dos produtos de 25 grupos	01	05	-
		Seminário regional sobre Certificação da Produção	01	01	100
		Oficinas municipais sobre cidadania e participação - Cooperativismo	10	10	10
		Encontros Micro-regionais da URKAFES Bahia	02	01	10
		Participação de Representantes dos GMP nas Assembleias de CONES Sinal e CONES Boca do Jacipe	03	-	-
		Participação de Representantes dos GMP no Fórum Balano de Economia Solidária	01	04	-

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº. de atividades	Media de participantes	Total de participantes
Desenvolvimento Territorial	Fortalecimento da Coordenação Estadual de Territórios para articulação de políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural sustentável	Oficina Estadual de Avaliação e Planejamento das ações territoriais	01	90	90
		Seminário Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Territórios	01	90	90
		Seminário Estadual de Diálogo com Parlamentares	01	90	90
		Encontro dos Núcleos Dirigentes de Colegiados Territoriais	02	30	60
		Encontro Estadual de Articuladores Territoriais	02	30	60
		Intercâmbio de Colegiados Territoriais	01	15	15
		Curso para integrantes de Núcleos Dirigentes e Núcleos Técnicos de Colegiados Territoriais	01	30	30
	Formação de lideranças e técnicos para a concepção/gestão de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Oficina Territorial de Formulação e Gestão de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	32	40	1280
		Jornada de Apoio a Núcleos Dirigentes e Núcleos Técnicos de Colegiados Territoriais	60	60	3600
	Apoio à concepção e formulação de programas e projetos para o desenvolvimento econômico territorial	Curso de Negócios e Comércio para Habilitar Empreendimentos Econômicos Solidários	06	30	180
		Oficina de Estruturação de Bases de Serviços para Agricultura Familiar em Territórios Rurais	03	30	90
		Ciclo de Análise e Proposição de Empreendimentos Rurais	15	12	180
		Jornada de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários	30	12	360
		Campanha Territorial de Valorização dos Produtos da Agricultura Familiar	01	-	-
		Fórum Estadual de Produtos da Agricultura Familiar	01	60	60
		Oficina Territorial de Formulação e Validação de Plano Sofia Territorial	14	40	560
		Jornada de Elaboração Participativa do Plano Sofia Territorial	70	66	4620
		Oficina Territorial de Formulação e Validação de Estudos de Potencialidades Econômicas	04	40	160
		Jornada de Elaboração Participativa de Estudos de Potencialidades Econômicas	16	60	960

Programa de Comunicação

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº. de atividades	Media de participantes	Total de participantes
Acessos e qualificação da cobertura jornalística do semi-árido		Eventos de mobilização da imprensa	01	90	90
		Coletivas de imprensa	01	25	25
		Notas de coberturas e encaminhamento de visitas de jornalistas	10	03	30

Linhas de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Assessoria e qualificação da cobertura jornalística do semi-árido	Assessoria à imprensa e comunicação institucional	Palestras e debates com estudantes de comunicação	00	35	70
		Oficinas de capacitação e reuniões do Grupo de Trabalho de Comunicação do MOC	06	07	07
		Produção do Boletim Informativo MOC	46	921	921
		Elaboração e envio de releases e sugestões de pauta	40	115	115
		Produção de matérias para o site Institucional do MOC	03	-	-
		Produção e envio de reportagens radiofônicas e programas de rádio	50	110	110
		Produção de boletins de experiências locais	00	-	-
		Produção do jornal Girassol	00	-	-
Democratização da Comunicação e Fortalecimento da Comunicação Comunitária	Fortalecimento de Abrigo Social	Oficinas de Planejamento, monitoramento e avaliação final	00	25	25
		Oficinas de intercâmbio entre comunicadores comunitários	00	10	10
		Oficina de capacitação técnica e de conteúdo	01	35	35
		Workshop de assessoria junto à Abrigo Social	11	05	05
		Workshop técnico às rádios comunitárias em parceria com a Abrigo Social	14	08	112
		Oficinas de capacitação em internet com Abrigo Social e Agência Mandacari	00	08	08
	Fortalecimento da Agência Mandacari de Comunicação e Cultura	Oficina de sistematização da experiência	01	14	14
		Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação	00	05	05
		Oficina de capacitação em internet	01	02	02
		Oficina para construção de projetos	01	03	03
		Workshop de assessoria	01	03	03
	Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social	Reuniões de planejamento e monitoramento com a INTRES	00	04	04
		Oficinas de comunicação com representantes das STB filiadas à INTRES	00	25	25
		Workshop de assessoria à INTRES	08	04	04
		Reunião de planejamento com a diretoria da ARCO Sertão	01	12	12
		Oficinas de comunicação com representantes das cooperativas da ARCO Sertão	00	10	10
		Workshop de assessoria à ARCO Sertão	00	04	04
		Oficina de comunicação com o MATE	01	15	15
		Oficina de comunicação com a Rede de Produtores	01	17	17

Refer-se ao número de assessorias do boletim informativo.

Refer-se ao número de parâmetros e-mails cadastrados no mailing.

Refer-se ao número de rádios cadastradas no mailing para recebimento das reportagens radiofônicas.

Objetos de ação	Ações	Atividades	Nº de entidades	Média de participantes	Total de participantes
Especialização da Comunicação e Fortalecimento da Comunicação Comunitária	Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social	Mostra de economia de ODS: São de Janeiro	01	04	04
		Oficina de comunicação com STB: Ilhéus e Pólo Social de Ilhéus	01	20	20
	Estímulo e debate territorial da democratização da comunicação	Reuniões de fórum regional pela Democratização da Comunicação	01	08	8
Idoneização do Campo	Capacitação de educadores de campo em educação	Exercícios de planejamento e avaliação	01	15	15
		Oficinas estaduais de linguagem oral	01	22	22
		Oficinas municipais de linguagem oral	01	15	15
		Curso Estadual de Educação Popular	01	05	05
		Oficinas de intercâmbio entre educadores	01	15	15
	Socialização de gestores públicos e comunitários	Oficinas de intercâmbio entre educadores e comunitários comunitários	01	40	40
		Seminário de Educação Popular com Secretários de Educação e Diretores de escola	01	40	40

Programa Criança e Adolescente

Objetos de ação	Ações	Atividades	Nº de entidades	Média de participantes	Total de participantes
Rede regional de monitoramento de políticas DCA rivais e firmes com o	Estímulo e mobilização às organizações locais para criação e fortalecimento da rede regional	Reuniões de sensibilização sobre DCA com os CIMES	01	20	20
		Reuniões de preparação para as Conferências	01	35	70
		Reuniões de mobilização e renovação das Conferências	01	30	60
		Reuniões de avaliação sobre as Conferências	01	40	40
		Reuniões de prestação aos Pólos	01	15	15
		Reuniões de assessoria ao NMTB	01	45	45
		Reuniões de assessoria ABRAÇO e AWW	01	20	40
		Oficinas de mobilização com as entidades de sociedade civil	01	30	60
		Seminário territorial de avaliação	01	40	40
		Reuniões da Comissão Regional FEI	01	60	120
Os Municípios dos Territórios do Sudeste face do campo de políticas de DCA elaboradas, implementadas e executadas com a sociedade civil	Socialização e assessoria sobre DCA	Reuniões municipais de mobilização Cabo, Bebedouro e Paratubas	01	35	105
		Reuniões de assessoria e fortalecimento Socializ, São Luiz e Nova Fátima	01	30	60
		Seminário de avaliação com os municípios	01	40	40

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
		Oficina de formação de articuladores do Pacto/Seis UNICEF sobre DCA	01	40	40
		Reuniões de mobilização e monitoramento da sociedade civil sobre o Pacto/Seis UNICEF e DCA	02	40	80
Espaços estratégicos de discussão e deliberação de DCA, com participação de MDC e das Organizações Sociais	Acompanhamento e monitoramento de Políticas Públicas para criança e adolescente	Reuniões do CICA	11	12	12
		Reuniões da COMPEI	02	25	25
		Reuniões do Fórum Estadual da Criança e do Adolescente	02	15	15
	Proposição de Políticas para criança e adolescente	Reuniões do Seis UNICEF – Estadual	02	50	50

Programa de Educação do Campo

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Formação em educação do campo integral de Equipes Pedagógicas Municipais e educadores do campo	Assessoria Equipes Pedagógicas Municipais do Projeto CEF	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto CEF com Equipes Pedagógicas Municipais	04	45	45
		Encontros de Avaliação e Planejamento de unidades escolares	09	50	450
		Oficinas Temáticas Municipais	10	35	350
		Reuniões de Assessoria INOCUEPS	15	15	15
		Seminário de Intenções de Educação do Campo – SERTAPE	01	25	25
	Assessoria Coordenação Municipal do Projeto Basi de Lettura	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto Basi de Lettura com Coordenadores Municipais	03	45	45
		Encontros de formação inicial e sensibilização de educadores, coordenadores e diretores escolares para atuação com o Projeto Basi de Lettura	12	450	450
		Encontros de formação continuada de estudos e aprofundamento da metodologia do Projeto Basi de Lettura com educadores	05	282	282
	Assessoria Coordenação Municipal das Ações Socio-Educativas de PEI (ações complementares à escola)	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações da Jornada Ampliada com Coordenadores Municipais	05	50	65
		Reuniões Regionais de preparação do PPA	02	45	45
		Reunião de planejamento das Ações para a Fundação AMOPETI	04	60	60
	Formação e articulação do Poder Público e das Entidades da Sociedade Civil na construção e monitoramento de Políticas Públicas de Educação do Campo	Assessoria Gestores públicos e representantes / organizações da Sociedade Civil	Reuniões com Entidades Regionais – Fóruns Seducos e ENTRES – para planejamento das Ações de Educação do Campo	06	25
Reuniões de Acompanhamento do CODES e ações do Grupo de Trabalho de Educação			05	10	10
Seminário: Perspectiva dos Movimentos Sociais para Educação do Campo			01	80	80
Reunião de Sensibilização de Secretários de Educação para o Projeto Basi de Lettura			01	25	25
Reuniões do Grupo de Trabalho de Educação e Lettura			02	12	12

Objetos de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
		Seminário de Educação de Jovens e Adultos	01	250	250
		Oficinas de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial	05	45	225
		Oficinas de territorialização de educação com agricultores da sala de aula	04	50	200
		Intercâmbio de experiências de territorialização do trabalho infantil entre Minas e Brasil	01	20	20
		Visitas Municipais de monitoramento das ações de Educação do Campo	25	2	50
Participação em espaços em nível de discussão e seleção de políticas públicas de Educação do Campo	Representação (residência) do MEC	Assessorias e reuniões do CPEC e REISA	04	02	02
		Reunião de PRA do Sistema de Estado	01	02	02
		Conferência Estadual de Educação	02	02	02
		Seminário Internacional de Desenvolvimento Territorial	01	02	02

Programa de Gênero

Objetos de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Fortalecimento político gerencial das organizações de mulheres rurais para atuarem em políticas públicas	Formação e monitoramento de jovens lideranças femininas e produção das ações implementadas junto as organizações locais	Visitas para pesquisa de impactos do projeto na vida das mulheres	25	01	25
		Reunião regional para montagem de plano de multiplicação articulação das mulheres agricultoras	01	25	25
		Reuniões municipais para discussão e implementação do Plano Local de Multiplicação e Articulação das Mulheres Agricultoras	15	20	300
		Corpos voltados para capacitação de crédito rural e políticas alternativas para mulheres rurais, educação, renda, moradia, etc.	01	45	45
		Estados municipais orientados sobre políticas alternativas de crédito para as mulheres agricultoras	15	20	300
		Guias do Estado municipal para identificação de liderança e serem incluídas a partir das equipes de divisão de capacidades de crédito	15	20	300
		Reunião Regional de Avaliação em SPH	01	30	30
		Reunião Municipal de Avaliação de projetos de renda e crédito para mulheres (SPH)	10	30	300
		Oficina Municipal para identificação de lideranças bem sucedidas de renda implementada por mulheres	01	30	30
		Seminário Regional de avaliação	01	45	45

Linhas de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
	Assessoria, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações de mulheres (MATH e FOLUSSAJ)	Reuniões sub-regionais de articulação das lideranças femininas a serem indicadas a participar dos espaços de decisão das Cooperativas de Crédito Rural.	06	20	100
		Reunião regional de articulação política com organizações de mulheres parceiros.	01	50	50
		Reunião Regional para contextualização da pesquisa feita com as mulheres.	01	50	50
		Reunião Regional com organização da agenda para apresentação e negociação de demandas Específicas.	01	50	50
		Reuniões regionais de estudo dos programas do governo de interesse das mulheres rurais: Pronaf Mulher; Educação de Campo-Saberes da Terra/NSA/Documentação Oral; Gestão de Trabalho e Território.	03	50	150
		Encontros municipais e comunitários para informação, mobilização e formação de grupos de interesse local de acesso aos direitos (Saúde, Educação, Documentação Oral, Gestão de Trabalho e Território).	09	35	315
		Oficina Regional para sistematização das necessidades e demandas das mulheres por grupo de interesse e elaboração de propostas orientadas para a negociação de regras de poder e decisão das instituições locais e regionais do território.	01	50	50
		Terminais Regionais para elaboração e seguimento de estratégias de negociação feitas por organizações de mulheres em espaços de participação e controle de políticas públicas.	01	50	50
		Audiências Públicas locais para apresentação e negociação de propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	09	55	495
		Audiências públicas regionais para apresentação e negociação de propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	01	30	30
		Audiências públicas estaduais para apresentação e negociação de propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	01	30	30

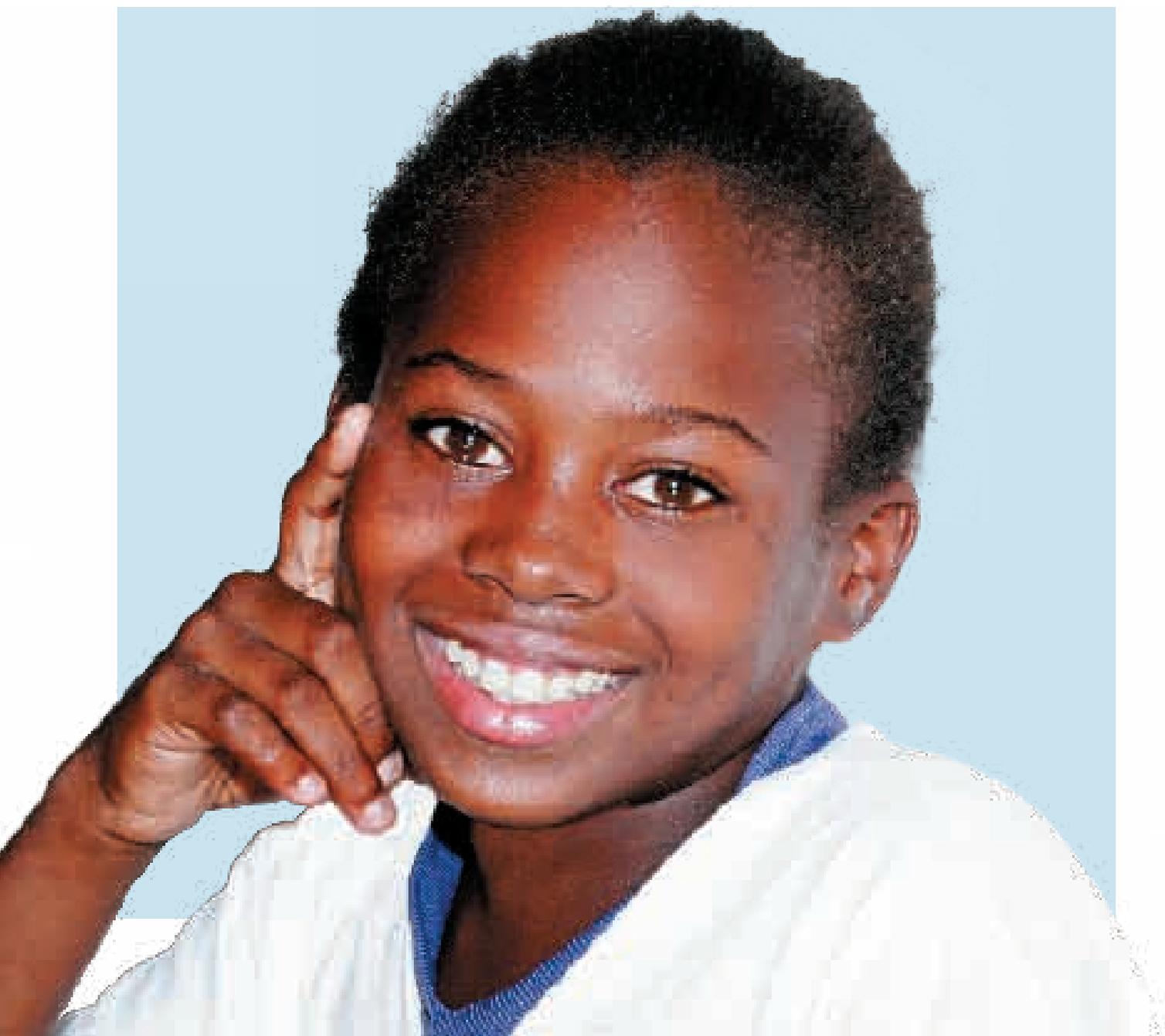
Programa de Políticas Públicas

Linhas de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Juventude	Assessoria e capacitação técnico-política de Coletivos Regionais Juventude e Participação Social.	Reuniões regionais de planejamento, monitoramento e avaliação das ações juvenis regionais.	01	25	25
		Assessoria técnico-pedagógica aos Coletivos Municipais de Juventude do Sertão, Sudeste do Sertão e Portal do Sertão.	03	25	75
		Reuniões municipais com lideranças juvenis dos Coletivos para elaboração de projetos sociais voltados para a juventude.	08	15	120
		Reuniões municipais para assessoria técnica à coordenação juvenil na gestão de projetos sociais voltados para a juventude.	06	05	30

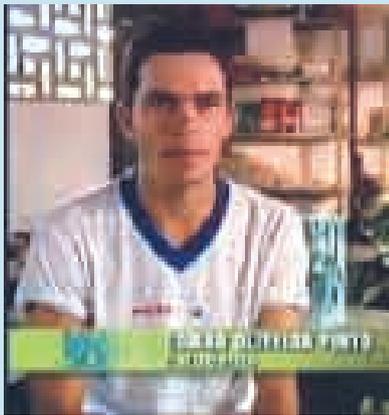
Objetos de ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de participantes	Total de participantes
	Mobilização social e sensibilização de grupos juvenis e entidades representativas da agricultura familiar em Territórios do Sape, Baía de Jaraguá e Portal do Sertão	Sessão de jôgo para aplicação de habilidades de leitura e escrita escolar nas escolas públicas municipais	21	30	630
		Reuniões municipais com representantes locais e entidades locais para apresentação e discussão do projeto (Balanço da Alimentação Escolar – PAE)	21	25	525
Censores	Mobilização, sensibilização e capacitação dos conselheiros municipais de Assistência Social	Encontros municipais com membros dos CMAS	21	30	630
		Meta de comparecimento aos CMAS	204	08	1632
	Mobilização, sensibilização e capacitação dos conselheiros municipais dos Conselhos de Direitos de Criança e de Adolescentes e de Conselhos Terceiros	Encontros de treinamento do equipe técnica	01	06	06
		Metas de Sensibilização e Mobilização da sociedade civil e poder público	31	32	992

O MOC na Mídia

*Aqui encontram-se os principais registros das ações do MOC no ano de 2007, ano em que a instituição comemorou 40 anos de "vida útil".
A clipagem do MOC cobre, regularmente, seis jornais da Bahia, a emissora regional de TV em Feira de Santana e os telejornais da Rede Bahia.*



Janeiro



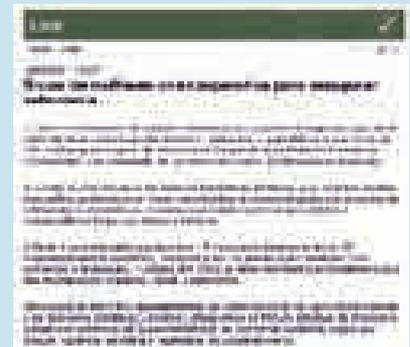
Crianças na escola e menos desnutrição

Programa Balanço Social, TV Cultura, 28.01.07
Matéria sobre o projeto Cabra Escola, que ajuda crianças a permanecerem nos bancos escolares.



Criação de cabras transforma vidas de moradores do Semi-árido baiano

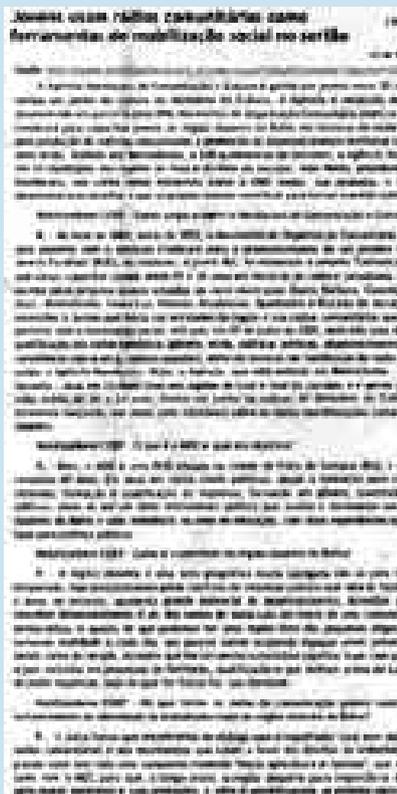
Programa Ação, TV Globo, 10.02.2007
Matéria sobre geração de renda e segurança alimentar com a criação de cabras leiteiras no município de Serrinha.



Grupo de mulheres cria cooperativa para assegurar autonomia

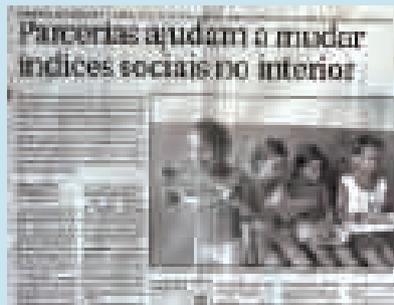
Site FS Online, Feira de Santana, 23.03.07
Matéria sobre a criação da Cooperativa da Rede de Produtoras (Cooprede), que pretende facilitar a comercialização dos produtos de artesanato e alimentícios.

Fevereiro



Jovens usam rádio comunitária como ferramenta de mobilização social no sertão

Site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 01.02.07
Matéria sobre o trabalho que a Agência Mandacaru desenvolve no Território do Sisal.



Parcerias ajudam a mudar índices sociais no interior

Jornal A Tarde, Salvador, 06.03.07
Matéria sobre o trabalho com entidades não-governamentais que estão melhorando a vida de crianças e adolescentes do interior.



Equipamentos artesanais que funcionam bem na irrigação

Jornal A Tarde, Salvador, 26.03.07
Matéria sobre o agricultor que improvisa aspersores sem dispor de energia elétrica.



Mulheres lançam CD

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 08.03.07
Matéria sobre o lançamento do CD Mulheres que Cantam e Encantam, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.



Ações sócio-educativas reduzem criminalidade entre jovens

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 29.03.2007
Entrevista com Vera Carneiro, técnica do MOC, sobre formas para diminuir a criminalidade entre crianças e adolescentes.



Experiências que utilizam a educação por meio da comunicação

Site Folha Online, São Paulo, 30.03.07
Colunista do jornal Folha de São Paulo fala sobre organizações sociais que utilizam com êxito a metodologia de educomunicação.

Abril



Feira de caprinos movimentada a Região Sisaleira

Página Rural, Rio Grande do Sul, 12.04.07.
Matéria sobre a IV Feira de Caprinos e Ovinos que incentivou as famílias das crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ligadas ao Projeto Cabra Escola na aquisição de animais para a geração de renda.



Água irrigada com criatividade

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 13.04.2007

Matéria sobre a iniciativa de um agricultor do município de Riachão do Jacuípe em criar um sistema de irrigação composto por materiais reciclados.

Mai



Alternativas de geração de renda no São João

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 04.05.2007

Matéria sobre a participação das mulheres da Rede de Produtoras da Bahia no curso para fabricação de licores.



Fortalecendo a agricultura familiar

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 05.05.2007

Matéria sobre os produtos e eventos do II Ciclo da Agricultura Familiar, em Feira de Santana.



Trocas solidárias contribuem para inclusão social

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 08.05.2007

Matéria sobre as trocas de produtos, sem uso de moeda real, durante o II Ciclo da Agricultura Familiar, em Feira de Santana.



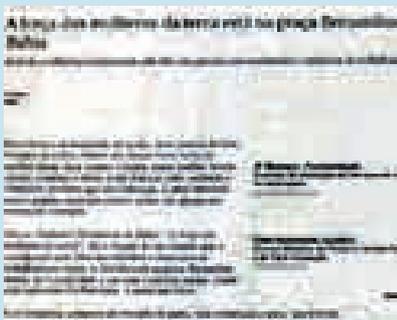
Mulheres solidárias expõem e vendem seus produtos

Jornal Tribuna Feirense, Feira de Santana, 11.05.07
Matéria sobre a participação de 600 mulheres na Feira de Mulheres Produtoras, realizada na Praça Bernadino Bahia em Feira de Santana.



Ciclo da agricultura familiar está sendo realizado em Feira.

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, 11.05.07
Matéria que aborda o Ciclo da Agricultura Familiar e Economia Solidária realizado na cidade de Feira de Santana.



A força das mulheres da terra está na Praça Bernardino Bahia

Site Blog da Feira, Feira de Santana, 12.05.07
Matéria sobre a Feira da Rede de Produtoras, onde a população pode comprar biscoitos, doces e artesanatos.



Jornalista recebe premiação

Jornal A Tarde, Salvador, 18.05.07.
Matéria sobre a premiação do jornalista Danilo Fraga, de A Tarde, na categoria Melhor reportagem em jornal impresso da 4ª edição do Prêmio Mídia Sertão Justo.



Mudanças já começaram, mas são muito vagarosas

Jornal A Tarde, Salvador, 19.05.07
Artigo do técnico do MOC, Márcio Mascarenhas, que aborda a necessidade de investir na criança e no adolescente do semi-árido e de repensar o modelo de nordeste, feito de chão rachado e mulheres com lata de água na cabeça.

Junho



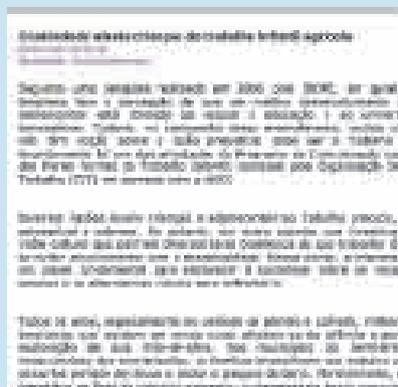
MOC mostra os 40 anos de existência em oficinas

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, 01.06.07
Matéria sobre as oficinas de sistematizações realizadas pelo MOC, para avaliar o impacto das ações da instituição na vida das pessoas.



Jovens buscam renda própria

Jornal A Tarde, Salvador, 03.06.07
Matéria sobre as perspectivas de aumento da renda das famílias, através da capacitação para adolescentes e seus pais.



Criatividade afasta crianças do trabalho infantil agrícola

Jornal Informe Sergipe, Sergipe, 05.06.07
Matéria sobre o Projeto Baú de Leitura, que através da leitura lúdica e contextualizada, tem contribuído para reduzir o número de crianças fora da escola.



Mulheres aprendem a fazer comidas típicas do São João

TV Subaé, Feira de Santana, 20.06.07
Matéria sobre o curso de culinária para mulheres da Rede de Produtoras da Bahia, que aproveitam as festas juninas para aumentarem a renda.

Julho



Atuação do Projeto Cabra Escola no Semi-árido baiano

Programa Ressoar, TV Record, 12.07.2007
Matéria sobre as ações desenvolvidas pelo Projeto Cabra Escola para afastar crianças do trabalho infantil.



Convivendo com o Semi-árido

Programa TVE Revista, TVE Bahia, 12.07.07
Matéria sobre as ações sócio-educativas desenvolvidas pelo MOC que afastam crianças do trabalho com o sisal e melhoram a qualidade de vida.

Agosto



Sozialkritisches im Brasilien-TV

Jornal Vorarlberger Nachrichten, Áustria, 18.08.07
Matéria sobre a exibição do filme do MOC, produzido por Niko Mylonas e Franz Diethöf.



Por Um Sertão Justo

TVE Bahia, Salvador, 26.08.07

Exibição do filme do MOC, Por Um Sertão Justo, na TVE Bahia.

Setembro



MOC comemora 40 anos exibindo o documentário "Por um Sertão Justo"

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, 06.09.07
Matéria sobre a exibição do documentário em espaços acadêmicos de Feira de Santana e região.



Por um sertão mobilizado

Jornal A Tarde, Salvador, 06.09.07

Matéria sobre as quatro décadas do Movimento de Organização Comunitária, ações e projetos em educação, saúde e fomento à participação popular na gestão pública.



A educomunicação ganha visibilidade, na Bahia

Site do Núcleo de Comunicação e Educação da USP, São Paulo, 06.09.07

Matéria sobre o Seminário Baiano de Radiodifusão Comunitária, realizado em Salvador e que apontou a educomunicação como um campo capaz de articular pessoas em torno das transformações sociais.



Crianças dividem a jornada diária entre a escola e trabalhos no campo

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 13.09.07

Matéria sobre o Seminário de Educação Integral, realizado em Feira de Santana, para discutir o conceito de educação para crianças e jovens que moram nas zonas rurais.



MOC comemora 40 anos no dia 27

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, 21.09.07

Matéria sobre as atividades realizadas durante a comemoração pelos 40 anos da entidade.



Leonardo Boff vai participar das comemorações pelos 40 anos do MOC

Site FS Online, Feira de Santana, 17.09.07

Matéria sobre a programação do evento de aniversário do Movimento de Organização Comunitária.



MOC comemora 40 anos

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana

27.09.2007

Matéria sobre a comemoração das quatro décadas de vida útil do MOC incentivando o desenvolvimento sustentável no Semi-árido baiano.



MOC comemora 40 anos atendendo a 60 municípios do Estado

Site FS Online, Feira de Santana, 27.09.07
Matéria sobre os 40 anos do MOC, e que cita a entidade como uma das mais importantes da Bahia.



Leonardo Boff diz que homem de hoje passou dos limites

Site FS Online, Feira de Santana, 28.09.07
Durante a palestra realizada em comemoração aos 40 anos do MOC, Leonardo Boff afirmou que a instituição faz dos habitantes do semi-árido, sujeitos de sua própria história.



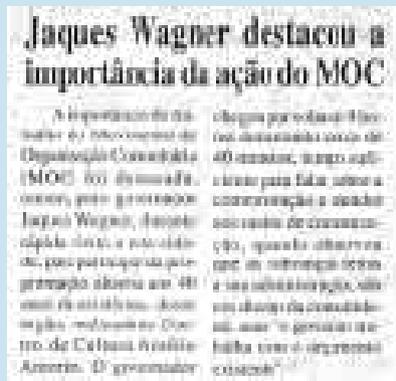
Leonardo Boff: Boa fama do MOC atravessa o Brasil

Site Blog da Feira, Feira de Santana, 28.09.07
Matéria sobre a palestra de Leonardo Boff, que durante o evento de comemoração do MOC, ressaltou que a "boa fama da instituição atravessa o Brasil".



Wagner parabeniza o MOC e reafirma que é filho do sindicalismo

Site Blog da Feira, Feira de Santana, 28.09.07
Matéria sobre a participação de autoridades no dia do evento de comemoração dos 40 anos do Movimento de Organização Comunitária.



Jaques Wagner destacou a importância da ação do MOC

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, 28.09.07
Matéria sobre as comemorações do aniversário do MOC, onde o governador da Bahia destacou a importância do trabalho da instituição.



MOC comemora 40 anos

Jornal Tribuna Feirense, Feira de Santana, 28.09.07
Matéria sobre o aniversário do MOC que reuniu diversas autoridades no Centro de Cultura Amélio Amorim.



ONG de Feira que atua no sertão faz 40 anos

Jornal A Tarde, Salvador, 28.09.07
Matéria sobre os 40 anos do MOC destaca que a instituição é uma escola de civilização e humanização.

Outubro



Mulheres da Rede Produtora da Bahia inauguram sede em Feira

Site Blog da Feira, Feira de Santana, 10.10.07
Matéria sobre a articulação de 40 empreendimentos solidários que inaugurou uma sede na cidade de Feira de Santana.



Do sisal aos livros

Globo Rural, TV Globo
11.10.07
Matéria sobre jovens que se afastaram do trabalho no campo para aprender a ler e escrever incentivados pelas ações do Projeto Baú de Leitura.



O semi-árido: o mais chuvoso do planeta

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16.10.07
Artigo de Leonardo Boff que aborda o trabalho que o MOC desenvolve no semi-árido baiano, com destaque para o projeto Baú de Leitura.



Democratização no semi-árido baiano

Revista Mídia com Democracia, outubro de 2007
Matéria sobre o trabalho que o MOC, Agência Mandacaru e Abraço Sisal têm realizado no Território do Sisal, democratizando a comunicação.

Novembro



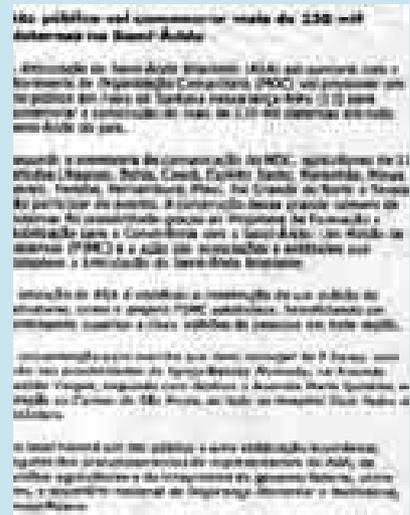
A organização das mulheres sertanejas

Programa Rede Bahia Revista, TV Subaé, 04.11.07
Matéria sobre o poder de organização de mulheres da agricultura familiar, através da Rede de Produtoras da Bahia.



P1MC ajuda famílias em Feira de Santana

TV Subaé, Feira de Santana, 12.11.07
Matéria sobre o Programa Um Milhão de Cisternas que tem acabado com a sede de famílias na Bahia.



Ato público vai comemorar mais de 220 mil cisternas no Semi-Árido

Site FS Online, Feira de Santana, 12.11.07
Matéria sobre a Articulação do Semi-Árido Brasileiro, que em parceria com o MOC promoveu um ato público em Feira de Santana.

Dezembro



Um milhão de pessoas com acesso a água

BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 13.11.07

Matéria sobre Ato público realizado em Feira de Santana que comemorou a conquista de um milhão de pessoas com acesso à água através do Programa Um Milhão de Cisternas.



No campo, elas também são um exemplo de organização

Jornal A Tarde, Salvador, 10.12.07

Matéria sobre a predominância feminina em dezessete municípios da região de Feira de Santana, com 34 empreendimentos bem-sucedidos.



ASA promove ato público em Feira de Santana

Jornal Folha do Estado, Feira de Santana, 14.11.07

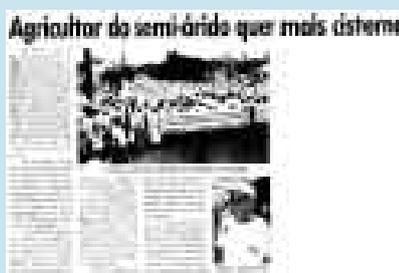
Matéria sobre a manifestação que a Articulação do Semi-árido realizou na cidade de Feira de Santana para reivindicar a continuidade do P1MC.



Desfile da Rede de Produtoras_221207

TV Subaé, Bahia Meio Dia. 22.12.07

Matéria sobre o desfile realizado pelas mulheres da Rede de Produtoras da Bahia durante a II Feira das Mulheres.



Agricultor do semi-árido quer mais cisterna

Jornal Tribuna Feirense, Feira de Santana, 14.11.07

Matéria sobre a mobilização que reuniu, em Feira de Santana, trabalhadores rurais dos estados do semi-árido para comemorar o acesso de mais de um milhão de pessoas à água de qualidade.



Trabalho feminino na zona rural

Bahia Rural, Rede Bahia, 24.12.07

Matéria sobre a mulher da Zona Rural de Feira de Santana conquistando novos espaços de trabalho.



Feira mostra o trabalho de mulheres produtoras

Jornal Tribuna Feirense, Feira de Santana, 26.12.07

Matéria sobre a II Feira das Mulheres Produtoras, promovida pela Rede de Produtoras da Bahia na cidade de Feira de Santana, com vendas de artesanato.



Agricultoras rurais mostram que são artesãs de primeira

Jornal A Tarde, Salvador, 31.12.07

Matéria sobre a arte das mulheres sertanejas, apresentada na cidade de Feira de Santana durante a II Feira das Mulheres Produtoras.

Pessoal

DIRETORIA

A Diretoria Eleita em abril de 2007 para o biênio de 2007-2009 foi a seguinte:

A) Diretoria Efetiva

Clóvis Ramos Lima - Diretor Presidente
José Jerônimo de Moraes - Diretor Técnico
João Batista de Cerqueira - Diretor Financeiro
João Dias de Araújo - Diretor Administrativo

B) Conselho Fiscal

Efetivos:

Roberto Celso Cavalcante
Urbano Carvalho Oliveira
Maria das Graças Araújo

Suplentes:

Wilma Vieira Simões
Patrícia Ferreira Nascimento de Oliveira
Manoel Pereira Ferreira

C) Secretário Executivo

Naidison de Quintella Baptista
Tel: (75) 9955-4700
E-mail: naidison@moc.org.br

D) Coordenadora Pedagógica

Célia Santos Firmo
Tel: (75) 9955-4671
E-mail: celia@moc.org.br

EQUIPE DE TRABALHO

A) Equipe Técnica Básica

Programa Água e Segurança Alimentar

Ana Glécia da Silva Almeida
Tel: (75) 9955-4669
E-mail: anaglecia@moc.org.br

Joelson dos Santos Silva
Tel: (75) 9955-4685
E-mail: joelson@moc.org.br

Kamilla Ferreira da Silva Santos
Tel: (75) 9955-4670
E-mail: kamilla@moc.org.br

Marcelly Macedo Matos
Tel: (75) 9955-1071
E-mail: marcelly@moc.org.br

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos
Tel: (75) 9955-4675
E-mail: dora@moc.org.br

Nilton Sampaio Freire de Melo
Tel: (75) 9955-4697
E-mail: nilton@moc.org.br

Rosiler dos Santos Silva
Tel: (75) 9955-4695
E-mail: rosiler@moc.org.br

Silvaney Santiago Souza
Tel: (75) 9955-4703
E-mail: silvaney@moc.org.br

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos
Tel: (75) 9955-4665
E-mail: abimael@moc.org.br

Agelândio dos Santos Carvalho*

Ângela Maria Cerqueira das Virgens
Tel: (75) 9955-1064
E-mail: angela@moc.org.br

Denisson Neves dos Santos
E-mail: denisson@moc.org.br

Fredson Rodrigues de Araújo*

Gisleide do Carmo Oliveira
Tel: (75) 9955-4681
E-mail: gisleide@moc.org.br

Ivan Leite Fontes
Tel: (75) 9955-1084
E-mail: ivan@moc.org.br

José Augusto Monteiro de Castro Lima*

José Domingos Cavalcante Carvalho
E-mail: josedomingos@moc.org.br

José Ivamberg Ferreira Silva
E-Mail: ivamberg@moc.org.br

Lana Clarton*

Lourena de Oliveira Cruz
Tel: (75) 9955-4688
E-mail: lorena@moc.org.br

Luiz Lisboa de Oliveira
Tel: (75) 9955-4690
E-mail: luiz@moc.org.br

Mariza Cerqueira das Virgens
E-mail: mariza@moc.org.br

Renata da Silva Santana*

Wellington da Silva Oliveira
Tel: (75) 9955-1092
E-mail: wellington@moc.org.br

Wilson José Vasconcelos Dias
Tel: (75) 9955-1069
E-mail: wilson@moc.org.br

Valdir Fiamoncini

Adriano Raimundo Cerqueira Costa
Tel: (75)9955-4666
E-mail: adriano@moc.org.br

Bruna Maria Santos de Oliveira*

Luciano Barreto de Souza*

Programa de Comunicação

Klaus Minihuber**
Tel: (75) 9955-4687
E-mail: klaus@moc.org.br

Lorena Amorim
Tel: (75) 9955-1123
E-mail: lorena.amorim@moc.org.br

Nayara Cunha da Silva
Tel: (75) 9955-4696
E-mail: nayara@moc.org.br

Paulo Marcos Queiroz dos Santos*

Programa Criança e Adolescente

Conceição Eliana Carneiro
Tel: (75) 9955-4676
E-mail: eliana@moc.org.br

Márcia Regina Pinho
E-mail: marcia.pinho@moc.org.br

Márcio Fróes da M. Mascarenhas
Tel: (75) 9955-4692
E-mail: marcio@moc.org.br

Programa de Educação do Campo

Cleonice dos Santos Oliveira
Tel: (75) 9955-1036
E-mail: cleonice@moc.org.br

Francisca Maria C. Baptista
Tel: (75) 9955-4672

Josevonne Dias Serafim*

Vera Maria Oliveira Carneiro
Tel: (75) 9955-1027
E-mail: vera@moc.org.br

Zhara Leite Souza
Tel: (75) 9955-1117
E-mail: zhara@moc.org.br

Programa de Gênero

Maria Vandalva Oliveira Pinto
Tel: (75) 9955-1072
E-mail: vandalva@moc.org.br

Andréia Moreira Araújo*

Nivia Carolina Dantas*

Selma Gloria de Jesus
Tel: (75) 9955-4668
E-mail: selma@moc.org.br

Programa de Políticas Públicas

Emanoel José Mendonça Sobrinho
Tel: (75) 9955-4677
E-mail: emanoel@moc.org.br

Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira
Tel: (75) 9955-4678
E-mail: soneide@moc.org.br

B) Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira
Alexandro Lima de Meireles
Darlan de Lima Torres
Dinalva Leite das Virgens
Domício Cerqueira Lima*
Donato da Silva
Edivânia Santos de Lima
Everaldo Leite das Virgens
Gilberto Carlos de Oliveira
Gilvan Rogério Vieira de Araújo
Gleide Dias de A. Cordeiro
Helio Menezes Lisboa
Luiz Silva Lima
Margarida Maria Pereira de Jesus

Maria das Graças S. Bittencourt
Maria Jocerise de Souza
Maria Neuza Rios
Rosenice Alves de Souza
Sandra Regina A. Vergne de Moraes
Sirleide de Oliveira Rodrigues
Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho

C) Estagiários/as e Colaboradores/as

Programa de Comunicação
Daiane Almeida Ferreira
Maria Carolina Seixas da Cruz

Programa Criança e Adolescente
Mario César Borges Filho
Rosângela Adorno Carneiro

Programa de Educação do Campo
Bernadete Mariene C. Santos
Jussara Secondinho do Nascimento

D) O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.

* Desligaram-se da instituição no decorrer do ano

** Cooperante da Horizont3000, Áustria

Recursos financeiros

Fontes de Recursos Locais/Nacionais

- CESE
- ELETROBRÁS
- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- INSTITUTO ALIANÇA
- INSTITUTO PAULO FREIRE
- MEC - FNDE
- MDA/SDT - Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- MINISTÉRIO DA CULTURA
- PFIZER
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PETROBRÁS
- REDECARD S.A.
- SANTANDER
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
- SUBVENÇÃO SOCIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- UNICEF

Fontes de Recursos do Exterior

- GTZ - Alemanha
- ACTION AID
- BERLI – Espanha
- CORDAID - Holanda
- CRS – Estados Unidos
- DISOP – Bélgica
- Elkarga Natzen - Espanha
- EVERYCHILD – Inglaterra
- KINDERMISSIONWERK – Alemanha
- MANUS UNIDAS - Espanha
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
- OMICRON – Áustria
- RESOURCE FUNDATION (PFIZER) – Estados Unidos

Glossário

ABRAÇO SISAL – Associação das Rádios Comunitárias da Região do Sisal
AMOPETI - Associação Estadual dos Educadores Sociais para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Arcafa Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CEAIC – Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia
CECA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CEM - Comissão Executiva Municipal
CGMR - Conselho Gestor Municipal Regional
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CODES - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira
COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo Rotativo
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CRS - Catholic Relief Services
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCA - Direito da Criança e do Adolescente
DISOP – Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social
EES - Empreendimentos de Economia Solidária
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FATRES - Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira
FEEC - Fórum Estadual de Educação do Campo
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GMP - Grupo de Mulheres Produtoras
GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos
JRB - Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
PAM - Plano de Ação Municipal
P1+2 - Programa 1 Terra e 2 Águas
P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PASA - Programa da Água e Segurança Alimentar
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PPM - Pão Para o Mundo
Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa
SETRAS – Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
UJA - Unidade da Jornada Ampliada
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Ficha técnica:

Editores: Klaus Minihuber e Lorena Amorim.
Projeto Gráfico: Milton Nóbrega.
Editoração Eletrônica: Allan Melo
Fotos: Arquivo MOC, UNICEF/BRZ/Manuela Cavadas.

Impressão e acabamento: Gráfica JB,
João Pessoa-PB.
Tiragem: 500 exemplares.
Impresso em papel Reciclado.



MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Rua Pontal, 61 - Cruzeiro - Feira de Santana-BA - CEP: 44017-170
Fone: (75) 3322-4444 - Fax: (75) 3322-4401
moc@moc.org.br

www.moc.org.br